UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH)
MESTRADO EM HISTÓRIA

Joana Maria Lucena de Araújo

A Amazônia e o Nordeste no discurso governamental: Trabalhadores rurais em deslocamento (1970-1985)

Recife (PE)
2015

Joana Maria Lucena de Araújo

A Amazônia e o Nordeste no discurso governamental: Trabalhadores rurais em deslocamento (1970-1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal De Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora:
Profa. Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto

Recife
2015

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

A663a Araújo, Joana Maria Lucena de.
A Amazônia e o Nordeste no discurso governamental : trabalhadores rurais em deslocamento (1970-1985) / Joana Maria Lucena de Araújo. – Recife: O autor, 2015.
153 f. : il. ; 30 cm.
Orientadora: Profª. Drª. Regina Beatriz Guimarães Neto.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2015. Inclui referências e anexos.

1. História. 2. Migração interna. 3. Trabalhadores rurais – Brasil, Nordeste. 4. Mato Grosso. 5. Desenvolvimento econômico. 6. Política pública. I. Guimarães Neto, Regina Beatriz (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2015-126)

Joana Maria Lucena de Araújo

“A Amazônia e o Nordeste no discurso governamental. Trabalhadores rurais em deslocamento (1970-1985)”

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre** em **História**.

Aprovada em: **26/08/2015**

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Regina Beatriz Guimarães Neto
Orientadora (UFPE)

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira
Membro Titular Interno (UFPE)

Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio
Membro Titular Externo (UFPE)

Prof. Dr. Vitale Joanoni Neto
Membro Titular Externo (UFMT)

Prof. Dr. Márcio Ananias Ferreira Vilela
Membro Titular Externo (UFPE)

ESTE DOCUMENTO NÃO SUBSTITUI A ATA DE DEFESA, NÃO TENDO VALIDADE PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE TITULAÇÃO.

A Profa. Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto por sua infindável paciência e compromisso.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a minha mãe, eterna companheira, por seu apoio incondicional e constante, mesmo nas horas mais difíceis quando a extenuante tarefa da escrita cobrava seu preço.

Aos queridos amigos Ramon Leon Sanchez Ortiz de Oliveira e Jorge Cândido pelas correções e suporte, sem os quais a conclusão deste trabalho não seria possível.

Aos membros da banca, Prof. Dr. Vitale Joanoni Neto, Prof. Dr. Pablo Porfírio, Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro, Prof. Flávio Weinstein Teixeira e Prof. Dr. Márcio Ananias Ferreira Vilela pelas valiosas colaborações.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Pernambuco pelos preciosos ensinamentos aprendidos dentro e fora da sala de aula.

Aos colegas do Curso de Mestrado pelas valiosas trocas de impressões que faziam com que a sensação de "estar sozinho no mundo" que às vezes a escrita provoca se dissipassem.

Á Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) pelo suporte financeiro.

Enfim, agradeço a todos os amigos e familiares que contribuíram para a conclusão deste trabalho, tanto academicamente quanto na manutenção do equilíbrio emocional. Minha eterna gratidão a todos.

Resumo

Este trabalho tem como principal objetivo, investigar o deslocamento de trabalhadores rurais, em grupos, ou acompanhados de suas famílias, do Nordeste para a Amazônia, em particular, para o norte do Mato Grosso. Toma-se como ponto de partida, a análise das políticas públicas dos governos militares para essa área, no período de 1970 a 1985. Estes projetos tinham por principal objetivo integrar a região amazônica aos grandes centros produtivos do Sul e Sudeste do país, e aos mercados internacionais, com a justificativa de "ocupar os espaços vazios" e promover o desenvolvimento econômico, segundo o discurso governamental. As políticas de desenvolvimento regionais, pensadas para a Amazônia, intensificaram a migração, já existente, que tinha, como destino, esse território, sobretudo, para os estados que receberam projetos de colonização, agropecuários e minerais, tais como, o Mato Grosso, Pará, Rondônia, entre outros. Ainda, não podemos olvidar, da influência que o aumento do deslocamento populacional com direção ao Mato Grosso teve no desenvolvimento das relações de trabalho nesse espaço, em especial, entre empresários e trabalhadores rurais. Para melhor proceder com essas análises, mobilizamos todo um aparato documental e bibliográfico que envolvem discursos de presidentes da república, Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os documentos alocados no Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, entre outros.

Palavras-chave:

Migrações. Trabalho. Norte mato-grossense. Políticas públicas.

Abstract

The aim of this research is to investigate the displacement of rural workers, in groups or accompanied by their families, from the Northeast to the Amazônia, in particular, to the north of Mato Grosso. It is considered as a starting point the analysis of public policies of the military government for that area in the period from 1970 to 1985. These projects had the main objective to integrate the Amazon region to the major production centers of South and Southeast of the country and to the international trade, with the justification to "occupy the spaces available" and to promote economic development, according to the government speech. Regional development policies, planned for the Amazon, intensified the migration that already existed which had, as a destiny, this territory, mainly for states that received projects of colonization, agricultural,and minerals such as Mato Grosso, Pará, Rondônia, among other places. We can not also forget, the influence that the increase of the population displacement toward to the Mato Grosso had on the development of labor relations in this territory, particularly among employers and rural workers. For a better performance with these analyzes, it was used a large documentary and bibliographic apparatus involving speeches by the Presidents of the Republic, Demographic Census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the documents that are in Prelazia Sao Felix do Araguaia Archive, among others.

Keywords:

Migrations. Labor. Norte mato-grossense. Public policies.

Índice de Tabelas

Tabela 1 - População recenseada do *norte mato-grossense*, comparativo 1960/1970/1980_____82

Tabela 2 - Número de Municípios, População, Distritos e Cidades (1970 – 1980) _____84

Tabela 3 - Pessoas não naturais do Mato Grosso por tempo de residência no estado da federação em 1970_____85

Tabela 4 - Pessoas não naturais do Mato Grosso segundo domicílio anterior em 1970 [por regiões] _____86

Tabela 5 - Pessoas não naturais do Mato Grosso segundo o lugar do domicílio anterior em 1970_____88

Tabela 6 - População identificada nos recenseamentos gerais de 1970 e 1980 segundo as microregiões_____90

Tabela 7 - Brasileiros natos, residentes no Mato Grosso, segundo o lugar de nascimento em 1980_____91

Tabela 8 - Pessoas não naturais do Mato Grosso por tempo de residência na unidade da federação em 1980_____92

Índice de Mapas

Mapa 1 -Mapa rodoviário do Mato Grosso (2012) _____77
Mapa 2 - Índice de probabilidade de escravidão_____97
Mapa 3 – Índice de vulnerabilidade à escravidão _____ 98

Índice de Figuras

Figura 1 - Recibos de compras da Agropecuária Tamakavy_____126
Figura 2 - Demonstração de despesas de viagens_____127
Figura 3 - Verso da imagem anterior_____128

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Organograma da estrutura interna de uma Fazenda ou Agropecuária ___113-114

Siglas e abreviaturas

BASA – Banco da Amazônia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

CPB – Código Penal Brasileiro

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

GEBAM – Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas

INCRA – Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Minerais

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

POLONOROESTE – Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil

PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

PROMAT – Programa Especial de Desenvolvimento de Mato Grosso

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

SPVEA – Superintendência do Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PIN – Programa de Integração Nacional

Sumário

Introdução 13

Capítulo I - "A tarefa de abertura da Amazônia" e os deslocamentos de grupos sociais: discursos, decretos-lei e planos de desenvolvimento nacionais e internacionais 28

1.1 A Amazônia e o Nordeste segundo o discurso governamental e o deslocamento de trabalhadores rurais 29

1.2 A interferência do Estado no território amazônico e o problema da posse da terra 45

1.3 As políticas públicas do governo federal e o acirramento da violência contra trabalhadores rurais 52

Capítulo II – O norte mato-grossense. Os Censos Demográficos do IBGE e os deslocamentos populacionais 61

2.1 O dispositivo IBGE 61

2.2 Problematizando o uso da categoria *migração* 62

2.3 Os Censos Demográficos e Sinopses Preliminares e o panorama dos movimentos populacionais de grupos sociais em direção ao estado de Mato Grosso 67

2.4 Grupos sociais desterritorializados e reterritorializados e os "peões de trecho" 73

2.5 Os projetos agropecuários e de colonização, e a importância das rodovias federais para as migrações 76

Capítulo III – O deslocamento de trabalhadores rurais do Nordeste para a Amazônia e as relações de trabalho em áreas com predominância de "trabalho escravo contemporâneo" 94

3.1 O trabalho análogo ao de escravo 96

3.2 Estado Vs. Trabalho Escravo 108

3.3 A Organização do trabalho: empresa (fazenda agropecuária), empreiteiros ("gatos") e trabalhadores temporários 112

3.4 O "trabalho escravo contemporâneo" 124

3.5 As condições de saúde e moradia 129

3.6 Estratégias de enfrentamento_____131

Considerações finais _____133

Referências Bibliográficas _____138

Anexo A - Número de habitantes não-naturais do estado de acordo com o lugar de domicílio anterior e a microrregião para a qual se dirigiu (1980)_____149

Anexo B - Mapas_____151

Introdução

Meu primeiro contato com as leituras sobre a temática da ocupação do território amazônico nas últimas décadas do século XX, ocorreram no ano de 2009, quando recebi o convite da Professora Regina Beatriz Guimarães Neto para integrar o grupo de pesquisas "Terra, Trabalho e Migrações". Desde então, sinto-me, deveras, envolvida com o tema das migrações, em especial, entendida na perspectiva dos deslocamentos dos trabalhadores rurais do Nordeste para a Amazônia[1], em busca de melhores condições de vida e trabalho, a partir da década de 1970 até meados da década de 1980. As leituras sobre esses movimentos de população para o território amazônico, particularmente, na segunda metade do século XX, transportaram-me para um universo complexo, marcado por violência, esperança, trabalho e sonhos frustrados.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da década de 1970 o Brasil vivenciou um acentuado aumento nos deslocamentos populacionais, especialmente, em direção aos estados que compõem a Amazônia. A intensificação dos movimentos populacionais, dirigidos a uma área específica, é, em parte, resposta aos projetos de desenvolvimento regional do governo federal (que previam, segundo suas palavras, a ocupação "ordenada" do território amazônico) e às intensas propagandas veiculadas pelas empresas de colonização privada, apoiadas pelo Estado. Essa publicidade ajudou a construir a imagem de uma Amazônia mítica, com terras abundantes e férteis, disponíveis a qualquer família que se dispusesse a ocupá-la. As empresas privadas investiam vultuosos recursos em propagandas, desde anúncios, em jornais, revistas e rádio, até a construção de escritórios em cidades – sobretudo as situadas na região Sul, como o estado do Paraná - onde havia maior concentração de pequenos produtores rurais (alguns capitalizados) que estavam sendo expropriados de suas terras[2].

[1] O Decreto-Lei de nº 5.173, de 27 de outubro de 1966 que dispõe sobre o "Plano de Valorização da Amazônia e extingue a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e dá outras providências" em seu artigo 2º determina que a Amazônia abranja a região compreendida pelos estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda pelas áreas do estado de Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, do estado de Goiás a norte do paralelo de 13º e do estado do Maranhão a oeste do meridiano de 44º. FONTE: BRASIL. Decreto-Lei de nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm. Último acesso: 15 de janeiro de 2015.

[2] GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*. Política de Colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá/MT: Ed. Unicem (Apoio Unesco), 2002. p. 49.

O Estado, por outro lado, apoiava e incentivava as ações da iniciativa privada, seja através de decretos-lei que previam a venda, a preços módicos, de grandes áreas de terras devolutas do Estado ou através de programas de desenvolvimento que tinham por objetivo financiar projetos, no território amazônico, como agropecuárias, projetos de colonização, entre outros, apoiados pela construção de rodovias federais. Ainda, é possível considerar, como um importante sinal do comprometimento do governo com um modelo de ocupação da Amazônia, os discursos dos presidentes militares, em especial, a partir de 1970, que, continuamente, conclamavam os trabalhadores rurais a ocuparem a Amazônia, não apenas para desenvolvê-la economicamente, mas, também, para salvá-la da cobiça internacional.

Muitos dos discursos e propagandas causaram grande impacto nos trabalhadores rurais do Nordeste e do Sul do país. No que diz respeito aos primeiros, o apelo ao deslocamento para o território amazônico foi mais intenso, por conta das grandes dificuldades enfrentadas por esta parcela da população. Além de recorrer ao discurso da escassez de terras disponíveis para os pequenos produtores rurais, o governo, ainda, justificava como causas para a migração os desastres naturais que assolavam a zona rural de algumas regiões do Brasil.

O Nordeste atingido pela grande seca do ano de 1970 era exemplar. Tendo, em vista a situação vivenciada pela população do campo (os mais prejudicados, pela falta de chuvas e planejamento) o governo logo tratou de aproveitar a situação para oferecer uma melhor alternativa para aqueles que não conseguiam reproduzir a sua força de trabalho. Em pronunciamento, no dia 8 de julho de 1971 (por ocasião do encerramento das frentes de trabalho, construídas para dar suporte às cidades mais atingidas), o Presidente Emílio Médici afirma, reiteradas vezes, que a melhor opção para os pequenos produtores e trabalhadores rurais é o deslocamento para áreas mais úmidas do país. Segundo o governo, havia um lugar pronto para recebê-los de braços abertos, onde a falta de chuvas não seria um problema, nem a pretensa “falta de terras”: o território amazônico.

É importante levar em consideração, que essa demanda por terras em grande parte, é criada pelo modelo econômico, desenvolvido no campo, baseado na monocultura e no latifúndio. As ações do governo não se propõem a atacar o problema, de forma definitiva, como propondo uma reforma agrária ampla e abrangente, mas suas ações voltadas para os pequenos produtores e trabalhadores rurais podem ser consideradas como superficiais e paliativas, como se a melhor solução para esses indivíduos não estivesse na permanência, em seus lugares de trabalho.

O direcionamento, por parte do governo, de "excedentes populacionais" para a Amazônia, não é inédita na história do Brasil. Largamente utilizada durante o governo Vargas, a ideia de ocupar espaços, demograficamente pouco habitados, em comparação com outras áreas do país (sem levar em conta as sociedades indígenas), será aliada ao sentimento nacionalista, traduzido pela noção de "integração nacional". Durante a vigência do regime civil-militar (1964 a 1985), permanece o projeto de ocupar o espaço amazônico e integrá-lo às áreas mais desenvolvidas do país, proposto através da intervenção de um novo aparato político e econômico, com a criação (ou a reformulação) de novas instituições[3].

Diversos trabalhadores rurais, provenientes do Nordeste, serão, inicialmente, utilizados, como mão-de-obra na construção das rodovias e outras obras de infraestrutura. Dirigiram-se, também, aos projetos de colonização, tanto da iniciativa privada (implementados pelas empresas colonizadoras), quanto da iniciativa oficial (aqueles coordenados pelo Incra). Outros, ainda, selecionaram e ocuparam áreas devolutas do Estado, sem qualquer direcionamento de nenhum órgão governamental ou privado, movimento conhecido como "colonização espontânea". Não é possível omitir a citação das áreas de mineração, as quais, também, vão atrair um grande número de mão-de-obra.

Contudo, é preciso questionar as relações aparentemente óbvias que ligam o Nordeste à Amazônia. Esse "ideal" ou "destino" comum, que liga esses dois espaços, foi fabricado pelos governos militares, em especial, no que envolve as políticas públicas que têm por objetivo intervir na agricultura e no mercado de terras. Quando analisamos os programas de desenvolvimento regionais - tais como Programa de Redistribuição de Terras de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA, 1971), Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE, 1972), Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA, 1974), e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO, 1975) – percebe-se que a grande maioria

[3] Como, por exemplo, a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) com a promulgação da Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966 que "Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências" FONTE: BRASIL. Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5173.htm#art2. Último acesso: 14 de janeiro de 2015. E também a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) com a promulgação da Lei nº 5.365 de 1º de dezembro de 1967. Segundo o § 1º desta lei a área de atuação da SUDECO compreende os estados de Goiás e do Mato Grosso. FONTE: BRASIL. Lei nº 5.365 de 1º de dezembro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5365.htm. Último acesso: 14 de janeiro de 2015. Entre outros.

deles colocam como principal objetivo o desenvolvimento do território amazônico. Todavia, para alcançar o progresso, como entendido pelo governo, era preciso ocupar as áreas consideradas "vazias" desse território.

Os pequenos produtores e trabalhadores rurais, do Sul e Nordeste do Brasil, seriam a mão-de-obra ideal para levar a cabo essa ocupação, especialmente quando se leva em consideração o histórico de conflitos sociais no campo que o Nordeste apresentava no período anterior a 1964. Havia, por parte do governo, grande preocupação em esvaziar os conflitos sociais que envolviam a luta pelo acesso à terra e aos direitos trabalhistas do homem do campo. Essas reivindicações eram vistas, pelo Estado, como um ato de subversão da ordem imposta, na medida em que, ao reivindicarem melhores condições de vida e trabalho, esses homens e mulheres colocavam em dúvida a imagem do Brasil, produzida pelos militares e seus assessores, as quais veiculavam: o país do milagre econômico e das oportunidades. Logo, deslocar essa parcela da população, na visão do governo, resolvia dois problemas: "o do homem sem terras no Nordeste e da terra sem homens na Amazônia"[4]. Contudo, esse discurso ignora a presença de diversas nações indígenas e comunidades tradicionais, algumas destas últimas constituídas por populações que se deslocaram para o referido espaço, antes de 1970. Ainda, é preciso considerar a presença de focos guerrilheiros, em uma parte do território amazônico, no estado do Pará[5].

Nessa perspectiva, o que interessa é problematizar o deslocamento de trabalhadores rurais em grupos, ou acompanhados de suas famílias, do Nordeste para a Amazônia, em particular, para o norte de Mato Grosso. Toma-se como ponto de partida, a análise das políticas públicas dos governos militares, no período de 1970 a 1985. As políticas de desenvolvimento regionais, pensadas para a Amazônia, intensificaram os deslocamentos populacionais, já existentes, que tinham, como destino esse território, sobretudo, para os estados que receberam projetos de colonização, agropecuários e minerais, tais como, o Mato Grosso, Pará, Rondônia.

[4] Discurso proferido pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 08/10/1970. p. 149. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes.

[5] Há uma grande diversidade de autores que dedicam-se a analisar o movimento de luta armada ocorrido na região do Araguaia no Mato Grosso, entre eles: CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia:* a esquerda em armas. Goiânia: Editora UFG, 2003. GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada:* as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. POMAR, Wladimir. *Araguaia:* o partido e a guerrilha (Documentos Inéditos). São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980. Entre outros.

Considerei começar meus estudos pela década de 1970, que se revela um importante ponto de partida para a análise dos deslocamentos populacionais em direção ao território amazônico. Foi, a partir do ano de 1970, que o governo publica decretos-lei (como o PIN) dando a conhecer suas políticas de ocupação para o referido espaço com o objetivo de desenvolver diversas áreas, consideradas "periféricas" aos centros produtivos do país, a fim de integrá-las às grandes economias mundiais.

O estudo das ações que vão influenciar os deslocamentos populacionais para o território amazônico é de importância ímpar, visto que, a partir do golpe civil-militar de 1964, os governos militares vão estipular políticas de controle dos trabalhadores rurais, voltadas para o processo de distribuição e acesso às terras na Amazônia. Entre os principais exemplos dessas políticas encontra-se a criação de planos nacionais, tais como o Plano de Integração Nacional (PIN, criado em 1970) e a implementação de grandes eixos rodoviários, como a Transamazônica, no sentido leste a oeste, do Pará ao Amazonas (tendo como ponto de partida o estado da Paraíba), e a rodovia Cuiabá (MT) – Santarém (PA) direção Sul – Norte. O historiador Pere Petit observa de três fases distintas na política econômica da administração federal, em relação à Amazônia, desde a criação da SUDAM até o fim do Regime Civil-Militar, em 1985. A primeira delas se caracteriza pela mudança na política de incentivos fiscais; a segunda (entre 1970 e 1974) é marcada pela prioridade aos projetos denominados de colonização, aos projetos energéticos, à ampliação da rede viária terrestre, como, por exemplo, a construção da Transamazônica. A terceira fase começa já, a partir de meados dos anos 1970, quando o governo federal orienta sua intervenção econômica, mais especificamente, para o território amazônico, dando preferência ao incentivo da iniciativa privada, nesse local. Para o Estado, a Amazônia dispunha de "vantagens corporativas em relação a outras regiões do país"[6]. Para o estudo dos deslocamentos populacionais que ligam o Nordeste à Amazônia, irei privilegiar a análise da segunda fase, a das políticas econômicas, destinadas ao referido espaço.

Fazia parte dos planos do governo dividir a tarefa de colonizar a Amazônia com a iniciativa privada. Os projetos de desenvolvimento com os incentivos financeiros do governo previam a farta oferta de crédito para a empresa que se propusesse a estabelecer projetos econômicos na Amazônia. A ocupação desse território ocorreu em duas frentes simultâneas: em primeiro lugar, os trabalhadores migrantes que iam à procura de terra e

[6] PETIT, Pere. *Chão de Promessas*: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003. p 25.

trabalho e, em segundo, as empresas privadas que foram atraídas pelos incentivos fiscais, oferecidos pelo governo. Essas ocupações foram concomitantes, não havendo precedência de nenhum desses grupos sociais[7]. Os trabalhadores foram atraídos, especialmente, para dois tipos de atividades, nos projetos de colonização (como "colonos" ou para diversos serviços), que ofereciam parcelas de terra a preços módicos a pequenos e médios produtores rurais e, ainda, empregados nos projetos agropecuários. Ambas as formas vão atrair um grande número de trabalhadores rurais, em especial, provenientes do Nordeste, particularmente para Mato Grosso (sua parte norte) e para o Pará.

O norte do estado de Mato Grosso (microrregião do norte mato-grossense) segundo a nomenclatura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[8], não é uma área que pode ser facilmente delineada em um mapa. Área, amplamente identificada como palco de violentos conflitos envolvendo a posse da terra, o norte de Mato Grosso não é, apenas, um espaço geográfico assinalado com fronteiras, mas um espaço que apresenta uma configuração social e política específica. Observa-se que cada projeto, implementado nessa área geográfica apresenta um fator que faz com que sua experiência seja singular. Os projetos de colonização, por exemplo, apresentavam uma alta demanda de pequenos produtores rurais dispostos a se instalarem de forma permanente. Já os projetos agropecuários e mineradores tinham uma grande necessidade de mão-de-obra temporária.

A parte norte do Mato Grosso recebeu diversos tipos de projetos: de colonização, agropecuários e mineradores entre outros, todos eles constituindo um grande espaço de frentes de trabalho para os diversos tipos de trabalhadores, aqueles que se deslocavam, com a família, ou aqueles em busca de trabalho temporário. Talvez, por isso, tenha sido uma das áreas mais atraentes para os trabalhadores provenientes do Nordeste. Mas de qualquer modo, segundo Brandford e Glock, no início da década de 1970, um estudo sobre a "frente pioneira" calculou que, entre 250 mil e 400 mil "peões", trabalhavam na região amazônica, nos períodos de seca de seus estados de origem[9].

---

[7] PEREIRA, Aírton dos Reis. A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Migrações, conflitos e violências. Texto apresentado para a obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2012. pp. 10-14.

[8] Segundo a Sinopse Preliminar de 1980, do estado do Mato Grosso, este divide-se em seis microrregiões homogêneas, são elas: Microrregião do Norte Mato-Grossense (332); Microrregião do Alto Guaporé-Jauru (333); Microrregião do Alto Paraguai (334); Microrregião da Baixada Cuiabana (335); Microrregião de Rondonópolis (336), e a Microrregião do Garças (337). .

[9] BRANFORD, Sue; GLOCK, Oriel. *The last frontier: fighting over land in the Amazon*. Londres: Zed Books, 1985. p. 55.

O considerável aumento populacional ocorrido após a segunda metade da década de 1960, em direção aos "novos territórios" que iam sendo (re)ocupados na Amazônia, transformou, de forma definitiva esse território. Estima-se que, nas últimas décadas do século XX, apenas o estado do Mato Grosso ganhou mais de 100 novos municípios[10]. Vários desses municípios tiveram, em sua composição inicial, mais da metade de sua população, composta por grupos sociais provenientes de outros estados do país.

Parte desse movimento populacional foi identificado nos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa por Amostra de Domicílio (PNAD), base para os recenseamentos gerais da população. Através dos Censos dos anos de 1970 e 1980, é possível observar a intensidade do movimento populacional que tem, como destino, por exemplo, o estado do Mato Grosso. A partir do Censo Demográfico de 1970 observa-se uma maior preocupação, do Estado para com os deslocamentos populacionais. Essa preocupação pode ser identificada, quando se observa que, pela primeira vez, o IBGE, interroga seus entrevistados, acerca da naturalidade, em relação ao município e ao estado onde residiam. Também, é realizado um histórico do tempo de residência, no município e nos estados. Ou seja, pode-se traçar um panorama, não apenas do número de migrantes que se deslocaram, para o Mato Grosso, durante as décadas de 1970 e 1980, mas há quanto tempo esses recém-chegados se instalaram. Tomo aqui como objeto de reflexão o estado de Mato Grosso por sua importância como espaço de recepção de trabalhadores rurais (em razão dos projetos agropecuários, de colonização, entre os mais significativos).

No que diz respeito aos trabalhadores do campo, provenientes do Nordeste, percebe-se o aumento do movimento migratório, para esse território, na medida em que as terras, reservadas pela União, para os projetos agropecuários e de colonização vão sendo ocupadas. A preocupação com o local de nascimento dos moradores, especialmente, em relação ao estado em que residem, leva a pensar as políticas e práticas dos governos militares, no que diz respeito ao "problema da população" do país. E até que ponto as políticas públicas do governo federal incentivavam e orientavam o deslocamento populacional para o território amazônico.

O estudo do deslocamento de trabalhadores, do Nordeste para a região amazônica, ainda, perpassa várias problemáticas, entre elas, o tema das migrações, em âmbito mais

[10] Cf. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Passos nômades: narrativas de espaço – construção de novas cidades e memória histórica – Mato Grosso. In: COSTA, Cléria Botelho da; MAGALHÃES, Nancy Alessio (Orgs.). *Contar história, fazer História – História, cultura e memória.* Brasília: Pararelo 15, 2001.

geral que é bastante significativo. No estudo dos dados, referentes ao deslocamento populacional, do período de 1970 a 1985, poder-se-ia, em um primeiro momento, associar este movimento em direção as áreas urbanas industrializadas do país. Porém, não se pode considerar que, neste período, os trabalhadores rurais e suas famílias estejam, apenas, se dirigindo às cidades, em busca de trabalho nas indústrias. Por outro lado, o esvaziamento das pequenas propriedades rurais, não pode ser relacionada somente à modernização do campo, que despojou camponeses de seu modo de vida tradicional, ou, pela concentração de grandes áreas de terras, nas mãos de uns poucos favorecidos. Esses fatores são de extrema importância, mas, é preciso ficar atento à outra dimensão do problema.

Em artigo publicado em 1989, Moacir Palmeira, analisando os dados censitários e censos agropecuários referentes a década de 1980, observa uma nítida e progressiva diminuição, no número de empregados permanentes, parceiros e outros, nos estabelecimentos rurais - categoria na qual são descritos os trabalhadores residentes, nas propriedades. No ano de 1940, a porcentagem do "pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários" é de 40%. Em 1980, essa porcentagem diminui para 13%, embora, seja registrado um certo crescimento entre 1970 e 1980. Por outro lado, a expulsão dos trabalhadores rurais[11], do interior das grandes propriedades, não impediu que os pequenos produtores entre 1940 e 1988 aumentassem em número mais do que qualquer outra categoria de trabalhador rural – os responsáveis e membros não remunerados da família entre 1940 e 1980 passaram de 5,7 milhões, pouco mais de 50% do total, para 15,6 milhões, pouco mais de 74% de todo o "pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários"[12].

Isso mostra que apesar do crescente aumento no número de grandes propriedades, os trabalhadores rurais ainda são uma categoria em ascensão. Portanto, é mais complexa do que parece, em um primeiro contato, a relação entre a concentração fundiária e os trabalhadores rurais. É perceptível, através da análise do recenseamento agropecuário do Brasil de 1980, que o número de trabalhadores permanentes, em estabelecimentos agropecuários, diminuiu, todavia, isso não se traduz, de forma imediata, no esvaziamento do campo, em favor das cidades. O aumento, no número de pequenos produtores,

[11] O autor trabalha com os termos *trabalhador rural* e *camponês* como equivalentes, incluídos os assalariados permanentes e temporários, os parceiros e os arrendatários, bem como os posseiros e os pequenos proprietários familiares. Cf. PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. Revista estudos avançados. Vol. 03. nº 07. São Paulo. Set/Dez 1989.

[12] PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. Op cit. p 4.

demonstra que pelo menos, uma parte dos trabalhadores rurais que antes, estavam empregados em fazendas, agora, possuem ou ocupam, um lote de terras. Ainda, é possível considerar que a diminuição dos postos de trabalho permanentes, em agropecuárias, também, pode significar um aumento, no uso de mão-de-obra temporária.

Com o grande número de trabalhadores rurais migrantes, disponíveis, muitas agropecuárias e mineradoras recorrem ao uso do trabalho temporário, também, conhecido como "empreita[13]". Uma parcela desses trabalhadores migrantes ao serem contratados por "gatos" ou "empreiteiros" vivenciaram a experiência do trabalho degradante ou análogo ao de escravo. Para melhor compreender como ocorrem os casos extremos de trabalho degradante ou análogo a de escravo, foi analisada a documentação disponível na Prelazia de São Félix do Araguaia[14]. A grande maioria dos trabalhadores, atendidos pela instituição, durante o período de 1970 a 1980, encontram-se, em situação de trabalho escravo ou degradante. Outros denunciaram a falta de pagamento por parte das fazendas e agropecuárias e violações graves aos direitos humanos e trabalhistas. Também chegam à Prelazia relatos de posseiros que sofreram assédio violento dos grandes proprietários e pistoleiros, para abandonarem as terras que ocupavam. O auxílio da Prelazia aos trabalhadores que se encontravam em situação de risco de vida (aqueles que fugiam das fazendas) foi de grande importância especialmente, levando-se em conta que nas décadas de 70 e 80 do século XX, esses trabalhadores tinham contra si o poder dos grandes latifundiários e também, o aparato de segurança pública estadual. Os policiais militares, muitas vezes, se colocavam ao lado dos grandes proprietários de terra a procura por trabalhadores "fugidos", com a justificativa de que eles teriam deixado a fazenda ainda com dívidas.

Em um ambiente estranho, onde estavam separados de suas famílias e amigos, os trabalhadores migrantes não possuem muitas opções, quando enfrentam dificuldades. A

[13] "Empreita" é o nome dado pelos trabalhadores e funcionários das empresas aos contratos temporários de trabalho. Esses contratos muitas vezes envolvem uma área de mata virgem que deve ser derrubada para a criação de gado ou plantação monocultora. Esses acordos são firmados antes do começo do trabalho onde fica acertado o preço pago por alqueire e a área a ser derrubada. Como os trabalhos são feitos em grupo, é eleito um trabalhador para ser o "chefe de turma" e este fica como ligação entre os trabalhadores e a administração da fazenda.

[14] A Prelazia de São Félix do Araguaia (Territorialis Praelatura Sancti Felicis) foi criada em 13 de maio de 1969 e é uma circunscrição da Igreja Católica no Brasil pertencente à Província Eclesiástica de Cuiabá e ao Conselho Episcopal Regional Oeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Está situada, na cidade de São Félix do Araguaia, Noroeste do estado de Mato Grosso, divisa com o Pará e o Tocantins. A Prelazia teve, como seu primeiro Bispo prelado, Dom Pedro Casaldáliga, figura emblemática, na luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra e como grande defensor daqueles que fugiam das situações degradantes, encontradas nas fazendas da região.

documentação mostra que, em muitos casos, quando o trabalhador se encontra em situação de trabalho degradante (seja por conta da precariedade dos alojamentos e da alimentação ou por conta da falta de pagamento), muitas vezes, não existe a opção de pedir demissão. Isso acontece porque esse trabalhador é enredado em uma teia de dívidas que o envolve desde o transporte para chegar à fazenda, até sua alimentação e equipamentos de trabalho, itens que, por lei, deveriam ser entregues aos trabalhadores de forma gratuita.

Constatadas as condições precárias de trabalho e alojamento, a falta de pagamento e a truculência dos funcionários das fazendas que exigem longas horas de trabalho, os trabalhadores recorrem a "fuga". Muitos desses trabalhadores passam dias caminhando, quando sobrevivem pois, a grande maioria das fazendas encontra-se a quilômetros de distância da cidade mais próxima. Em Mato Grosso se dirigem a áreas mais próximas e a Prelazia onde esperam receber proteção. A malária, popularmente, frequentemente denominada na documentação como "maleita" era endêmica, na área, especialmente, nos locais de desmatamento, e fazia muitas vítimas entre os trabalhadores. Como muitas vezes não contavam com atendimento médico, os que ficavam nas fazendas faleciam por conta de doenças. Encontram-se muitos casos, na documentação, que registram os relatos de trabalhadores abandonados na porta das igrejas, farmácias ou na Prelazia de São Félix do Araguaia, muito doentes. Eram os padres, freiras e agentes pastorais que encaminhavam esses doentes para os hospitais e documentavam o caso.

Pode-se observar, através dos depoimentos e declarações alocados no Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, as circunstâncias cotidianas, como o preço pago por produtos de primeira necessidade (tais como alimentação, utensílios de cozinha e remédios), nos barracões das fazendas. Essas situações, com frequência, fazem com que o trabalhador fique preso às empresas, por conta do endividamento. Analisa-se ainda a luta, travada pelos trabalhadores temporários, para receberem o pagamento pelos serviços prestados. É interessante acompanhar a saga, empreendida por esses indivíduos que lutam, não apenas, pela recompensa material, mas, pelo reconhecimento de seu status de trabalhador e ainda, pela punição daqueles que enganam homens e mulheres, com a promessa de altos salários e os abandonam, à própria sorte, em lugares ermos. Muitos, ainda, são vítimas de espancamentos, torturas, estupros, entre outros, nas mãos dos chamados "empreiteiros"[15].

[15] Documentos retirados do Arquivo da Prelazia de São Féliz. Pasta: B08.1.7 – 1981 a 1983. Documentos: B08.1.7.01 P1.4/ B08.1.7.01 P2.4/ B08.1.7.01 P3.4/ B08.1.7.01 P4.4, entre outros. Os documentos da

Esse modelo de contratação de funcionários, adotado principalmente pelas fazendas agropecuárias (que depende de um intermediário entre a empresa e os trabalhadores temporários) é origem de inúmeros problemas. Com a "terceirização" na contratação dos "peões" que trabalham sob a forma de "empreitas", as empresas isentam-se da responsabilidade com o bem-estar dos trabalhadores, incluindo direitos trabalhistas como salário mínimo, férias e pagamento de benefícios. Observa-se, através do estudo dos arquivos da Prelazia de São Félix do Araguaia, muitos casos, nos quais, ao denunciar e processar as empresas por falta de pagamento de salários, estas baseiam sua defesa no argumento de que não são responsáveis pelos contratos dos trabalhadores temporários. Os advogados afirmam que o cuidado com os funcionários é de inteira responsabilidade do intermediário, o "empreiteiro", logo, não tendo a empresa nenhuma ligação direta com os "peões".

Os intermediários, também conhecidos como "gatos", são figuras centrais para a compreensão das relações de trabalho no território amazônico, em particular, no norte mato-grossense onde centrei meus estudos. Os "gatos" são responsáveis pelo recrutamento da mão-de-obra temporária, e também pelo pagamento, alimentação, saúde, entre outros.

Muitas vezes, nesses lugares, que se encontram em lugares de difícil acesso, fora do alcance de órgãos de fiscalização, os "gatos" sentem-se livres para cometer as mais diversas arbitrariedades. Desde a mais corrente, como a falta de pagamento do serviço prestado, a espancamentos, estupros, e assassinatos. Quando algum "peão" consegue fugir, enfrenta dias de caminhada até o município ou povoado mais próximo. A chegada não necessariamente significa segurança. Com a polícia militar geralmente agindo a favor dos empresários e "gatos", alguns dos trabalhadores que conseguem fugir são capturados e levados de volta aos locais de trabalho sob a justificativa de que contraíram dívidas com as empresas ou com os "empreiteiros" e não podem evadir-se do trabalho sem quitar seus débitos.

A intenção dos empreiteiros ao isolar os trabalhadores em locais de difícil acesso é, em parte, fragilizar esses indivíduos, pois o mesmo se encontra desamparado, longe de sua principal rede de apoio, a família. Mesmo em casos de desaparecimentos, ou quando o trabalhador consegue comunicar-se com seus familiares e narrar as condições degradantes

---

Prelazia de São Félix do Araguaia se encontram, em parte, digitalizados e alocados no Laboratório de História Oral e da Imagem (LAHOI), no 11º andar do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

em que vive, esses pouco podem fazer. Analisamos casos em que a família ficou mais de um ano sem qualquer notícia de seus parentes, e isso se torna mais grave ao pensarmos que, esses homens, são, na grande maioria das vezes, os principais provedores de suas famílias. Alguns trabalhadores migrantes que sairiam em busca de trabalho não retornaram. Em estudo no Maranhão e Piauí, os autores Neide Esterci e Ricardo Rezende[16] encontraram famílias em que pais, maridos, filhos e irmãos foram para o Pará ou para outros estados, municípios, cidades e povoados – e não voltaram mais. Geralmente, as informações que a família possui sobre eles são muito vagas não havendo nem um ponto de partida de onde procurá-los. Há pessoas desaparecidas há dois, cinco, dez e até vinte anos.

A aparente isenção das empresas nos casos de violência contra trabalhadores temporários deve ser discutida. Em seus argumentos de defesa, as agropecuárias, geralmente, recorrem a justificativa da terceirização para não serem responsabilizadas nos casos em de violação aos direitos humanos e trabalhistas que chegam aos tribunais. Segundo a lógica dessas empresas, a presença da figura do "empreiteiro" faz com que os trabalhadores temporários não tenham nenhuma ligação legal com as agropecuárias, pois, não existem contratos formais que liguem esses aos escritórios e donos das empresas. Logo, o argumento segue a linha do desconhecimento da situação vivenciada pelos peões, visto que a responsabilidade por seu bem-estar é dever dos "gatos".

O argumento utilizado pelas empresas apresenta diversos problemas. A primeira delas é sua falta de dever para com os trabalhadores temporários. Mesmo o contrato sendo realizado através de intermediários, a empresa não pode ser isenta de zelar pelo bem estar dos homens e mulheres que estão prestando-lhes serviços. Esse, inclusive, é o entendimento da justiça em alguns processos trabalhistas analisados para este trabalho. A falta de documentação que comprove a ligação dos trabalhadores temporários com determinada empresa, também é um fator que dificulta processos na Justiça do Trabalho contra as fazendas. Entretanto, em alguns casos analisados, ainda é dado ganho de causa aos trabalhadores rurais, mas, quando em processos criminais, com acusações de violência

[16] ESTERCI, Neide; REZENDE, Ricardo. Décadas de combate ao trabalho escravo: avanço, recuos e a vigilância necessária. In: CERQUEIRA, Gerba Cavalcanti; FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; COSTA, Célia Maria Leite (orgs.). *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

e tortura, a Justiça ainda parece entender que as ações do "gato" não são de responsabilidade da empresa.

Quando são constatadas as condições degradantes em que vivem os trabalhadores rurais temporários, em muitos casos, essa prática é chamada de *trabalho escravo*, ou *trabalho análogo a de escravo*, ou, ainda, *trabalho escravo contemporâneo*. O uso desses termos ainda suscita muitos debates[17]. Alguns historiadores têm reservas sobre o uso do termo, para o período pós-abolição, porque se pode argumentar que ao abolir legalmente a prática de ter um ser humano como propriedade, a escravidão ficou inviabilizada como sistema. Todavia, alguns autores que se dedicam a analisar o caso, afirmam que o uso deste termo é de extrema importância, em particular, para aqueles que atuam na sua erradicação[18].

O termo "escravo", ganha novos contornos quando utilizados pelos trabalhadores, juízes e promotores da Justiça do Trabalho, agentes de pastorais e padres da Comissão Pastoral da Terra, entre outros. Esses atores não pretendem, apenas, caracterizar uma prática corrente em algumas áreas do país, nem recorrer ao anacronismo ao tentar transportar uma prática de séculos anteriores para os dias atuais. A escravidão contemporânea pode ser considerada um fato recente na história do Brasil[19], em especial, nas três últimas décadas do século XX. Esse modelo econômico que envolve "gatos" e "peões" é frequente em áreas que receberam projetos de desenvolvimento econômico e incentivos fiscais do governo militar, em especial, após 1970.

É inegável a relação que existe entre as áreas que receberam programas e incentivos do governo e o exponencial aumento no número de casos de trabalho escravo contemporâneo ou degradante. Em última instância, podemos afirmar que a postura adotada pelo Estado nesses casos, também, deve ser problematizada, visto que, ele foi o maior financiador da presença da iniciativa privada no território amazônico. O aumento do deslocamento de trabalhadores rurais (particularmente, os provenientes do Nordeste), aliado as políticas públicas dos governos militares que visavam incentivar esse movimento

[17] Destaco a contribuição da historiadora Ângela de Castro Gomes que em seus textos se dedica a problematizar as categorias "trabalho análogo a de escravo" e "trabalho escravo contemporâneo". Cf. GOMES, Ângela de Castro. Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, n. 64, p. 167-184, 2012.
[18] Cf. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando Fora da Própria Sombra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004
[19] GOMES, Ângela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. In: *História Oral*: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.11, n.1-2, jan- dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008.

e, ainda, a presença de empresas privadas no referido território, serão determinantes para o desenvolvimento das relações de trabalho nesse espaço. O estudo desses três fatores: políticas públicas para o Nordeste e a Amazônia, deslocamentos populacionais no Brasil e relações de trabalho fornecem ricos caminhos de análise para melhor entendermos a migração de trabalhadores rurais provenientes do Nordeste para a Amazônia.

***

Este trabalho tem por objetivo problematizar o deslocamento de trabalhadores rurais do Nordeste para a Amazônia, privilegiando o estudo da parte norte mato-grossense, entre os anos de 1970 e 1985. Para melhor proceder as análises, mobilizamos todo um aparato documental e bibliográfico que envolvem discursos de presidentes da república, Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os documentos alocados no Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, entre outros.

No primeiro capítulo, intitulado *"Ideal comum" – A Amazônia e o Nordeste segundo o discurso governamental e o deslocamento de trabalhadores rurais*, partimos da análise dos projetos de desenvolvimento do governo federal, em especial aqueles implantados a partir do ano de 1970, discutindo o aumento do deslocamento de trabalhadores rurais provenientes do Nordeste para o território amazônico. Ainda levamos em consideração a criação do aparato legal e institucional montado pelo Estado para lançar as bases de seus investimentos na Amazônia. Entre as instituições mais importantes se encontram a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO) que serão responsáveis pelo financiamento de diversos programas de desenvolvimento na Amazônia e obras de infraestrutura. Ainda analisamos alguns discursos do Presidente Emílio Garrastazu Médici, em especial aqueles que dizem respeito ao Nordeste e a Amazônia. O estudo dessas fontes são um rico caminho de pesquisa para o estudo dos efeitos da ação do Estado nos deslocamentos populacionais no Brasil, em particular, do Nordeste para a Amazônia. Ainda, é possível perceber o quanto o chamado "Eldorado", criado a partir dessas ações, influenciará no deslocamento de trabalhadores rurais.

No segundo capítulo, intitulado *O norte mato-grossense. Os Censos Demográficos do IBGE e os deslocamentos populacionais*, concentramos o trabalho no estudo dos recenseamentos gerais da população publicados pelo IBGE nos anos 1970 e 1980, em particular, os volumes dedicados ao estado do Mato Grosso. Essas publicações tornam

possível acompanhar a reação da população recenseada às ações do governo, estudadas no capítulo anterior. Ainda, é possível discutir, sobre o papel dos recenseamentos do IBGE, na construção de uma concepção de Amazônia, na medida em que essas publicações não se limitam, apenas, a demonstrar dados acerca da sociedade brasileira, mas, também, realizam estudos sobre as diversas áreas do país e seu desenvolvimento. Os estudos que o órgão realiza sobre a microrregião do norte mato-grossense são de importância ímpar para entendermos o papel do Estado e suas instituições na distribuição e circulação da população. A análise será realizada à luz dos debates ocorridos na história e geografia acerca do conceito de migração, desterritorialização e reterritorialização, pois eles serão fundamentais à problematização do objeto de estudo desta dissertação.

O terceiro e último capítulo, intitulado *O deslocamento de trabalhadores rurais do Nordeste para a Amazônia e as relações de trabalho em áreas com predominância de "trabalho escravo contemporâneo",* dedicou-se a analisar a influência do maciço deslocamento de trabalhadores rurais do Nordeste para a parte norte do Mato Grosso considerando a constituição das relações de trabalho entre grandes fazendeiros, empresários e trabalhadores rurais. A existência dos projetos de colonização e agropecuários vão atrair um grande número de trabalhadores descapitalizados que serão empregados como mão-de-obra barata nas grandes fazendas e agropecuárias. Encontramos, sobretudo na leitura do Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia diversos casos de trabalhadores envolvidos em situações de trabalho escravo ou degradante. Ainda as pesquisas se detiveram no estudo de vários aspectos da vida dos trabalhadores rurais migrantes envolvidos nessa situação, tais como o funcionamento interno de uma fazenda, alimentação e saúde. Também não podemos ignorar a discussão em torno do uso do termo *trabalho análogo a de escravo* ou *trabalho escravo contemporâneo*, que vêm sendo alvo de intensos debates nos últimos anos.

Capítulo I - "A tarefa de abertura da Amazônia" e os deslocamentos de grupos sociais: discursos, decretos-lei e planos de desenvolvimento nacionais e regionais.

Cumpre destacar, de saída, que o deslocamento de trabalhadores rurais, do Nordeste, para a Amazônia, pode-se configurar, como um movimento recorrente, na História do Brasil[1]. Observando os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), percebe-se que existe um movimento de migração contínuo, partindo do Nordeste em direção aos estados do Centro-Oeste, em especial, o Mato Grosso. Entretanto, os deslocamentos são intensificados em alguns momentos da História do Brasil, que acompanham políticas públicas em que o governo estimula as migrações por motivos diversos. Um dos exemplos mais importantes e citados é a política conhecida como "Marcha para o Oeste"[2] de Getúlio Vargas.

Durante o Regime Militar, o deslocamento de trabalhadores rurais será parte integrante das políticas públicas federais. Entretanto, embora exista flagrante "afinidade" entre os dois sistemas de governo – o de Getúlio Vargas e o dos militares -, no que diz respeito às ações direcionadas ao deslocamento de trabalhadores para o território amazônico, há características distintas, nas respectivas políticas públicas.

Nessa perspectiva, é importante destacar que existem diferenças de objetivos – os quais podem se consubstanciar em metas – entre a "Marcha para o Oeste", predominantemente, destinada a ocupar a parte oeste do país, com a criação de colônias

[1] Realizando uma discussão sobre a ideia de Amazônia que foi utilizada em discursos de políticos e intelectuais ao longo da História do Brasil, o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida aponta que o direcionamento de trabalhadores rurais, em particular, aqueles oriundos do Nordeste, para o território amazônico pode ser observado desde o Século XIX, quando, no ano de 1877 (época em que o Nordeste passou por uma grande seca), o governo implementou políticas que favoreceram as migrações. Segundo o autor, tais argumentos "podem ser identificados sob uma forma de vulgarização científica quando todos discutem ou preconizam formas de exploração 'racional', ocupação 'racional' e ação 'racional' como 'moderna', suportando planos, projetos e programas oficiais de desenvolvimento da região amazônica" (p. 25). Ou seja, a cada governo que passa, são "recicladas" diversas ideias a respeito do território amazônico nas quais são projetados planos de desenvolvimento geralmente envolvendo dispositivos para "ocupar os espaços vazios", afirmando que os governos anteriores apesar de colocarem planos semelhantes em funcionamento, erraram em algum aspecto qualquer. Essa prática, influencia na divulgação da ideia de uma Amazônia homogênea e fictícia, muitas vezes corroborada por intelectuais que atuam em favor do estado burocrático. Cf. ALMEIDA, Alfredo W.B. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

[2] Chama-se de "Marcha para o Oeste" a política do governo Vargas (durante o Estado Novo, 1937 a 1945) que tinha como objetivo conduzir os fluxos de deslocamentos populacionais internos para a Amazônia com a justificativa de ocupar espaços considerados de "vazio demográfico". Há na historiografia uma rica bibliografia que desenvolve a temática, entre eles, Cf. OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. Revista Política e Sociedade, no 12 de abril de 2008.; LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Renavan: IUPERJ, UCAM, 1999. LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, SP: Papirus, 1986.

agrícolas[3] e a ação dos Governos Militares, nos quais, fixa-se, como meta, a ocupação, mesma, da Amazônia (com amplo apoio da iniciativa privada) considerada, segundo o discurso oficial, uma área de "vazio demográfico", a fim de desenvolvê-la economicamente e conectá-la aos grandes centros econômicos do país e do mundo. É importante ressaltar também que o número de trabalhadores que se deslocam para este território nas três últimas décadas do século XX foi substancialmente superior do que em qualquer outro momento da história do país, visto o esforço dos governos militares para atrair trabalhadores não só do Nordeste mas de outras áreas como o Sul do Brasil.

Nesse contexto, não será possível analisar a migração de trabalhadores rurais do Nordeste para o território amazônico, sem antes levar em conta as políticas públicas, implantadas pelos governos federais, para o referido espaço. A escolha das décadas de 1970 e a primeira metade da década de 1980, para o início dessas análises, não foi realizada de forma aleatória, pois, pode-se acompanhar a implementação e o desdobramento de um extenso conjunto de medidas governamentais que tinham, por principal objetivo, a ocupação amazônica, que influenciaram na intensificação do deslocamento de trabalhadores para aquele território.

1.1 – A Amazônia e o Nordeste segundo o discurso governamental e o deslocamento de trabalhadores rurais.

Para o governo federal, o movimento de deslocamento de parte da população que vivia no campo era necessário, por conta das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais e pequenos proprietários, em especial, do Nordeste (entre as mais graves e frequentes a alta concentração de terras e superexploração do trabalho). A principal causa das adversidades, na visão do governo, eram as secas frequentes e a pretensa "falta" de terras agricultáveis. Tais elementos impediam que as famílias se desenvolvessem e produzissem no campo, gerando, assim, um grande contingente de miseráveis. Em visita ao Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em seis de julho de 1970, o Presidente Emílio Garrastazu Médici se propõe a resolver os problemas gerados pela seca do ano de 1970, enfrentando-os com três ações principais: a primeira delas, investir em um

[3] Um grupo de autores optam por analisarem a História econômica e política do território amazônico através de ciclos (como os da borracha). Entre muitos exemplos recomenda-se a leitora de: MAHAR, Dennis J. Desenvolvimento Econômico da Amazônia: Uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. 1978 (Coleção Relatórios de Pesquisa nº 39 – IPEA) e CARDOSO, Fernando Henrique. MULLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo.* São Paulo: Ed. Brasiliense/CEBRAP, 1977.

plano de irrigação em áreas selecionadas. A segunda, promover o desenvolvimento de projetos agrícolas e fomentar instituições de pesquisas que se dediquem a estudar as "perspectivas de produtividade" das áreas atingidas pela seca e, no Nordeste, em geral. A terceira e última ação proposta pelo governo para o combate à miséria era incentivar a colonização de outras áreas do país, em especial, as "áreas úmidas do Nordeste do Maranhão, do Sul do Pará, do Vale do São Francisco e do Planalto Central"[4]. As linhas seguintes resumem a visão do Nordeste, compartilhada pelos integrantes do governo federal e funcionários da SUDENE, expressada através da palavra do Presidente Médici:

> Aqui vim para ver, com os olhos da minha sensibilidade, a seca deste ano, e vi todo o drama do Nordeste. Vim para ver a seca de 70, e vi o sofrimento e a miséria de sempre [...] vi como os homens se vinculam à terra, vinculadas aos seus donos. Vi essa pobre lavoura de sustento, sem água, sem técnica, sem adubo, sem produtividade, desenganada de dar o esperado fruto, e, pior que isso, vi a angústia dos meses que ainda virão sem chuva[5].

É interessante como, mesmo em uma reunião, na qual o objetivo era discutir ações para amenizar os problemas causados pela seca na verdade, chega-se à conclusão de que, mesmo tendo a sua disposição, os recursos do Fundo Especial para os Estados do Nordeste, as atitudes tomadas foram de caráter emergencial e paliativas. É visível na fala do Presidente o fato de que algumas áreas, especialmente, as mais secas, como o Sertão, estão além de qualquer ajuda, e muitos projetos implantados na área pelos governos anteriores, não passaram de desperdício de recursos. Esse discurso constrói uma imagem de uma terra que não pode mais comportar o contingente de trabalhadores que possui. Nesse âmbito, é colocada como uma das providências emergenciais para a situação da população atingida pela seca que se encontra sem nenhuma condição de obter renda (caso dos trabalhadores rurais), o trabalho na construção das rodovias, construídas com recursos do Plano de Integração Nacional (PIN), lançado, ainda, no ano de 1970, isso porque, as obras de irrigação, citadas no discurso, serão apenas realizáveis em algumas áreas selecionadas. Logo, muitas áreas não foram comtempladas, pois não se encaixaram nas "perspectivas de produtividade", de acordo com o plano de desenvolvimento do governo federal, criando, assim, uma ideia de "excedente populacional". Visto que o número de terras agricultáveis, nas áreas, seria pequeno, não comportariam o número de trabalhadores que lá viviam. Assumindo a impossibilidade de manter os trabalhadores rurais em suas terras, o governo afirma que os problemas da região

[4] Pronunciamento feito pelo Presidente Médici encerrando a reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em Recife, a 06/06/1970. p. 76. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes.
[5] Ibidem, pp. 71-72.

extrapolam o âmbito particularizado e atingem a nação inteira. A recuperação das áreas, atingidas pela seca, deveria contar com a ajuda de todos os brasileiros. Esse discurso, mais do que um anúncio de medidas para auxílio de áreas afligidas, pela seca, é um apelo à consciência nacional.

Todavia, as preocupações do governo federal com os trabalhadores rurais do Nordeste não foram apenas de ordem econômica. Segundo Octavio Ianni:

> A essa época, a SUDAM colocava o problema da colonização como um assunto setorial, definido principalmente em termos de 'colonização e segurança', isto é, nos termos de geopolítica inspirada na doutrina de defesa nacional. A colonização, civil e militar, oficial ou particular, era posta pelo poder público como uma forma de preencher vazios, reforçar núcleos preexistentes, ocupar áreas de modo a garantir a Amazônia na esfera do poder nacional[6].

Ou seja, era imperativo, para o governo, orientar os "excedentes populacionais" do Nordeste para a Amazônia não, apenas, por causa dos problemas sociais e econômicos que atingem a região, mas também, por conta do perigo "subversivo" que ela representa. Em Pernambuco, por exemplo, existe a conhecida atuação das Ligas Camponesas, as quais foram, duramente combatidas, quando os militares assumiram o governo do país. A mobilização dos trabalhadores rurais era vista como um perigo à segurança nacional. Logo, o impulso dado ao deslocamento, juntamente com o controle ostensivo dos sindicatos rurais era uma forma de diluir sua organização[7]. No que diz respeito a Amazônia, é preciso considerar os perigos de ter uma significativa área do país "despovoada" de acordo com o discurso oficial, e sem a presença efetiva do Estado. E nunca esquecer que não se pode chamar de "vazio demográfico" o território amazônico, visto o grande número de nações indígenas existentes no local, posseiros, populações ribeirinhas, entre outros seguimentos sociais. A Amazônia Legal, contudo, representava, segundo dados do IBGE, um dos menores índices de ocupação humana no Brasil (dados que serviam de base às políticas oficiais). Ainda foi levantado como uma das motivações para a ocupação do território amazônico a intenção que outros países

[6] IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979. Coleção Sociologia Brasileira, v. 11. p. 37.

[7] Na historiografia há diversos autores que dedicam-se a analisar a atuação de organizações de trabalhadores rurais, em particular os Sindicatos e Ligas Camponesas, antes e durante a vigência do Regime Militar, entre eles, destaca-se a contribuição de: CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo - Brasil (1962-1985).* Camponeses torturados, mortos e desaparecidos, Brasília: MDA, 2010. MONTENEGRO, A. T. Direitos trabalhistas e assassinato em tempos de regime civil-militar (1972 - 1973): o indiciamento dos irmãos Barreto. In Revista Mundos do Trabalho, v. o6, p. 91-106, 2014. E, ainda, PORFIRIO, P. F. A. . Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964). 1. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. v. 1. 146p. MONTENEGRO, Antônio Torres; Maria Paula N. Araújo; Carla Rodeghero. *Marcas da memória*: história oral da anistia no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

demonstravam em servir-se da biodiversidade da região, ferindo, assim, os direitos de soberania nacional do Brasil[8].

A imagem da Amazônia, que o governo federal divulga, nessa época, especialmente, no início da implementação de suas políticas, para esse território, no início da década de 1970, e as quais usa como base para seus planos de governo deve ser desnaturalizada. A ideia do "vazio demográfico" foi utilizada com certa frequência como uma justificativa para a ocupação do referido território. Todavia, considerar a Amazônia como demograficamente vazia é ignorar a existência de inúmeros povos indígenas e comunidades chamadas "tradicionais"[9] que vivem, nesse local, há gerações e, ainda, é preciso considerar os núcleos populacionais formados pelos migrantes que se dirigiram para o referido espaço, seja por conta das políticas de migrações dos governos brasileiros[10] ou de forma espontânea a procura de terra e trabalho.

O "vazio demográfico" amazônico faz parte de um conjunto de noções sobre esse território que já se encontrava solidificado em muitos estudos sobre o assunto. Segundo Alfredo Wagner de Almeida, existe uma relação entre os argumentos que intelectuais e políticos utilizam para explicarem a Amazônia, baseados em "formulações de esquemas interpretativos cristalizados", ou seja, são noções que perpassam várias épocas, que, de tão fixadas no senso comum, são repetidas, mesmo em textos acadêmicos, sem grandes questionamentos[11]. Naturaliza-se a concepção do território amazônico como lugar rico de recursos naturais, porém, pobre de homens. Os governos militares, ainda, complementaram

[8] A ideia de que o território amazônico precisava ser salvo da cobiça de outros países que desejavam utilizar-se da biodiversidade do local transparece em vários discursos do Presidente Médici, em especial, o discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 08/10/1970. Este pronunciamento tornou-se bastante conhecido por causa da emblemática frase proferida pelo presidente de que as iniciativas de colonização no espaço amazônico tinham o objetivo de sanar dois problemas: "o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia" p. 149. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes.

[9] O antropólogo Alfredo Wagner de Almeida, em importante artigo discute a ideia das chamadas "terras tradicionalmente ocupadas" e sua relação com a formação da identidade dos povos e grupos sociais que se relacionam intimamente com a natureza. Cf. ALMEIDA, Alfredo W.B. Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de territorialização e movimentos sociais. In. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.6, N.1 / MAIO 2004.

[10] O período conhecido como "ciclos da borracha" foi estudado por diversos autores, entre eles: GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva. Histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006. SANTANA, Arthur Bernady. A BR-163: "ocupar para não entregar", a política da ditadura militar para a ocupação do "vazio" Amazônico. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. Soldados da Borracha. Das vivências do passado às lutas contemporâneas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2013.

[11] ALMEIDA, Alfredo W.B. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Op cit. pp. 15-126.

essa ideia com a noção de que o território está pronto para receber os corajosos homens que se dispuserem a explorá-lo. A falta de questionamentos dos argumentos, construídos sobre a Amazônia, leva a análises generalizadoras do seu espaço. Mesmo a referência do território amazônico como uma região pode levar à conclusão de que este constitui um espaço homogêneo.

A ideia de território que vai além da construção geográfica, encontra ressonância no trabalho do geógrafo Rogério Haesbaert, o qual propõe o abandono da noção de um espaço homogêneo, por um espaço, também, construído pelos grupos sociais que o ocupam. Segundo Haesbaert:

> Trata-se, no conjunto, de compreender e analisar um espaço-território que é sempre, e ao mesmo tempo, espaço concreto, dominado, instrumento de controle e exploração, e espaço diferentemente apropriado (concreta e simbolicamente, utilizando a distinção lefebvriana entre dominação e apropriação), através do qual se produzem símbolos, identidades, enfim, uma multiplicidade de significados que operam em conjunto com funções estratégicas, variando conforme o contexto em que são construídos. Este espaço geográfico que participa ou compõe, direta e indiretamente, nossas relações cotidianas, com seus muros, fronteiras, suas infovias, suas imagens, seus fluxos, suas "rugosidades", este é o grande universo em que, aqui e ali, tímida ou mais incisivamente procuramos desenhar nossos "territórios alternativos"[12].

A noção de territórios alternativos, de Haesbaert, vem auxiliar a entender o território amazônico como um espaço múltiplo de signos, que não pode ser tomado como homogêneo, em todas as suas instâncias. Basta entrar em contato com os diversos discursos que os variados grupos sociais emitem, sobre o referido território, para notarmos como são múltiplas as noções, expressões e significações anunciadas. Trabalhadores, governo, instituições e imprensa fazem ecos a referências e argumentos que demonstram a diversidade de noções que, quando lidas, simultaneamente, ajudam a compor o mosaico de significados que o referido espaço representa[13]. "vazio demográfico", "terra fértil", "terra prometida", são apenas fragmentos de uma noção de Amazônia, divulgada por um conjunto de instituições e pela imprensa para influenciar uma reação (o deslocamento) de uma parcela da população, no referido caso, dos trabalhadores rurais. Quando perguntados, outros atores (tais como os agentes de pastorais da Igreja, funcionários de instituições do governo, polícia e etc.) imprimem outros significados a este território.

A imprensa desempenhou um papel fundamental na divulgação dos conceitos sobre o território amazônico, sedimentada, em boa parte da população, até os dias de hoje. A

[12] HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. SP/RJ: Contexto/EdUFF, 2002.
[13] ALMEIDA, Alfredo W.B. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Op. cit.

construção de uma Amazônia rica em biodiversidade, de solo fértil e demograficamente pobre, ressoava, através dos meios de comunicação, em especial, os jornais, com riqueza de detalhes. Realizando um estudo, sobre a cobertura da imprensa sobre a construção da Rodovia Transamazônica, César Martins de Souza revela que grande parte das reportagens que falavam sobre o tema, apresentavam a floresta como um "organismo vivo", que tentava, continuamente, "expulsar" os invasores que ousavam penetrar em seu espaço. Eram frequentes as matérias que cobriam as epidemias de malária, os ataques de animais selvagens e o clima, sempre, úmido. São ressaltados os perigos da floresta, especialmente, porque, ainda, encontra-se vívida, na memória nacional, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, episódio, marcado por frequentes tragédias, incluindo epidemias e violência[14].

Em reportagens escritas durante o ano de 1970, nos locais atingidos pela construção da Rodovia Transamazônica, o jornalista Alberto Tamer, em matéria, escrita para o Jornal "O Estado de São Paulo", revela as repercussões que a obra de grandes dimensões terá, nos trabalhadores, contratados para construí-la. O autor afirma:

> Para construir-se a Transamazônica será preciso sanear o ambiente e curar o homem para depois lançá-lo mata a dentro, na luta ingente e pioneira de vencer a selva. Malária, febre amarela, tifo e amebíase generalizada, eis apenas alguns dos elementos do ambiente hostil que tudo fará para expulsar o invasor, devolvendo-o à civilização das cidades iluminadas ou jogando-o na imensidão das caatingas ressequidas. Há condições para construir-se a grande rodovia e abrir novamente a selva ao homem nordestino, mas será preciso adotarem-se já, imediatamente, com urgência, medidas bem planejadas e imprescindíveis para que não se repita a tragédia da Madeira-Mamoré deixando, agora, um morto a cada 500 metros de estrada[15].

É possível notar, no texto do jornalista, os receios provocados pela floresta, onde o ambiente desconhecido e selvagem tenta, como um ser consciente, expulsar aqueles que querem prejudicá-la. Como se, ao adentrarem na mata virgem, devessem mostrar-se dignos de usufruir de seus tesouros. O autor, também, refere-se a "abrir novamente a selva ao homem nordestino", que, historicamente, é aquele eleito para desbravar a selva amazônica. É também, necessário "sanear o ambiente", ou seja, controlar e subjugar a mata hostil, para que ela não

[14] SOUZA, César Martins. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica. In. Revista Contemporânea – Dossiê 1964-2014: 50 anos depois, a cultura autoritária em questão. Ano 4, nº 5. 2014, vol. 1. p. 7. Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/5_Ditadura_grandes_projetos_e_colonizacao_no_cotidiano_da_Transamazonica.pdf.

[15] TAMER, Alberto. Transamazônica – solução para 2001. 26 de julho de 1970. Rio de Janeiro: APEC, 1971. *Apud*. SOUZA, César Martins. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica. p. 8. Op cit.

esmague aqueles homens que, atendendo ao chamado de seu país, vieram enfrentar a "luta ingente e pioneira" de levar o desenvolvimento as áreas menos povoadas do Brasil[16].

É interessante observar, também, que, em nenhum momento, o autor questiona sobre a necessidade da construção da rodovia, se era preciso realizar a ocupação do referido espaço, ou ainda, sobre a existência de núcleos populacionais existentes antes da implementação dos planos de construção da Transamazônica, ou mesmo, a presença, no local, de nações indígenas e qual o impacto que essa construção recairá em na organização social dessas nações. Os motivos, para a ocupação, não são contestados, bem como não são questionados os argumentos utilizados para a consecução desse objetivo: a discussão, nesse caso específico, limita-se a debater formas de melhor enfrentar a tarefa, muitas vezes, colocada como um destino manifesto, de enfrentar a "mata selvagem" e integrar todas as suas áreas ao país.

No entanto, também, deixava-se transparecer, nos jornais, a euforia de uma parcela da sociedade que se mostrava empolgada com as enormes proporções dos programas governamentais para a Amazônia, que se propunham a ocupar e desenvolver o mencionado espaço tomado como indômito[17]. Onde antes apenas havia a floresta irão surgir cidades, hospitais, escolas. É a civilização, chegando onde, antes, nada existia.

Em discurso, proferido em outubro de 1970, na ocasião da Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Médici afirmou que, até aquele momento, a Amazônia, ainda, não havia encontrado sua "vocação". Segundo o Presidente, mesmo depois de tantas tentativas de desenvolvê-la economicamente, com o café, a borracha e madeira, por exemplo, o que ocorreu foram "momentos passageiros de riqueza", que não conseguiram fazer com que o território amazônico mostrasse todo o seu potencial[18]. Para Médici (que compartilha o argumento predominante em governos anteriores), o maior problema dessa parte tão importante do país, que ocupa, praticamente, metade do território brasileiro, era a falta de conhecimento sobre o seu potencial[19]. Ou seja, a Amazônia tinha

[16] Ibidem.
[17] SOUZA, César Martins. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica. pp. 3-4. Op cit.
[18] Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, em 08/10/1970. p. 147. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes.
[19] Neste âmbito, destaco a criação das Universidades Federais no território amazônico entre elas: a Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT (criada em 1970) e a Universidade Federal de Roraima – UFRR (criada em 1989). Entre um dos objetivos para a criação desses centros de ensino e pesquisa se encontra a necessidade de produzir conhecimento sobre a Amazônia. Ver: ARAGÓN, Luís E; IMBIRIBA, Maria de Nazaré O. (orgs). Universidade e Desenvolvimento amazônico. Belém: UFPA; ARNI; CELA, 1988. DINIZ, Cristovam Wanderley Picanço. Universidade da Amazônia Brasileira: o pecado e a penitência. Belém: UFPE, 1996. MELLO, Alex

enormes áreas disponíveis que, sequer, eram conhecidas, pelos brasileiros, terra escura, fértil, dizia o presidente, mas que não estava acessível àqueles que mais precisavam: os trabalhadores rurais do Nordeste.

Segundo o discurso, havia uma "falta de homens" no referido espaço, tornando-o "vulnerável à infiltração, à cobiça e à corrosão de um processo desnacionalizante, que se alimenta e se fermenta em nossa incúria". Segundo o argumento veiculado pelo governo, através de suas propagandas e discursos, o problema da "falta de homens na Amazônia", assim como da "falta" de terras, no Nordeste, é um problema nacional, que diz respeito a todos os brasileiros[20]. E a única forma de conhecer essa área, tão importante para o país, é povoá-la. Como afirma Médici:

> Somente quem testemunhou no Nordeste a caminhada de milhões de brasileiros sem terra e, agora, vem à Amazônia contemplar essa paisagem de milhões de hectares ainda desaproveitados, pode sentir, em toda a sua crueza, o quadro vivo de nossa luta pelo desenvolvimento. [...] Não posso falar à Amazônia sem pensar no Brasil integrado. Tenho bem presente o espetáculo de 30 milhões de nordestinos, que vivem em torno de núcleos esparsos de produção agrícola e industrial, produzindo e consumindo menos de 15 por cento da renda interna. [...] No confronto desses dados, compreende-se afinal que, para eliminar essas disparidades econômicas e injustiças sociais, teremos de desenvolver a Amazônia solidária ao Nordeste, em consonância com o desenvolvimento de todo o Brasil[21].

Um ano depois do discurso, realizado, na reunião extraordinária da SUDENE, o presidente volta ao Nordeste, a fim de acompanhar de perto os ajustes para o encerramento da última das Frentes de Trabalho montadas pelo exército brasileiro, para fornecer ajuda aos vitimados pela seca de 1970. No discurso aqui comentado, o Presidente reitera a ideia de que o deslocamento de trabalhadores, para a Amazônia ainda é a melhor solução para o homem do campo, que deseja viver dos frutos da terra. Entretanto, nesse propagado discurso, o Presidente lança a ideia, de que, a partir da seca que atingiu o Nordeste no ano de 1970, esse território e a Amazônia foram ligados pelo destino como se alguma força superior houvesse enviado um ano de grande seca, para o primeiro, com o objetivo de que os trabalhadores rurais se deslocassem para o lugar onde haveriam de encontrar a verdadeira felicidade, a Amazônia. Mais do que uma terra que precisava ser ocupada para fins de desenvolvimento, ela – a Amazônia - era uma terra prometida. Uma terra que não era castigada pela seca. Afirma o presidente:

Fiúza de. Para construir uma universidade na Amazônia: realidade e utopia. Belém: EDUFPA, 2007. SILVA, Fábio Carlos da. Raízes Amazônicas, universidade e desenvolvimento regional. Belém: NAEA, 2009. (PAPERS DO NAEA, 250).

[20] Ibidem, pp. 145-146.

[21] Ibidem, pp. 146, 147-148.

> A seca de 70 traçou, na terra, para sempre, a solidariedade e o destino complementares da Amazônia e do Nordeste que, no passado, os mares e os rios levaram para a enxurrada das terras baixas[22].

No discurso, Médici, ainda, exalta os feitos do Exército, na ajuda para os atingidos pela seca, mostrando a diferença entre o governo ditatorial dos militares e seus antecessores, pois os últimos, corruptos como eram, nunca poderiam ter prestado a ajuda de que o Nordeste, tanto necessitava. Os investimentos vultuosos, afirma o presidente, teriam se perdido nas redes da corrupção e do desperdício. Para ele, tal "eficiência", na ajuda ao Nordeste, não deu oportunidade para levantes subversivos de opositores ao regime. Ou seja, para o governo, o fato de direcionar os investimentos para as áreas mais afetadas e distribuí-los, de uma maneira eficiente, faz com que a população fique satisfeita e não seja "influenciada" pela ideologia comunista que tinha como principal objetivo trazer o caos ao país. Isso mostra como o incentivo ao deslocamento de trabalhadores para o território amazônico, também, tinha como meta, deixar a população satisfeita com as ações do governo, sentindo-se assistidas, e desafogar uma área reconhecida pela luta dos trabalhadores pela melhoria das condições de vida, no campo, e pela posse da terra. Ainda, é reiterada a ideia de que a colonização não deve ser vista como uma questão apenas das áreas afetadas – Nordeste e Amazônia – mas sim, como um problema nacional. Incentivar a colonização é, para o governo, "oferecer um novo horizonte ao nordestino"[23].

É possível observar, depois de uma análise atenta aos discursos de Médici, em conjunto com as medidas políticas e econômicas (o lançamento dos programas de desenvolvimento nacional e regional, a instituição da SUDAM e reformulação da SUDECO e etc.), mostram que o governo federal pretende, através da promulgação dos planos regionais de desenvolvimento, dividir o território amazônico em áreas "especializadas", com base em várias atividades econômicas. Quando analisam-se os muitos projetos implementados na Amazônia, emerge o discurso governamental de que o principal objetivo seria, testar várias atividades econômicas, a fim de encontrar uma que seja a "vocação final". A primeira tentativa do governo com os projetos de colonização, depois com os agropecuários e mineradores, cada um aplicado a uma parte do território, demonstra que o governo queria fazer daquela área um foco de investimentos mistos, voltados para uma indústria de base,

[22] Mensagem dirigida ao Nordeste, no encerramento da última das frentes de trabalho, abertas quando da grande seca de 1970, em 08/06/1971. p. 22. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes.
[23] Ibidem. p. 22.

como a agropecuária, tendo em vista suprimir a demanda industrial e alimentar do país e do mundo.

O governo apresentava os problemas da Amazônia, como profundamente concatenados com os do Nordeste, ora, uma grande terra sem homens e em outra parte, muitos homens sem terra, seguindo a lógica do Estado, justificada com a escolha de cuidar dos problemas de forma conjunta, estimulando o deslocamento populacional. Contudo, é preciso atentar para outros fatos que levaram a Amazônia para o centro das preocupações dos militares, em particular, no que tange às questões de segurança nacional. Segundo Ianni, já no final da década de 1960, o governo federal anuncia a existência de focos guerrilheiros, no sul do Pará. Os guerrilheiros estariam escondidos, entre os muitos posseiros da região, e se utilizavam da mata como esconderijo. Como os números de posseiros se multiplicavam, a cada dia, a ocupação "desordenada" do espaço estava dando margem a existência de grupos subversivos que tinham alguns habitantes da região como aliados[24].

Grande parte das políticas públicas direcionadas à Amazônia foi promulgada, através de Planos Nacionais e Regionais. A implementação desses pacotes de ações era uma forma de o governo cobrir várias frentes, em um único projeto, lançando as bases para sua intervenção. Um importante projeto é o Plano de Integração Nacional (PIN), um dos principais planos de desenvolvimento do Governo Médici que, além de ter estabelecido a construção de rodovias estaduais e federais e o financiamento de obras de infraestrutura, ainda, reservou para "colonização e reforma agrária" uma faixa de dez quilômetros, às margens das rodovias previstas[25].

Nessa perspectiva, a questão da terra torna-se um assunto de segurança nacional. Governando, através da promulgação, principalmente, de decretos-lei, os governantes militares trabalharam arduamente para legitimar suas ações, em especial, aquelas que tinham por objetivo facilitar a compra de terras devolutas do Estado pela iniciativa privada, evitando, assim, segundo eles a ocupação "desordenada" de espaços que eram de interesse para a segurança da nação. Foi aprovado em 1º de abril de 1971, o Decreto-lei Nº 1.164, que declara "indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal [...] as terras devolutas situadas na faixa de cem (100) quilômetros de largura, em cada lado

[24] IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Op cit. p. 33-36.
[25] BRASIL. Decreto-Lei nº1.106, de 16 de junho de 1970 que "cria o Plano de Integração Nacional (PIN), altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais, e dá outras providencias". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm.

das seguintes rodovias. Já construídas, em construção ou projeto"[26]. Com a aprovação do decreto-lei, o governo retira dos estados a jurisdição para cuidar das terras devolutas do Estado, lançando as bases para a implementação de sua política de ocupação do território amazônico. Uma das áreas mais afetadas por essa lei foi o estado do Mato Grosso[27], que teve grande parte das terras devolutas do Estado compradas a preços irrisórios, por grandes empresas de capital internacional e bancos.

Outro programa que obteve grande impacto, no território amazônico foi o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA), destinado ao crescimento da agroindústria, nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE, e, que, ainda, prevê a desapropriação de terras para a Reforma Agrária, mediante indenização. O Presidente Médici em discurso proferido no Palácio do Planalto, para o anúncio da implementação do PROTERRA afirma que o encaminhamento de recursos para áreas privilegiadas pelo Programa é necessário e urgente, pois a agroindústria seria uma parte da economia, historicamente, desprezada, no Brasil, especialmente, em comparação com a indústria que alcançava bons índices de crescimento. O Presidente, ainda, afirma que os recursos do programa serão direcionados aos pequenos e médios produtores.

O governo anuncia os benefícios do que ele chama de "experiência creditícia", ou seja, os empréstimos destinados aos pequenos produtores, para o desenvolvimento da agricultura, no campo. É objetivo central do governo federal transformar, esses créditos especiais em um programa de governo, pois, apenas através do incentivo à agroindústria poderão haver desenvolvimento no campo, e melhora na vida dos trabalhadores rurais. É a distribuição de "crédito barato para a retenção do homem no campo"[28].

Entretanto, chama-se a atenção, para o fato de que esses empréstimos nem sempre eram aprovados para os trabalhadores rurais mais descapitalizados, e, quando eram, a aprovação dependia do cumprimento de uma série de exigências. É importante entender que,

[26] O Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971 "declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de Rodovias da Amazônia Legal, e dá outras providencias". Nas margens destas rodovias serão implementados os projetos de colonização, agropecuários e mineradores. FONTE: Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1164.htm.

[27] Que é transpassado por várias importantes rodovias federais, entre elas: BR- 163 (Cuiabá – Santarém), a BR – 158 (Barra do Garças – São Félix do Araguaia), que se conecta com a BR-070 (Brasília – Cárceres MT [fronteira com a Bolívia]).

[28] Discurso perante o Ministério, no Palácio do Planalto, anunciando a instituição do PROTERRA, em 06/071971. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes.

além do discurso de realizar uma reforma agrária, através dos projetos de colonização, o governo federal, também, anunciava a criação de cooperativas. Essas cooperativas seriam uma forma de o governo controlar o desenvolvimento no campo, especialmente voltado para a mecanização das lavouras e a monocultura, pois, assim que os trabalhadores se aglutinavam em cooperativas, se "especializavam", na produção de apenas um produto. O trabalhador rural que não era filiado a uma cooperativa, enfrentava dificuldades, na obtenção de empréstimos e financiamentos[29]. A historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto, em estudo sobre o projeto de colonização[30], implementado na cidade de Alta Floresta (MT), narra como a empresa colonizadora, no caso estudado, a Indeco S/A, estipula, para os seus colonos, quais produtos os colonos deveriam desenvolver. No caso analisado, primeiramente, os colonos deveriam plantar café. Como muitos dos colonos atraídos para este projeto, eram originários do Sul, em especial, do estado do Paraná, a cultura do café, já, era bastante conhecida deles e contava com a sua experiência no plantio. Logo, servia de fator atrativo para o deslocamento. Depois vieram, sob o incentivo da colonizadora as plantações do cacau e do guaraná[31].

Também, destaca-se um outro programa de desenvolvimento regional, desta vez, direcionado aos estados de Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal. Lançado em 1971, o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), visava desenvolver, economicamente, esses estados, a fim de se promover uma melhor integração nacional. Assim como o PROTERRA, o PRODOESTE também vai dedicar boa parte de seus recursos para o agronegócio. Dessa vez, entretanto, não visando, apenas à facilitação para a compra de terra, mas, direcionando recursos para a construção de rodovias federais e estaduais, a fim de melhor escoar a produção desses estados. Eram objetivos do projeto, de acordo com o que era anunciado, a construção de uma rede rodoviária básica, a realização de obras de saneamento geral, com a retificação de cursos de água e a recuperação de terras. Essas obras de infraestrutura tinham, por objetivo, fornecer as bases para um melhor desenvolvimento da agricultura e da pecuária, nos estados, atingidos pelo programa. Na promulgação do programa, o governo promete entregar a rede rodoviária básica, até o ano de 1974 e, ainda,

[29] ACEVEDO, Rosa; HEBÉTTE, Jean. Colonização para quem? Belém, UFPA/NAEA, 1979.
[30] GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*. Política de Colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá/MT: Ed. Unicem (Apoio Unesco), 2002.
[31] Ibidem.

construir uma rede de estradas vicinais, para canalizar a produção para os grandes eixos rodoviários[32].

Ainda se coloca como políticas que tinham por objetivo desenvolver, economicamente a Amazônia, a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)[33] que objetivava promover e executar os planos de colonização. Entretanto, é imperativo salientar que, antes do início da década de 1970, o governo federal, lança as bases que vão apoiar sua intervenção, no espaço amazônico, pois, além de criar e reformular novas instituições, os governos militares, também, "reciclaram" boa parte do aparato estrutural dos governos anteriores, e ainda, reestruturaram instituições financeiras, como, por exemplo, o Banco da Amazônia (BASA), que era denominado Banco de Crédito da Amazônia e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada, a partir da antiga Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA)[34]. Outra instituição que, também, merece destaque, é a Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO), criada em 1967, que terá, como principal área de atuação, os estados de Goiás, Mato Grosso e Rondônia.

A SUDAM deve ter sua atuação destacada, pois, trata-se de uma das principais instituições que será responsável por viabilizar os projetos pensados pelo governo federal para o território amazônico. Criada, através da Lei nº 5.173 de 27 de outubro de 1966, Art. 9, apresenta como principais objetivos: planejar, promover, executar e controlar a ação federal na Amazônia. O estado do Mato Grosso recebeu grande parte dos recursos: segundo o Jornal *O Estado do Mato Grosso* foi direcionado para o referido estado, quase a metade de todo o orçamento destinado a SUDAM, desde a sua criação[35]. Apenas, através do PIN, foram reservados recursos, no valor de dois bilhões de cruzeiros, a serem utilizados pela SUDAM,

[32] Discurso perante o Ministério, no Palácio do Planalto, anunciando a criação do PRODOESTE, a 8 de novembro de 1971. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes.
[33] O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi criado pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Absorvendo as atribuições do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA). O INCRA terá como principal objetivo, além de do direcionamento dos projetos de reforma agrária, coordenar os projetos de colonização do governo federal e empresas privadas para a Amazônia. FONTE: BRASIL. Decreto- lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1110.htm. Último acesso: 15/07/2015.
[34] IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Op cit. p. 36 e 37.
[35] JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da Crença. Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970.* Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial; EdUFMT – Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2007.

entre os anos de 1971 a 1974[36]. A supracitada soma teria a finalidade de financiar o plano de obras de infraestrutura, nas áreas de atuação do órgão, viabilizar a implantação dos projetos regionais de desenvolvimento e criar infraestrutura, com o objetivo de atrair empresas de capital privado, nacional e internacional para investir na região.

Outra instituição que teve atuação impactante, nos estados que compõem a Amazônia Legal, em particular, no Mato Grosso, foi a SUDECO. Enquanto a SUDAM ficou responsável, pelo planejamento e financiamento dos projetos, destinados à área, a SUDECO, se estabeleceu como um órgão executor, principalmente na construção de estradas e rodovias, para melhor escoar a produção e outras obras de infraestrutura[37]. A construção dessas rodovias foram um fator de importância para o aumento dos deslocamentos de trabalhadores para o estado do Mato Grosso, em especial, para a sua região norte, a BR-163 (que liga Cuiabá – MT a Santarém – PA), por exemplo, que liga o Sul e Sudeste ao Centro-Oeste e Norte do Brasil e percorre, pelo menos, 800 km do território mato-grossense.

Com a promulgação dos Decretos-Lei Nº 1.106 e Nº 1.164, de 1970 e 1971, respectivamente (concatenados com o aparato institucional que vai viabilizar as ações do governo, tais como o INCRA, a SUDAM, a SUDECO e o BASA) o governo federal dá início a sua política de ocupação efetiva do espaço amazônico. Um dos dispositivos utilizados para efetivar a ocupação da Amazônia são os chamados projetos de colonização, os quais, de início, serão postos, em prática pelo INCRA, tendo como foco trabalhadores rurais migrantes e pequenos proprietários[38]. Quando implementados pelo governo, através do INCRA, os projetos são, geralmente, chamados de *colonização oficial*. A partir de 1974, o Estado passa a incentivar a implantação de projetos de colonização, implementados pela iniciativa privada. Essa prática ficou conhecida, como *colonização privada*. Todavia, é preciso salientar que tanto a colonização privada, como a oficial, foram coordenadas, pelo Estado e autorizados

[36] BRASIL. Decreto-Lei nº1.106, de 16 de junho de 1970 que "cria o Plano de Integração Nacional (PIN), altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais, e dá outras providencias". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm.

[37] ABREU, Silvana de. A SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições. São Paulo, 2001. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. p. 63.

[38] Cf. IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Op. Cit. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*. Política de Colonização no Brasil contemporâneo. Op. Cit. VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 3ª edição. Manaus: UEA Edições, 2013. JOANONI NETO, Vitale. Fronteiras da crença: Ocupação do Norte do Mato Grosso após 1970. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial; UFMT – Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2007. Entre outros.

pelo INCRA, que era o grande responsável por "transformar os trabalhadores rurais em colonos"[39].

O INCRA representava o controle direto do Estado na ocupação da terra, especialmente, no território amazônico, para que essa ocupação não fosse realizada, de forma desordenada, segundo o discurso oficial. Havia um intenso controle no acesso aos projetos de colonização, a fim de coibir a migração de trabalhadores, descapitalizados, para a área dos projetos, especialmente naqueles, levados a cabo pela iniciativa privada. A entrada na área dos projetos era rigorosamente controlada, seja, por barreiras naturais, seja construídas pelas empresas. Entretanto, a migração espontânea, em direção ao Eldorado, construído pela propaganda das empresas e apoiado pelos governos do pós-64 não cessava, pelo contrário, a cada dia, chegavam mais trabalhadores, as empresas tomaram medidas para impedirem o acesso de colonos, não cadastrados para os lotes[40].

Outros projetos, em especial aqueles da iniciativa oficial adicionavam, ainda, barreiras burocráticas, para dificultar o acesso à terra pelos colonos, como por exemplo, a obrigatoriedade do casamento civil, controle do número de filhos e etc. Hébette e Acevedo analisam o caso de um Projeto de Colonização, implementado pela Igreja Presbiteriana do Brasil, que exigia de seus colonos certos comportamentos, de acordo com a religião, como por exemplo, a proibição de bebidas alcoólicas e festas, mesmo para aqueles que se declaravam católicos ou sem religião[41].

Para melhor entender como o estado interfere na vida privada da população e como ele pensa as políticas públicas que têm, por objetivo, o controle delas, beneficio-me das análises de Michel Foucault (2008), em especial, aquelas que constam no livro "Segurança, Território, População". Em sua aula de 25 de janeiro de 1978, Foucault afirma que se antes o Estado Moderno se preocupava, primordialmente, com a defesa dos limites físicos de seu território, com a defesa de suas fronteiras e a proteção de sua "soberania nacional", nas sociedades contemporâneas, a preocupação dos governos serão direcionadas, principalmente, para as questões internas a esses territórios, ou seja, para as suas populações[42].

---

[39] IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Op cit. p. 67.
[40] GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*. Política de Colonização no Brasil contemporâneo. Op. Cit. JOANONI NETO, Vitale. Amazônia na década de 1970. A fronteira sob o olhar do migrante. In. Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, n. 16, p. 186 -206, Jan./Jul. 2014. p. 200. Disponível em: http://revista.anphlac.org.br.
[41] ACEVEDO, Rosa; HEBÉTTE, Jean. Colonização para quem?. Op cit.
[42] FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008. pp. 84-85.

Foucault afirma que a preocupação dos governos contemporâneos se concentra agora em:

> [...] não mais estabelecer e demarcar o território, mas deixar as circulações se fazerem, controlar as circulações, separar as boas das ruins, fazer que as coisas se mexam, se desloquem sem cessar, que as coisas vão permanentemente de um ponto a outro, mas de uma maneira tal que os perigos inerentes a essa circulação sejam anulados. Não mais segurança do príncipe e do seu território, mas segurança da população e, por conseguinte, do que as governam[43].

Em concordância com o pensamento de Foucault neste texto, analisa-se que, apesar de terem utilizado como uma das justificativas a defesa das fronteiras do país e a salvação do território amazônico, que se encontrava sob a mira da cobiça internacional, ocupava lugar central nas preocupações do Estado o controle da população, em especial, o controle da "circulação da população". Quando se pensa, na ditadura, vivenciada, no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, a necessidade desse controle torna-se patente, em particular, a parcela da população rural que deveria ser vigiada para controle dos movimentos sociais no campo.

Analisando os anos anteriores ao golpe civil-militar, percebe-se que, os trabalhadores rurais representam uma parcela da população muito ativa na luta pela melhoria de sua qualidade de vida e direitos trabalhistas. Existem diversos exemplos da sua atuação, a qual, organizados em Sindicatos e Ligas Camponesas, os trabalhadores demandam, diariamente, a ampliação de seus direitos civis e trabalhistas. Realizado o golpe em 31 de março de 1964, em meio às tensões no campo, o governo direciona boa parte de seus esforços na implantação de políticas públicas, visando, em particular, essa população.

Como, no discurso já mencionado anteriormente, o Presidente Médici afirma, em pronunciamento no Nordeste, em 1975, investimentos aplicados nos lugares "certos" e sem desperdício de recursos, fazem com que a população confie no governo e não seja acometida, por "pensamentos subversivos". O deslocamento dos trabalhadores rurais, em especial, aqueles que vivem, no Nordeste, não, apenas, visava à melhoria de vida destes trabalhadores, levando-os a ocuparem um espaço, que supriria as necessidades que seus lugares de origem não podiam, sua demanda por terra por exemplo, mas também, a segurança do próprio regime, que desafogava uma área tida como "problemática", do país.

A orientação dos fluxos migratórios que se direcionavam para o território amazônico, visava à ocupação dos lugares "certos", nesse território. Não interessava, ao governo, uma

[43] FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). Op cit. p. 85.

"ocupação desordenada" das terras que pertenciam ao Estado: a ocupação espontânea era, severamente, combatida.

Apesar do que alardeavam os discursos e propagandas, a Amazônia não tinha terras disponíveis para o usufruto do homem do campo, o qual almejava possuir um lugar para trabalho e moradia, mas sim, um espaço que "disponibilizava algumas terras"[44] para uso desta população.

1.2 A interferência do Estado no território amazônico e o problema da posse da terra.

É importante perceber, ainda, que a permanência do homem no campo era, também, objeto da preocupação do governo que criou dispositivos para forçar o trabalhador rural a manter-se nos lotes ocupados. Nos projetos de colonização, implementados pelo INCRA, se, por algum motivo qualquer, algum colono desejasse abandonar seu lote e retornar ao seu estado de origem, não lhe era permitida a volta ao projeto de colonização, caso se arrependesse da decisão[45]. Tais medidas eram colocadas, em funcionamento para desestimularem o abandono da terra pelos colonos e, ainda, o seu deslocamento para áreas não direcionadas aos projetos de colonização ou de propriedade privada.

É possível considerar, sob o ponto de vista do Estado, que a questão da reforma agrária era estratégica, para os governos militares. Entretanto, essa reforma deveria ser feita de forma controlada. A implantação dos projetos de colonização pode ser vista, em uma primeira leitura, como uma forma de o Estado realizar uma ampla redistribuição de terra. No país, os projetos de colonização destinavam boa parte de sua área para pequenas propriedades[46], a serem adquiridas por pequenos proprietários do Sul e Nordeste, ou, a eles, atribuídas. Entretanto, o que se nota é os projetos de colonização, não terem sido capazes de suprir a necessidade por terra da grande maioria dos pequenos produtores e trabalhadores rurais, em especial, aqueles que se deslocaram, a partir do Nordeste e não tiveram condições de adquirir um lote de terra.

Foi a iniciativa privada a maior beneficiária desses projetos. Segundo Octávio Ianni, isto ocorreu porque não fazia parte das preocupações do Estado promover uma reforma agrária efetiva. No início de sua atuação, o INCRA favoreceu a ocupação de áreas da

[44] IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Op cit. p. 127.
[45] Ibidem. p. 126.
[46] Todavia é preciso salientar que, muitos Projetos de Colonização, contavam em seu projeto áreas destinadas a construção de núcleos urbanos, com previsão de construção de escolas, hospitais, moradias e etc.

Amazônia, com a justificativa de amenizar as "tensões sociais" vivenciadas em várias do país, especialmente o Sul e Nordeste. Com o passar do tempo, esse órgão foi se mostrando como uma instituição controladora do movimento espontâneo de trabalhadores, em direção as áreas destinadas à colonização[47]. Torna-se importante considerar a mudança de foco do Estado que, apesar de não cancelar seus projetos de colonização oficial, a partir de 1974, vai, promover muito mais a implantação de projetos de colonização privada, na Amazônia, em especial, no estado do Mato Grosso[48]. Como o incentivo à ocupação espontânea ia de encontro dos interesses da "burguesia agrária do país, que apoiou o Golpe Militar de 1964", o Estado tratou de coibi-la fortemente, criando barreiras burocráticas para a titulação e aquisição de terras, e reprimindo ocupações consideradas ilegais[49].

Estudando os conflitos de terra, no sul do Pará, e a relação destes embates com as políticas governamentais dos militares, Lúcio Flavio Pinto afirma:

> [...] desde 1973 o Estado desistiu de seu projeto de colonizar as terras amazônicas que beneficiava os pequenos proprietários, transferindo todos os seus mecanismos de apoio (desde os financeiros, como os incentivos fiscais, até os de infraestrutura, como o Polamazonia), para o fortalecimento da grande propriedade monocultora[50].

Pode-se tomar o exemplo, citado por Pinto, sobre o sul do Pará, para concluir que, quando o Estado amplia a oferta de crédito e financiamento para empresas privadas e grandes fazendeiros, ele impede ou restringe o acesso à terra, para o pequeno produtor rural, especialmente, aqueles que, atraídos pelas promessas, veiculadas pelo Estado, INCRA e empresas colonizadoras, deixaram o Nordeste, em busca de melhores condições de vida na Amazônia. Boa parte desses trabalhadores saíram de seus estados de origem, descapitalizados, tendo para oferecer, apenas, sua força de trabalho. Pensando, no norte do Mato Grosso, algumas empresas colonizadoras chegaram até mesmo a adquirir terras de seus colonos para agregá-las a grandes agropecuárias, na maioria das vezes dedicadas à criação de gado, com milhares de hectares de terras, enquanto outras terras vão ser compradas por bancos, como por exemplo, o Banco Brasileiro de Desconto S/A (BRADESCO), ou multinacionais, como a Volkswagem. Algumas dessas áreas, sobretudo as adquiridas apenas para servir como reserva de valor, serão disputadas depois por trabalhadores rurais que desejavam possuir um lote de

[47] IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Op cit. p. 128.
[48] Cf. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A fronteira amazônica mato-grossense:* grilagem, corrupção e violência. 1997. Tese (Livre Docência) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1997.
[49] IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Op cit. p. 128.
[50] PINTO, Lúcio Flávio. Conflitos de Terra no sul do Pará. In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, V. 12, n 2, p 01-12, mar-abr 1982, p. 05.

terra. Os trabalhadores rurais, ocupam essas áreas com a justificativa de serem terras devolutas do Estado ou terras públicas ou privadas que não cumprem com sua função social[51], ou seja, que são improdutivas[52].

No Brasil do regime militar de 1964, a política de colonização vem a ser apresentada como uma reforma agrária. Entretanto, na prática, a estrutura fundiária do país pouco de modificou, motivo pelo qual Ianni afirma que a política de colonização dos governos militares funcionou como uma "contra-reforma agrária". O que o autor acredita ser a verdadeira reforma, a ocupação espontânea da terra por aqueles que mais precisam, termina por ser combatida, em detrimento da política de colonização, na qual o governo passa a reconhecer e a legitimar a exploração da terra realizada pelas empresas privadas[53].

Quando o INCRA não dá conta de conter o grande número de trabalhadores que se dirigem à Amazônia, pressionando os projetos de colonização, logo, começam a eclodir diversos conflitos pela posse da terra, em especial, entre trabalhadores rurais e empresários[54]. Para atuarem diretamente em áreas consideradas conflituosas, são criados os Grupos Executivos de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (GEBAM), entre os meses de fevereiro e agosto de 1980[55].

A titulação de propriedades, no norte do Mato Grosso e em outras áreas que receberam incentivo à implantação de grandes propriedades rurais, agropecuárias, colonizadoras, mineradoras e carvoarias, é um problema recorrente há décadas e durante a década de 1970 ganha outros contornos. A posse legal de grandes áreas de terras, adquiridas por fazendeiros

---

[51] Referimo-nos aqui a Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 que "dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências". Em seu Art. 2º a lei define que É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.
§ 1° "A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:
a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem".
FONTE: BRASIL. Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm. Último acesso: 14 de janeiro de 2015.

[52] Cf. PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. *Migrações, conflitos e violência no campo.* 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

[53] IANNI, Octavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Op cit. p. 129.

[54] Consultar, para essa importante discussão, o inovador trabalho de PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. *Migrações, conflitos e violência no campo.* 2013. Tese (Doutorado em História). Op cit.

[55] Cf. Consultar, para essa importante discussão, o inovador trabalho de PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. *Migrações, conflitos e violência no campo.* 2013. Tese (Doutorado em História), e ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Antropologia dos archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ou empresas de capital privado nacional ou internacional, foi, continuamente, contestada por trabalhadores rurais e posseiros, os quais afirmavam que muitas das terras que se dizia já terem dono, eram terras devolutas do Estado ou foram adquiridas, de forma ilegal[56]. A demarcação das terras é de grande importância, na medida em que é ela que possibilita que os posseiros e empresários consigam iniciar o processo da concessão de títulos provisórios ou definitivos. É nessa conjuntura que é determinado a quem a terra, de fato, pertence.

Os casos de fraudes na titulação das propriedades fundiárias foram um importante elemento, não só, para o acirramento das disputas, entre grandes proprietários e empresários e trabalhadores rurais, mas, também, para conflitos até mesmo entre os próprios fazendeiros. Um caso emblemático encontrado em meio aos documentos do Arquivo da Prelazia de São Félix serve de ponto de partida para se entender como se davam os conflitos entre proprietários, que se diziam donos de uma mesma terra. O documento narra um conflito entre dois senhores chamados de Dr. Antônio de Tal e o Sr. Flavio Pinho que disputavam a propriedade da Fazenda Santa Cruz. O caso é narrado, por um trabalhador, Sr. Antônio Costa Machado, nascido no Maranhão, mas, suas migrações constantes o haviam levado ao estado de Goiás, onde foi contratado, em junho de 1975, para trabalhar na Fazenda Santa Cruz, realizando o desmatamento para a abertura de pasto, visando a criação de gado.

> O Sr. Antônio Costa Machado, Maranhense, foi contratado em Caseara, GO, no dia 20/06/75, pelo Sr. Teixeira, gerente da Fazenda Santa Cruz para iniciar os serviços de abertura da fazenda, tendo acertado a derrubada de 30 alqueires goianos. Recebeu em Caseara mesmo a importância de Cr$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) para os primeiros gastos. Havia ficado acertado com o Teixeira que os trinta alqueires seriam demarcados em três lotes de 10 alqueires, sendo um deles subdividido em dois de cinco. Para chegar ao local do serviço o Sr Antônio Costa Machado acompanhado de 14 homens levou 10 dias [...] Logo depois de iniciado o trabalho soube-se que havia problema quanto à propriedade da terra e os serviços chegaram a ficar suspendidos durante 8 dias esperando por uma ordem do proprietário Dr. Antônio [...] No dia 31/08/75 chegou à Fazenda Santa Cruz o Dr. Amauri, supervisor da fazenda do Sr. Flávio Pinho, acompanhado de 13 homens armados de revólveres 38 e espingardas 20 ordenando a imediata suspensão dos trabalhos e afirmando que era sair por bem ou por mal[57].

Os trabalhadores, além de terem sido obrigados a abandonarem o serviço, ainda, tiveram todos os seus pertences queimados sendo obrigados a abandonarem a fazenda apenas com a "roupa do corpo".

Casos como o acima narrado são comuns na documentação. Conflitos entre fazendeiros, geralmente, são resolvidos, com a intervenção de jagunços e policiais militares

[56] Cf. MORENO, Gislaine. Terra e Poder em Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2007.
[57] Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Pasta: B08.1.5 1975ª 1977. Documentos: B08.1.5.02 P1.4 até B08.1.5.02 P4.4.

que atuam, ora para um lado, ora para outro. No caso da Fazenda Santa Terezinha (MT), os trabalhadores não receberam nenhuma quantia pelos dias trabalhados sendo abandonados à própria sorte na cidade de Luciara (MT), vivendo em pensões que logo os expulsavam por conta da falta de pagamento.

Os documentos confirmam a existência de 40 trabalhadores, na cidade, esperando pela resolução do conflito. Enquanto isso, os autointitulados proprietários travam suas batalhas, não nos tribunais, mas nas ruas e em emboscadas com a ajuda de jagunços, pistoleiros e policiais militares.

Quando o conflito ocorre entre proprietários e trabalhadores rurais ou posseiros, o cenário torna-se, ainda mais violento. Também conhecidos como "tubarões", os fazendeiros costumam invadir as áreas ocupadas por posseiros e expulsá-los, de forma extremamente violenta. Assassinatos, espancamentos e estupros são recorrentes, nesses casos.

O Jornal Alvorada – publicação da Prelazia de São Félix do Araguaia - em sua edição de sete de agosto de 1976 divulga a seguinte matéria:

> A paciência de um povo diante de um tubarão
>
> Já por várias vezes o Sr. Antônio Gerente alterou os limites da Fazenda Santa Isabel, invadindo terras dos posseiros de Canabrava. No dia 12 de junho, mais uma vez os posseiros se viram obrigados a suspender a picada que a Fazenda Santa Isabel vinha fazendo, e que era nada menos que uma invasão... O povo já notificou a delegacia do INCRA de São Félix dos abusos que a Fazenda Santa Isabel vem fazendo em Canabrava[58].

O embate entre trabalhadores rurais, grandes fazendeiros e empresas privadas é discutido pelo historiador Aírton dos Reis Pereira (2013). Apesar de concentrar suas análises, no Sul e Sudeste do Pará, Pereira auxilia-nos a entender como se deram os violentos conflitos pela posse da terra nas áreas que foram alvo dos projetos de desenvolvimento do governo federal, em especial, aqueles que financiavam a compra de grandes somas de terra para a iniciativa privada com o objetivo de implantar agropecuárias. O autor afirma que:

> [...]os conflitos e as violências em torno da posse da terra, nessa parte do território amazônico, aconteceram não só em virtude da expulsão e expropriação dos posseiros que há muito tempo ocupavam áreas de terras devolutas, mas também e, sobretudo, devido aos embates, simultâneos, entre trabalhadores rurais e empresários, comerciantes ou fazendeiros migrantes do Centro-Sul do Brasil, pelas mesmas áreas de terras devolutas consideradas novas. É um período em que as disputas e os confrontos aconteceram também porque trabalhadores rurais expulsos de suas posses e, principalmente, trabalhadores rurais migrantes do Sudeste, do Nordeste e do Centro-Oeste do País, que chegaram atraídos pelas políticas de desenvolvimento do Governo Federal e pela propaganda de terra e lucro fácil na

[58] Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Pasta: B08.1.5 1975ª 1977. Documentos: B08.1.5 10 P1.5 até B08.1.5 10 P5.5.

> Amazônia, ocuparam grandes propriedades com títulos definitivos ou de aforamentos[59].

Como podemos aferir, através dos dois exemplos, mostrados acima, conflitos entre proprietários e posseiros foram recorrentes, de maneira especial, envolvendo a posse da terra. Com o aumento da procura pelo "Eldorado" amazônico a cada dia, o INCRA não conseguia atender dentro do modelo proposto pelo governo a todas as demandas de titulação de terras e os conflitos eram, cada vez, mais frequentes. O maior prejudicado, no contexto, analisado, até agora, eram os trabalhadores rurais, como aconteceu, no primeiro caso, em que surpreendiam-se às voltas, com disputas e sofriam diversas violências de ambos os lados. Para atuar nas circunstâncias, em que a titulação da terra era, frequentemente, contestada e origem de violentos confrontos entre proprietários e trabalhadores, o governo federal cria, no final da década de 1970 e início da década de 1980, os Grupos Executivo de Terras do Araguaia / Tocantins - GETAT, e o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas - GEBAM.

Segundo o antropólogo Alfredo Wagner, a criação do GETAT e GEBAM foi justificada, pelo governo federal, como uma necessidade, visto que o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) não teve sucesso no esforço de administrar e conciliar os conflitos pela posse da terra, entre trabalhadores e empresários[60]. Regular grandes extensões de terra (como era o caso da grande maioria dos projetos implementados na Amazônia) apresentava dificuldades para os agentes do INCRA, em especial, por conta das várias denúncias de fraudes, nos processos de titulação, realizadas pelos trabalhadores rurais, particularmente, aqueles que pleiteavam a posse da terra (conhecidos como posseiros). Mesmo nos projetos aprovados pela SUDAM, muitas propriedades que foram vendidas ou concedidas a empresas privadas já haviam sido, anteriormente tituladas dadas a outros indivíduos logo, não se tratava de terras devolutas[61].

É flagrante a preocupação, com os conflitos que envolvem a posse da terra, demonstrada pelo Estado. Logo, manifestações contrárias a política agrária do Estado eram,

---

[59] PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. *Migrações, conflitos e violência no campo.* 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. pp. 10-11.

[60] Entretanto, também é preciso considerar a importância que o episódio da Guerrilha do Araguaia teve nas ações do Estado durante e depois do conflito. O professor e pesquisador Rodrigo Peixoto afirma que depois a Guerrilha do Araguaia "[...] os governos militares montaram um intenso sistema de repressão e controle político, cm operações para a criação de mentalidade, conhecidas como Ação Cívico-Social (ACISO)", segundo o autor, a criação do GETAT está entre uma das importantes iniciativas desse projeto. Ver: PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

[61] ALMEIDA, A. W. B. de. GETAT – A segurança e o revigoramento do poder regional. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, n. 2, ano 11, p. 24-41, mar.-abr 1981.

prontamente, combatidas. Alfredo Wagner alerta para o fato de que a mudança de competência do INCRA para os Grupos Executivos não pode ser vista, apenas, como uma simples troca de competências para apaziguar trabalhadores e empresários, mas também, como uma forma de o Estado se mostrar mais presente nos territórios conflituosos, visto que esses órgãos estarão subordinados, diretamente, ao Conselho de Segurança Nacional (CSN)[62].

Os Grupos executivos eram responsáveis não só pela regulação fundiária e a distribuição de terras que pertenciam ao Estado, mas também, cumpriam um papel de reprimirem a atuação dos trabalhadores rurais que lutavam pela posse da terra. Essa intervenção do Estado teve uma influência nefasta na distribuição da terra, tornando, ainda mais difícil o acesso aos trabalhadores, pois a prioridade, na cessão dos títulos, não ia de acordo com a necessidade de cada pleiteante, mas, aos interesses do Estado que, geralmente, estava mais inclinado a ceder terras para a implementação de grandes projetos, alguns, coordenados por empresas de capital internacional. A atuação dos Grupos Executivos concentrava-se nas áreas onde existiam movimentos políticos considerados de oposição, logo, "subversivos"[63].

Analisando os arquivos da Comissão Pastoral da Terra das cidades de Xinguara, Marabá e Belém, Aírton Pereira fornece um exemplo da atuação dos Grupos Executivos, neste caso específico do GETAT, no que diz respeito à ocupação dos trabalhadores rurais de terras particulares. Pereira afirma que, quando se tratava de uma ocupação que ia de encontro aos interesses de grandes proprietários, a atuação do GETAT ocorria no sentido de assediar os trabalhadores até que eles aceitassem deslocar-se a uma área que pertencia ao Estado. Segundo o autor:

> [...] exercia-se pressão sobre os trabalhadores argumentando que a terra era titulada e que os fazendeiros possuíam direito de propriedade, e, em alguns casos, apoiava os proprietários e a polícia na expulsão dos trabalhadores. Em muitos desses casos, funcionários do órgão percorriam as áreas em litígios nos veículos do próprio GETAT, intimidando os posseiros[64].

Esta estratégia do GETAT, nos casos analisados por Pereira, mostram que o Estado, aí representado pelos Grupos Executivos, pouco se interessava em realizar uma reforma agrária que atendesse aos anseios dos trabalhadores rurais. A promessa das políticas de colonização de criarem uma série de pequenas propriedades foi posta de lado, em favor de uma política

[62] Ibidem.
[63] Ibidem.
[64] PEREIRA, Aírton dos Reis. A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Migrações, conflitos e violências. Recife, 2012. (Tese de doutorado). p. 82.

que incentivasse a formação de latifúndios que impediram o acesso à terra, do trabalhador rural e, ainda, obrigaram-no a deslocar-se, continuamente, de uma área à outra, na medida em que eram expulsos.

Esse deslocamento constante traz inúmeras dificuldades para os trabalhadores rurais, na medida em que, além de obrigá-los a construir a infraestrutura básica para sua sobrevivência a cada nova viagem , ainda o torna vulnerável à violência de latifundiários que desejam expulsá-los da terra que eles ocupam.

1.3 As políticas públicas do governo federal e o acirramento da violência contra trabalhadores rurais.

A violência sofrida pelos trabalhadores rurais durante o regime militar, com frequência foi subestimada, nos estudos sobre os torturados, pela ditadura. Muitos dos trabalhadores foram espancados e assassinados, pelos agentes do governo, ou a mando dele, durante esse período e, não raro, a trajetória deles, deixou de ser estudada devidamente pela historiografia. A prisões de líderes sindicais, a repressão contra as Ligas Camponesas, entre outras formas de repressão a organização dos trabalhadores do campo, são objeto de estudos frequentes. Essas ações constituem situações em que os agentes do Exército atuaram, diretamente, para coibirem a organização dos trabalhadores rurais e frustrarem seus planos de acesso e posse da terra. Todavia, ainda há um logo caminho a percorrer, para que o papel dos trabalhadores rurais na luta contra o Regime Militar, e, ainda, as violências sofridas contra essa parcela da população, sejam esclarecidas. Os crimes perpetrados contra os pequenos proprietários e trabalhadores do campo, muitas vezes, não advêm, diretamente, dos agentes do Estado, mas de grandes proprietários que, através de pistoleiros, lutam para expulsar os posseiros das terras que eles ocupam. Contudo, apesar da intensa propaganda, praticada pelo Governo Federal, para estimular o deslocamento de trabalhadores para a Amazônia em alguns espaços, a presença dos trabalhadores apenas, será bem-vinda, sob algumas condições.

Contudo, vive-se um momento no qual observamos a publicação contínua de estudos, livros, artigos e relatórios que visam analisar a repressão da ditadura militar contra os trabalhadores do campo, os seus mortos, desaparecidos e torturados. Um dos maiores exemplos desse tipo de publicação é o Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade[65]

[65] A comissão Camponesa da Verdade foi criada em 2012, em Brasília, durante o *Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do campo, das Águas e das Florestas* e é formada por pesquisadores de várias partes do país. São historiadores, sociólogos, geógrafos, entre outros, pertencentes as ciências humanas

(CCV), publicado, em dezembro de 2014, e que trata de violações de direitos, no campo, no período de 1946 a 1988. Um dos principais objetivos do Relatório é esclarecer casos em que o Estado foi responsável – direta ou indiretamente - pelo desaparecimento ou tortura de trabalhadores rurais, a fim de lhes atribuir responsabilidades, lutar pela indenização para as famílias das vítimas, e, ainda, sanar a lacuna que existe na historiografia sobre a importância dos trabalhadores rurais na luta contra o regime civil-militar (1964-1985). Entretanto, grande parte da importância desse relatório é demonstrar que o Estado se coloca, em muitas situações, como "violador de direitos"[66].

Ainda, é importante salientar que ocorre, o que os autores chamam de "um processo político e social de invisibilização" da luta dos trabalhadores rurais que não são, devidamente, contemplados nos trabalhos de história e, ainda, nos estudos que objetivam analisar as ações do Estado, durante a ditadura civil-militar e reivindicar punições e indenizações às famílias das vítimas de torturados, mortos e desaparecidos por agentes que atuavam em conformidade com as ordens poder estabelecido[67]. Entretanto, não é, apenas, no período ditatorial que o Relatório se debruça: os pesquisadores analisam que, mesmo antes do estabelecimento do regime civil-militar, os trabalhadores do campo não tinham os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos[68], especialmente, aqueles que dizem respeito aos direitos trabalhistas, tal como 13º salário e férias. Tais direitos serão conquistados, a partir das lutas constantes dessa categoria.

Nesse âmbito, é, de primordial importância apontar que o Estado deve ser responsabilizado por violações dos direitos humanos, em especial, dos trabalhadores rurais e não apenas quando seus agentes atuaram diretamente na repressão, mas, também, através dos atos de "omissão, conluio, acobertamento e privatização da ação do Estado", nos quais o latifúndio operou, defendendo os interesses do governo, "antes, durante e depois do período

---

que se dedicam a analisar a experiência dos trabalhadores rurais durante o Regime Civil-Militar. O objetivo principal da Comissão é: "lutar pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre a morte e desaparecimento forçado de camponeses, bem como os direitos de reparação aos seus familiares, com a criação de uma comissão camponesa pela anistia, memória, verdade e justiça para incidir nos trabalhos da Comissão [Nacional da Verdade], visando à inclusão de todos afetados pela repressão" (p. 11). FONTE: Comissão Camponesa da Verdade. Relatório Final. Violações de direitos no campo. 1946 a 1988. Brasília, dezembro de 2014.

[66] Comissão Camponesa da Verdade. Relatório Final. Violações de direitos no campo. 1946 a 1988. Brasília, dezembro de 2014. pp. 14-15.

[67] Ibidem. p. 23.

[68] Ibidem. p. 23.

de vigência da Ditadura Civil-Militar"[69]. Assumindo que os agentes, representantes do capital privado agiram em prol do governo, inclusive incentivados e acobertados por ele, pode-se considerar que a ação de pistoleiros, jagunços, "gatos" e todos aqueles que fazem parte do aparato, criado pelos proprietários e empresas privadas, a fim de combaterem os trabalhadores rurais, que atuavam, na luta pela posse da terra, pode-se considerar que tais ações são de responsabilidade do Estado.

Um caso emblemático de estudo é o do estado do Mato Grosso, no qual a grande maioria das violências, perpetradas contra os trabalhadores rurais, são oriundas de agentes financiados pelo capital privado. Em áreas de projetos de colonização, em especial, aqueles, dirigidos pelo INCRA, a presença de trabalhadores rurais, em particular, os migrantes, será estimulada e estimada. Era de interesse, do governo, ocupar aquele espaço com o máximo de trabalhadores possível a fim de que eles formassem cooperativas[70], maximizassem a produção e exportassem seus produtos para a Europa e Estados Unidos, integrando, assim, o território amazônico às grandes economias mundiais. Todavia, ainda, eram postos muitos obstáculos para o acesso desse migrante à terra: a ocupação desordenada era severamente combatida e todos os que quisessem usufruir dos prazeres do Eldorado amazônico deviam submeter-se à força e ao poder do Estado, o qual tinha o poder de controlar a forma como viviam, como trabalhavam e o que produziam[71]. Os que não conseguiam acesso a esses lotes de terras, concedidos pelo Estado ou não conseguiam adquiri-los de uma empresa de colonização privada, assentavam-se em áreas de terras consideradas devolutas do Estado, para ali, construírem suas vidas. Ao mesmo tempo, chegava ao território amazônico o capital privado, atraído pelos benefícios fiscais, oferecidos pelo governo e uma grande parcela destes agentes não estava interessada nos projetos de colonização.

Em outras partes do estado, especialmente, em sua porção norte, instalaram-se diversos projetos agropecuários e mineradores, que tinham objetivos, essencialmente,

---

[69] Ibidem. pp. 14-15.

[70] Muitos autores que se dedicam a analisar os projetos de colonização narram a formação e o desenvolvimento de cooperativas, na área dos supracitados projetos. Entre eles, destacam-se: ACEVEDO, Rosa; HEBÉTTE, Jean. Colonização para quem? Op cit. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A lenda do ouro verde. Política de Colonização no Brasil contemporâneo. Op cit.

[71] Ver sobre o tema da colonização recente em Mato Grosso: GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde. Política de Colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá : Ed. UNICEN / Apoio UNESCO, 2002; OLIVEIRA, João Mariano. *A esperança vem na frente – o caso SINOP*. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; SOUZA, Edison Antônio de. *Sinop: história, imagens e relatos. Um estudo sobre a colonização.* Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso; SANTOS, 1996. Entre outros.

diferentes dos projetos de colonização. Enquanto os últimos anunciavam ocupar a terra, a partir da implementação de pequenas propriedades; os primeiros estavam baseados, na construção de grandes propriedades monocultoras ou extrativistas. Adquirindo grandes quantidades de terras. A preços módicos, empresas de capital privado, multinacionais e bancos, desmataram a floresta, a fim de instalarem suas fazendas, muitas delas, dedicadas a pecuária.

Todavia, para dar prosseguimento a esses grandes projetos, era necessário um grande número de trabalhadores. Milhares de trabalhadores se deslocaram de diversas áreas do país, em particular do Nordeste, em busca de trabalho, nessas propriedades. Todavia, ao contrário do que alardeia a propaganda governamental, o território amazônico não é um espaço vazio que carece de ocupação: lá vivem inúmeros núcleos de posseiros, nações indígenas, comunidades que desenvolveram sua economia, baseada na extração de produtos da floresta. Ainda, é preciso levar em conta que estavam chegando a área, continuamente, milhares de trabalhadores que, atraídos ou pela propaganda do governo ou pela notícia de parentes e amigos, queriam adquirir, também, seu pedaço de terra.

Neste contexto, ocorre o acirramento dos conflitos, pois os grandes proprietários, a fim de expulsarem os posseiros e as nações indígenas das terras que consideram "suas", utilizam-se de pistoleiros, contratados para assassinarem lideranças, entre os trabalhadores. Aliado a isso, ainda, os agentes do Exército atuam procurando indícios, do que o governo considera, subversão, entre os trabalhadores, que, ao enfrentarem o Estado, em busca de um direito que consideram inalienável, o acesso à terra, são, severamente, combatidos, como se, os atos por eles desenvolvidos, representassem um perigo para o Estado e seus planos de desenvolvimento para a Amazônia. Logo, o Estado mostra presença porém, através de suas políticas: em última instancia, ao lado da iniciativa privada, eles são os maiores provocadores de conflitos, nesse território, por conta de sua política que privilegia o capital privado em detrimento dos pequenos produtores e trabalhadores rurais. Depois da primeira metade dos anos 1970, quando o governo diminui, drasticamente, os incentivos fiscais para os projetos de colonização, implantados pelo INCRA, e concentra os investimentos em projetos da iniciativa privada, para pecuária e monocultura. Ainda é preciso considerar as vultuosas somas investidas em projetos de mineração, depois da descoberta da grande riqueza mineral guardada no sobsolo amazônico.

Entretanto, os trabalhadores continuam a chegar e, nem todos, pretendem, apenas, um trabalho de caráter temporário, seja em uma fazenda ou garimpo. Eles ambicionam um lugar

para fixar-se: uma terra para morar, plantar e sobreviver. Acompanhados de suas famílias, querem um lugar permanente, estão cansados de tantas viagens e migrações. Se a Amazônia é o Eldorado que precisa de homens corajosos para desbravá-la, por que não? Pensam eles.

Diante do número de trabalhadores que se deslocam para o território amazônico, não havia estrutura e nem preparou-se as áreas para recebê-los e quando não mais desejava que eles viessem, o número de migrantes que se dirigia para o território aumentava. O controle ao acesso à terra era, continuamente, mais acirrado, mais exigências eram feitas e, mesmo assim, as pessoas continuavam a chegar, sendo expulsas de um lugar e dirigindo-se a outro, até encontrarem um espaço em que pudessem se estabelecer. Concomitantemente a esses trabalhadores, chegavam, também, os bancos, multinacionais e grandes proprietários, homens ricos, vindos, muitas vezes, do Sul e Sudeste, com capital para investir, no Eldorado amazônico, atraídos pelos vultuosos incentivos fiscais que o governo concedia, espacialmente através do BASA e da SUDAM.

Ainda, contando com a conivência do poderio do Estado, ficava difícil para os trabalhadores, a grande maioria, deles, pobres, resistir ao poder do capital privado aliado ao aparato governamental. Todavia, eles o faziam. Criavam estratégias, formavam emboscadas. Lutaram e procuraram, por tanto tempo, pela terra prometida, de modo que não podiam abrir mão, dela, assim tão facilmente.

É visível, através do estudo da documentação e da historiografia disponíveis perceber as estratégias de combate realizadas pelos trabalhadores rurais a fim de enfrentarem o poderio das grandes empresas[72], eles se organizavam sejam em sindicatos ou em grupos de apoio e resistiam. Ainda, contavam com o grande apoio da Igreja Católica local que, através, especialmente, da Prelazia de São Félix do Araguaia, no caso da parte nordeste do Mato Grosso, colocava-se a seu lado, como uma grande força. Muitos padres da Prelazia foram presos pelo regime militar. Sua maior voz, Dom Pedro Casaldáliga, foi alvo de inúmeras tentativas de morte. Tentativas de calar uma voz que queria mostrar ao Brasil e ao mundo, a situação precária vivenciada pelos trabalhadores rurais, em particular no estado do Mato Grosso.

[72] Cf. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Rituais de passagem entre a chacina e o genocído: conflitos sociais na Amazônia. In: ANDRADE, Maristela de Paula (Org.). *Chacinas e massacres no campo.* Vol. 4. São Luis: Mestrado em Políticas Públicas/UFMA, 1997. BARP, Wilson. A formação das categorias sociais subalternas na Amazônia e reconstituição de sua identidade no novo espaço social e ambiental. *Reforma Agrária*, n.1, v. 22, jan./abr. 1992. BARREIRA, César. *Crimes por encomenda*: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998. Entre outros.

Um caso emblemático de luta, entre o poder do capital privado e trabalhadores rurais, é o caso do conflito envolvendo a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA) e cerca de 120 famílias de posseiros, que constituíam um povoado, às margens do rio Araguaia (MT), próximo a fronteira com o estado do Pará. Este acontecimento encontra-se, narrado, no Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade (CCV) e é relatado por Antônio Canuto[73].

Segundo o autor, o povoado de Santa Terezinha veio a ser ocupado desde os primeiros anos do século XX. No inicio da década de 1960 o povoado contava com cerca de 120 famílias que se dedicavam à agricultura familiar e um "pequeno núcleo urbano".

No ano de 1966, a CODEARA, financiada pelos créditos da SUDAM e do BASA, adquire uma área de 196.000 hectares, espaço que incluía o povoado, tanto seu núcleo urbano como, as pequenas propriedades dos trabalhadores[74]. O autor narra que a empresa instalou a própria sede, a "pouco mais de 2 km do rio" e ofereceu-se para pagar uma indenização para os antigos moradores, a qual incluía a compra de suas propriedades, seus animais e lavouras. Inconformada com a recusa dos trabalhadores, a empresa, ainda, se propõe a implementar um projeto de colonização, denominado "Núcleo de Colonização Jatobá", em uma área, localizada a cerca de 25 km do rio, proposta que os posseiros, novamente, recusam[75]. Provavelmente, por conta da distância de seu maior provedor de água – o Rio Araguaia – o que inviabilizaria suas lavouras, visto que não haviam previsto projetos de irrigação para o local e, também, por se tratar, a área oferecida pela empresa, de um território, ainda, composto de mata virgem, o que obrigaria as famílias a enfrentarem os perigos da floresta (animais selvagens, doenças e etc.) novamente. Todo o trabalho, realizado, através dos anos, em suas atuais propriedades, estaria perdido e eles teriam que recomeçar.

Tendo em vista a nova recusa dos trabalhadores, a CODEARA contrata um indivíduo, denominado Sr. Rubião, que será o intermediário da empresa na relação com os posseiros. A partir da contratação do "gato", a empresa passa a aumentar o assédio contra os trabalhadores, com o uso de força armada para impedir a "reforma de casas e o cultivo de roças"[76]. A área foi adquirida, pelo Banco de Crédito Nacional (BCN), que comprou, na região, 370.00

[73] Comissão Camponesa da Verdade. Relatório Final. Violações de direitos no campo. 1946 a 1988. Brasília, dezembro de 2014. p. 112.
[74] Ibidem. p.112.
[75] Ibidem. p. 112.
[76] Ibidem. p. 112.

hectares de terra, com o objetivo de ter acesso aos incentivos fiscais da SUDAM[77]. E, em parte desse grande território, foi estabelecida a agropecuária. Ou seja, o Estado não apenas incentivou a compra de uma grande área de terra sem realizar estudos que mostrassem o impacto dessa venda para as populações que ali viviam, agindo de acordo com a ideia de vazio demográfico, divulgada pelo governo, como, ainda, financiou todo o investimento, realizado pelo Banco, na área, através da Companhia, ou seja, em última instância, o governo não apenas incentivou, como financiou, as arbitrariedades, cometidas pelo Sr. Rubião, a mando da empresa, contra os trabalhadores rurais.

Com o passar do tempo, as ações da Companhia vão ficando, cada vez mais, violentas, tendo em vista a recusa constante dos trabalhadores de abandonarem suas casas. Diante disso, entra em cena a Igreja Católica aqui representada pelo Prelado de Conceição do Araguaia, Tomás Baduíno. O Prelado, solidário com a difícil situação, vivenciada pelos trabalhadores, encaminha um relatório a Presidência da República, na época o Mal. Costa e Silva, no ano de 1967, relatando a história do conflito, entre posseiros e a CODEARA e propondo soluções para o problema. Entre elas, encontra-se o pedido para a "criação do Distrito de Santa Terezinha com seu respectivo patrimônio sob a jurisdição da Prefeitura de Luciara" e a "concessão de posse aos moradores ou posseiros recenseados pelo IBRA"[78].

A partir daí, envolvem-se outros atores, na disputa: o prefeito da cidade de Luciara, o Pe. Jentel[79] e a Polícia Militar. Grandes embates são travados entre a Polícia, que atua em conformidade com os interesses da Companhia, os pistoleiros, contratados por ela, e os trabalhadores rurais que também se utilizam de armas de fogo, geralmente armas utilizadas para caçar animais, para defender suas casas. A empresa insiste, em demarcar os lotes para realização de desmatamento, mesmo que eles incluam a propriedade de trabalhadores rurais.

É importante observar que a empresa contrata um grupo de mais de 150 trabalhadores para realizar o desmatamento da área, colocando trabalhadores contratados x posseiros, embate largamente documentado pela Prelazia de São Félix do Araguaia, em seus arquivos. Em um primeiro momento, os peões contratados para realizar o desmatamento recusaram-se a

[77] Ibidem. p. 113.
[78] Ibidem. p. 114.
[79] A história do Pe. Jentel e sua expulsão do Brasil em 1975 é um caso emblemático do tratamento recebido, pelos agentes do Exército, de pessoas que apoiavam as causas dos trabalhadores rurais. O Pe. Jentel foi preso e respondeu a inquérito civil e militar pelo apoio dado a causa dos posseiros de Santa Terezinha, episódio narrado neste trabalho, tendo seu decreto de expulsão assinado em dezembro de 1975 pelo Presidente Ernesto Geisel. Fonte: Comissão Camponesa da Verdade. Relatório Final. Violações de direitos no campo. 1946 a 1988. Brasília, dezembro de 2014. pp. 117-118.

realizar o trabalho, quando perceberam a presença de famílias, no local. Entretanto, a empresa insistiu, na finalização da empreitada, ou os contratados não receberiam o pagamento devido e seriam abandonados, na mata, para "se virarem para voltar de onde vieram"[80].

Com o acirramento do conflito, o Exército Brasileiro envia comissões a Santa Terezinha a fim de apurarem o caso. São produzidos relatórios sobre o conflito, sendo a maioria deles, acusando os agentes da Igreja de subversivos e comunistas, culpando-os pela reação dos trabalhadores à invasão da CODEARA. Os padres e agentes pastorais da Prelazia são acusados de incitarem a violência contra a empresa. Logo, também, contra o Estado, já que ela age de acordo com interesses próprios, visando, em última instância, a obtenção de lucro. Prisões são realizadas. Existem inúmeros relatos de prisões arbitrárias, torturas e desaparecimentos. Para melhor ilustrar a visão que o governo tinha da reivindicação dos trabalhadores rurais, é emblemática a fala do Secretário de Justiça e dos Negócios do Interior, Dr. Leal Queiroz, o qual, ao entrar em contato com os trabalhadores de Santa Terezinha, afirma que "[...] eles há tanto tempo vivendo na região, nada tinham feito e que não tinham direito algum. O que eles faziam era pura agitação comunista"[81].

Ou seja, é ignorado todo o esforço que os posseiros empreenderam para transformarem o que, antes, era a floresta, em seus lares, toda a sua organização social, e, principalmente, seu direito a posse da terra, mesmo que alguns que ali viviam ocupassem a área desde a década de 1920. Em meio aos discursos e propagandas do governo, que promete uma "terra sem homens para homens sem terra", tal atitude leva à conclusão de que as políticas de incentivos fiscais beneficiaram grandes proprietários e empresas. É importante salientar, também, que a aparente preocupação e vontade de auxiliar "o homem sofrido do Nordeste" dos presidentes da ditadura, especialmente, do Mal. Médici, como pode ser constatado, através de seus discursos, era bastante restrita. Como aponta o Relatório Final da CCV, a luta dos trabalhadores representa não apenas uma luta pela sobrevivência, mas, também, "no limite ela representa um questionamento à grande propriedade, ao grilo, às terras improdutivas, à lógica do grande capital e da monocultura"[82].

[80] Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Pasta: B08.1.4 1973 a 1974. Arquivos: B08.1.4 08 P1.2 e B08.1.4 08 P2.2.
[81] Comissão Camponesa da Verdade. Relatório Final. Violações de direitos no campo. 1946 a 1988. Brasília, dezembro de 2014. p. 113.
[82] Ibidem. p. 53.

Nesta perspectiva, também é importante determinar a posição do Estado, em relação às arbitrariedades cometidas contra os trabalhadores rurais. O caso da CODEARA não pode ser tomado como uma ação isolada, é apenas um exemplo da atuação de empresas privadas que agiam, em nome e a favor do Estado, podendo, esse mesmo Estado ser responsabilizado, pelas centenas de trabalhadores rurais mortos, torturados e desaparecidos em conflitos envolvendo a posse da terra.

Capítulo II – O norte mato-grossense. Os Censos Demográficos do IBGE e os deslocamentos populacionais.

2.1 O dispositivo IBGE.

A fim de melhor controlar a circulação da população no território nacional, em especial, de segmentos de trabalhadores rurais, o governo federal utiliza diversos dispositivos para acompanhar de perto, como e para onde, parcelas da população se deslocam no espaço. Entende-se por dispositivo o que Giorgio Agamben, partindo das discussões de Michel Foucault, define como:

> "[...] o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder [...] o termo, no uso comum como no foucaultiano, parece remeter a um conjunto de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) que têm o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais ou menos imediato"[1].

Quando se aplica o termo dispositivo para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera-se que a atuação dessa Instituição não pode ser analisada desconectada das ações do Estado, em especial, no que tange às políticas públicas do governo para a Amazônia e o Nordeste. O IBGE não se limita, apenas, a realizar o recenseamento geral da população, ele também se interessa em emitir projeções e estudos sobre as áreas pesquisadas e a forma como são apresentados esses dados, tanto o levantamento censitário, como os artigos publicados, não são isentos de posicionamentos.
De forma constante, o Instituto assume posição de concordância com as ideias, defendidas pelo governo federal, como, por exemplo: "vazio demográfico" "desenvolvimento necessário" e "integração nacional". Conceitos e noções que se tornam argumentos que foram utilizados continuamente pelo regime militar, a fim de intervir no território amazônico. As publicações do IBGE, também, são responsáveis por acompanhar os efeitos das políticas de colonização implantadas, incentivadas e financiadas por órgãos do governo nos estados da Federação.

O IBGE utiliza, em suas publicações, o termo *migração* para designar todos os deslocamentos populacionais realizados tanto dentro como fora do território nacional. O Instituto, ainda, mobiliza a categoria para mencionar os movimentos populacionais que envolvem o deslocamento realizado por trabalhadores, mesmo que estes sejam, muitas

[1] AGAMBEN, Giorgio. O que é o dispositivo. In. *O que é o Contemporâneo? E outros ensaios.* Chapecó: Argos, 2009. (pp. 32,33,34-35).

vezes, de caráter temporário. O uso do termo pode ser problematizado, em especial, se consideramos que *migração*, mesmo fora do âmbito do regime militar, não é apenas uma palavra, mas, um conceito.

2.2 Problematizando o uso da categoria *migração*.

Seja utilizando os termos imigração, emigração, migração, ou mesmo êxodo, ao analisarmos os deslocamentos populacionais, a aplicação de conceitos que nomeiem esse movimento, requer cuidados. Em 1977, foi realizado sob coordenação dos antropólogos Alfredo Wagner de Almeida e Moacir Palmeira, um estudo intitulado "Projeto emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste", em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e com a realização do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). As pesquisas realizadas no âmbito deste projeto deram origem a dissertações e monografias que têm por objeto geral de estudo a experiência dos trabalhadores provenientes do Nordeste, em diversos espaços, entre eles, a Amazônia. O volume fruto deste projeto, intitulado "A invenção da migração", de 1977, é uma importante referência para as análises sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Neste texto, os antropólogos Alfredo Wagner e Moacir Palmeira realizam um aprofundado estudo sobre o uso do termo migração, desde os dicionários, até sua aplicação nos textos de ciências sociais[2].

Vale a pena nos determos aqui a fim de problematizar o conceito, referência para as publicações do IBGE. Segundo Alfredo Wagner B. de Almeida e Moacir Palmeira, o termo *migração,* está presente nos dicionários desde suas primeiras edições, entretanto, o mesmo não ocorre com os textos produzidos no campo das ciências sociais. Os trabalhos que se dedicam a analisar os deslocamentos populacionais, vão dar preferência, em suas primeiras publicações, aos termos *emigração* e *imigração*[3]. Isso acontece porque, para os pesquisadores que se dedicavam ao estudo dos movimentos da população, era de primordial importância diferenciar os eventos de chegada e saída de um determinado território nomeando-os como *emigração* e *imigração*.

O maior exemplo da utilização dos termos imigração e emigração - para caracterizar deslocamentos populacionais – pode ser dado por um dos textos mais

[2] ALMEIDA, A.W. B de; PALMEIRA, M. *A invenção da migração*. Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ – 1977.
[3] Ibidem. p. 10.

importantes sobre movimento populacional na Europa - o *Polish Peasant in Europe and América: monograph of na immigrant group*, escrito em 1918 pelo sociólogo americano William I. Thomas e pelo estudioso polonês Florian Znanieck -, no qual, não é mencionado uma só vez o conceito *migração*[4]. Segundo Almeida e Palmeira, a recusa em utilizar o termo ocorre porque:

> Se hoje talvez possamos falar de uma teoria da migração faltava lugar para uma teoria da imigração e da emigração. Não que tais termos estivessem desprovidos de sentido teórico. O que estamos dizendo é que, enquanto conceitos (e eram mais do que conceitos), estavam referidos a uma teoria que se colocava "mais adiante"[5].

Os autores acreditam que imigração e emigração pressupõem uma preocupação com as causas e consequências que o deslocamento populacional terá nos locais de destino ou origem dos migrantes. Ou seja, um estudo que proclama ter como objetivo os movimentos da população, torna-se um trabalho sobre as causas e consequências da migração em uma determinada área. Por exemplo, o problema dos imigrantes ilegais em países desenvolvidos, o problema da emigração em massa nos países envolvidos em conflitos ou que sofreram desastres naturais. Os emigrantes ou imigrantes serão vistos, em relação com seus espaços de destino, como um elemento estranho a essas sociedades. Muitos não serão considerados como cidadãos plenos com direitos e deveres[6]. No caso dos estudos sobre os deslocamentos populacionais internos a aplicação dos termos emigração e imigração tornou-se problemática. Por conta disso, a migração "vai entrar em cena como uma espécie de termo 'neutro' que abriga imigração e emigração, a 'neutralidade' gramatical como que garantindo sua neutralidade social"[7].

Seguindo as reflexões de Moacir Palmeira e Alfredo Wagner, analisando a construção da categoria *migração* os autores discutem que ao invés de fixar-se no ponto de chegada ou de partida, o uso do termo migração fornece a impressão de que estamos levando em consideração o processo do deslocamento em sua completude. Pois, com a utilização dos termos *emigração* e *imigração* fica a impressão de que apenas nos referimos a chegada *ou* saída de um país/estado estrangeiro. Como se emigração e imigração dividissem um movimento que deveria ser visto como completo. Por exemplo, na decisão

[4] Ibidem, p. 11.
[5] Ibidem. p. 11
[6] Há uma extensa bibliografia que trata sobre a questão dos imigrantes, emigrantes e refugiados. Cf.: ANDRADE, José Henrique Fischel de. *Direito Internacional dos Refugiados*: evolução histórica (1921-1952). Rio de Janeiro: Renovar, 1996. BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. MILESI, Rosita (Org.) *Refugiados* – realidades e perspectivas. São Paulo: Loyola; Brasília: CSEM/IMDH, 2004. Entre outros.
[7] ALMEIDA; PALMEIRA. *A invenção da migração*. Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. Op cit. p. 13.

de migrar, estão envolvidas decisões que levam em consideração os lugares de origem e chegada, entretanto, quando aplicamos os termos emigração/imigração podemos dar a impressão de que o deslocamento operado pelo indivíduo apenas é objeto de estudo na medida em que podemos aferir os impactos da chegada ou saída desse sujeito em seu local de origem ou destino. Perdemos energia analisando deslocamentos populacionais no espaço, de acordo com conceitos binários de origem/destino e acabamos por esquecer que no centro de nossos objetos de estudo está aquele que opera o movimento: o migrante.

A "neutralidade" do termo *migração*, ainda é justificada por sua ampla utilização pelas ciências da natureza[8] consideradas como mais objetivas do que as ciências sociais. Segundo Almeida e Palmeira com o passar do tempo, "o termo migração será visto como uma espécie de vértice para onde convergem todos os conceitos" (emigração e imigração)[9]. A busca de um termo "neutro" para conceituar os deslocamentos populacionais demonstra uma preocupação dos pesquisadores em libertar-se das restrições trazidas pelo uso do termo "emigração" e "imigração" - que diziam respeito a movimentos de "entrada" e "saída" de territórios - e empregar um termo que abarcasse a complexidade dos movimentos populacionais, não apenas, no que diz respeito aos efeitos que esse causa nos locais de destino e origem, mas, na experiência vivida pelos sujeitos.

O uso do termo *migração* apresenta problemas, em parte, porque ele oblitera as ações do sujeito pois, quando se aglutina todas as experiências sob um mesmo termo, pode-se incorrer na naturalização do processo narrado. Ao alocar todos os tipos de deslocamento populacionais sob uma mesma alcunha, *migração*, pode-se incidir no erro de naturaliza-lo esquecendo que cada conjunção histórica influência de forma diferenciada nos acontecimentos.

Nessa perspectiva, Alfredo Wagner e Moacir Palmeira defendem que as pesquisas sobre os movimentos populacionais, não podem limitar-se a criticar o uso do termo migração ou, ainda, trocá-lo por outro termo mais "adequado", como deslocamento por exemplo. Para melhor trabalhar com a questão das migrações, temos que ter como objeto principal de estudo *aquele que migra*[10]. Para os autores, essa necessidade se coloca de forma mais imprescindível quando, ao entrevistar os atores que foram objeto de estudo do

[8] Segundo o Dicionário Aurélio uma das definições do termo migração é "Conjunto de viagens periódicas de certas espécies de animais, consoante as estações do ano e as condições climáticas". FONTE: Dicionário Aurélio online: http://www.dicionariodoaurelio.com/migracao. Último acesso: 15 de janeiro de 2014.
[9] ALMEIDA; PALMEIRA. *A invenção da migração*. Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. Op cit. p. 14.
[10] Ibidem. p 15.

"Projeto emprego e mudança sócio econômica no Nordeste", perceberam que os depoentes "diferenciavam de forma muito particular" os movimentos de migração, tanto as realizadas por motivos de trabalho, quanto aquelas de caráter "definitivos"[11]:

> O problema surge quando se constata que aquilo que juntamos como um conjunto de fenômenos de mesma natureza são pensados, mas, *note bene*, não apenas pensados, também vividos e 'administrados', como movimentos radicalmente diversos pelos agentes sociais a quem atribuímos a qualidade de objeto e suporte dos conceitos que construímos. A revisão do material de campo de pesquisas anteriores e o material colhido nas primeiras experiências de campo do Projeto indicavam que, sem que o céu ou os conceitos caíssem sobre suas cabeças, os indivíduos ou grupos sociais com que entrávamos em contato dissociavam por completo as 'migrações sazonais' do chefe da família (ou de qualquer de seus membros), das 'migrações' (definitivas?) para o sul do país de algum dos filhos, da 'migração' que teria sido definitiva mas não o foi de toda a família num determinado momento de as existência, etc.; ao mesmo tempo em que vinculavam esses movimentos a outros movimentos tendo ou não uma 'expressão espacial' própria: procura de trabalho, morte de membros da família, casamento e constituição de novos grupos domésticos, etc. Juntar aqueles movimentos em uma 'contabilidade' única parecia-lhes algo sem sentido[12].

O também antropólogo Klaas Woortmann, se depara com situações similares a encontrada por Almeida e Palmeira em suas pesquisas. O texto do autor serve de ponto de partida para ponderarmos a importância de considerar, nos trabalhos que estudam os deslocamentos populacionais, a forma como os próprios migrantes percebem essa experiência. Ao realizar um "trabalho de campo" nas cidades do interior de Sergipe, com pequenos proprietários denominados de "sitiantes" (trabalhadores rurais que são donos de pequenas e médias propriedades), o autor percebeu que existem diversos tipos de movimentos migratórios realizados pelos entrevistados. Essas "viagens" foram divididas em categorias, constituídas a partir do depoimento dos próprios migrantes que as diferenciavam de acordo com várias motivações: casamentos, dificuldades financeiras, crescimento pessoal, entre outras[13].

É importante ressaltar (no que diz respeito ao destino dos trabalhadores pesquisados pelo antropólogo) que segundo os entrevistados, o deslocamento se faz, na grande maioria das vezes, para "São Paulo", mas não se trata, necessariamente, do estado da federação com esse nome. O filho de um dos entrevistados de Woortmann, que havia migrado para "São Paulo", encontrava-se, de fato, em Rondônia: ele detectou esta peculiaridade, em outras entrevistas, nas quais outro jovem se encontrava, na verdade, no Paraná e um

[11] ALMEIDA; PALMEIRA. *A invenção da migração*. Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. Op cit. p. 3.
[12] Ibidem p. 3.
[13] WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. Jan/Jun. 1990.

terceiro, no Paraguai. Não são todos os homens que migram durante os períodos de baixa produtividade; depende de o ano ter sido "bom" ou "fraco", segundo a perspectiva dos próprios pequenos produtores, o que não se aplica, igualmente, a todas as famílias e depende das reservas de cada uma. Migrar ou não poderá depender, não só, da sazonalidade ou da alternância de anos bons ou ruins, mas, igualmente, das "possibilidades de outros usos alternativos do tempo" e dos recursos disponíveis, realizando-se, a cada ano, um "cálculo das vantagens relativas do permanecer", seja negociando ou desenvolvendo outra atividade qualquer[14].

O autor parte do pressuposto de que a migração é realizada, no caso estudado, como condição de "permanência" nas terras em que os trabalhadores ocupam, ou seja, um deslocamento que não é, apenas, consequência da inviabilidade das condições de existência dos trabalhadores rurais, mas é parte integrante de suas "próprias práticas de reprodução". Por exemplo, o filho que deseja casar-se e construir moradia na cidade onde vive ou adquirir um lote de terras próximo a casa dos pais; afrontado com a falta de oportunidades de emprego no município onde mora, migram sazonalmente, em especial no período das colheitas, para outros estados com o objetivo de angariar recursos para o começo da vida matrimonial. A essa prática o autor nomeia de *migração pré-matrimonial.* Também são analisadas no artigo mais duas categorias de deslocamento: a *migração do pai* e a *emigração definitiva*.

Nota-se que Woortmann utiliza a categoria *migração* para nomear os deslocamentos populacionais de caráter temporário, aqueles identificados como "viagens", que tem relação com a permanência em seus lugares de origem. Já para designar as migrações de caráter definitivo o autor usa o termo *emigrado.* Isso acontece, em parte, porque o termo emigração leva a crer na existência de um aspecto "não voluntário" e definitivo do deslocamento. A caracterização do movimento de "saída" do território com o termo *emigração* demonstra que o autor analisa os deslocamentos realizados pelo grupo social estudado tendo como ponto de partida o lugar de origem, visto que, aos que não retornam não é dada a denominação de *migrante*.

Mas, é necessário perceber que mesmo quando nos concentramos nos estudos da experiência daquele que migra, ainda podemos incorrer na posição teórica que estávamos a criticar anteriormente: perceber os migrantes unicamente em relação a seu local de origem ou destino. Isso acontece quando concentramos nossas análises nos impactos que os

[14] WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato. Op cit. p. 18.

migrantes têm nos locais de chegada e saída ou na forma como esse sujeito é percebido pelos não-migrantes que ali habitam. Nessa perspectiva, ao acompanhar as histórias dos milhares de trabalhadores que se deslocaram para o Mato Grosso a partir dos anos 1970 (até 1985), conseguimos constatar, a experiência vivenciada na migração e, também, analisar o próprio movimento (origem, destino, número de indivíduos ou famílias que se deslocaram e etc.) levando em consideração suas especificidades históricas. De acordo com o período estudado, muda-se as pessoas, as motivações, as práticas culturais, as experiências vivenciadas, mesmo que o caminho geográfico seja o mesmo percorrido em outras épocas, por outras pessoas.

Para melhor entendermos o movimento da população, em especial, em direção ao estado de Mato Grosso, analisamos os Censos Demográficos e as Sinopses Preliminares publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes as décadas de 1970 e 1980. O trabalho com os dados do IBGE permite o acompanhamento do número de pessoas que se deslocaram em direção ao estado, e ainda, os estados de origem desses sujeitos. Aliado ao estudo da bibliografia disponível sobre o tema da ocupação recente do estado do Mato Grosso e os depoimentos de trabalhadores rurais é possível traçar um panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil nos anos 1970 e 1980.

2.3 Os Censos Demográficos e Sinopses Preliminares e o panorama dos movimentos populacionais de grupos sociais em direção ao estado de Mato Grosso.

Como foi comentado nos capítulos anteriores, era imperativo para o governo federal, em especial, a partir de 1970, direcionar os fluxos migratórios, para uma área privilegiada do país, a Amazônia, e, também, controlar os deslocamentos, a fim de que os migrantes ocupassem as áreas destinadas a colonização e às demais frentes de trabalho. Um dos dispositivos mais utilizados para acompanhar a distribuição desta população migrante, no espaço geográfico, foram os Censos Demográficos e estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No Censo Demográfico de 1970, publicado em 1973, em meio a pesquisas, em relação as "características das pessoas, das famílias e dos domicílios", o recenseamento geral da população agregou, na área referente às "características das pessoas", dados sobre as migrações internas. Pode-se observar a preocupação dos pesquisadores do IBGE ao questionar seus entrevistados acerca de seu estado de nascimento, onde viveram nos últimos cinco anos e o tempo de residência no município onde foi localizado pela pesquisa.

É interessante observar que era de interesse do órgão realizar uma pesquisa, rica em detalhes, reunindo dados, no nível estadual e municipal. Isso demonstra como era de primordial importância, para o governo federal, acompanhar, de forma detalhada, para onde as famílias migrantes se fixavam nos estados de destino. Os dados, reunidos pelo órgão, possibilitavam ao Estado, através da informação sobre o município ou estado a que esses trabalhadores se dirigiam, saber quais as atividades econômicas que mais atraiam os migrantes, visto que cada município se destacava com um tipo de projeto, seja ele agropecuário, minerador ou de colonização. Também, é possível identificar focos de conflitos, pois, muitas áreas ocupadas por essa população, recém-chegada, eram terras devolutas do Estado, algumas delas já vendidas para empresas de capital privado (nacional e internacional) e bancos.

No caso do estado do Mato Grosso, o grande volume de dados coletados, e as informações detalhadas, colhidas pelos agentes do IBGE e publicadas no Censo Demográfico de 1970, fazem com que estas publicações sejam uma rica fonte para as pesquisas que lidam com a questão dos deslocamentos internos. No que diz respeito aos trabalhadores que saem do Nordeste em direção ao Mato Grosso, os números são uma indicação das mudanças ocorridas nesse fluxo migratório, em particular. Segundo a geógrafa Maria Lúcia Menezes, o Censo Demográfico de 1970

> [...] foi o grande banco de dados que serviu às análises dos processos migratórios. O Censo, além da aferição de dados sobre a população não residente no seu município de nascimento e o tempo de residência no município, incluiu pela primeira vez, um quadro de procedências que permitiu visualizar as etapas geográficas cumpridas pelo indivíduo ao longo do processo migratório[15].

O referido Censo possibilizou o estudo do número de pessoas que se deslocaram pelo país nos primeiros anos de 1970 e, ainda, qual o local privilegiado de destino escolhido, por essas famílias. O resultado desta pesquisa é uma forma de o governo acompanhar os efeitos de suas políticas de colonização que tinham por principal objetivo ocupar áreas consideradas "vazias" do país. Foram analisadas todas as publicações referentes aos Censos Demográficos do estado do Mato Grosso que mostravam resultados das pesquisas, realizadas nas décadas de 1970 e 1980: através do estudo desses dados, pode-se montar um mapa, demonstrando onde nasceram e onde se estabeleceram as famílias que migraram para o supracitado estado.

[15] MENEZES, Maria Lucia P. Tendências Atuais das Migrações Internas no Brasil. In: *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. n. 69, v. 45, 1 de agosto de 2000, p. 02.

É, ainda, importante salientar que as publicações do IBGE além de constituírem uma rica fonte de dados, também, possibilitam uma análise da forma como eram vistos os estados, a partir da perspectiva dos pesquisadores, especialmente, através da análise das Sinopses Preliminares lançadas, em geral, um ou dois anos antes da publicação definitiva dos Censos Demográficos.

As Sinopses Preliminares contêm dados gerais sobre a população do país e dos estados. Através da análise desses dados, pode-se acompanhar o crescimento do número de habitantes do Brasil e dos demais estados da Federação, sua densidade demográfica, e quais são suas maiores cidades. No que diz respeito ao volume, referente ao Mato Grosso – tendo como base as leituras realizadas sobre as intervenções do Governo Militar, no estado – pode-se observar como ocorreu o alto crescimento populacional que o mesmo sofreu, entre as décadas de 1970 e 1980, e as mudanças significativas de suas características (tais como, sua densidade demográfica e o aumento no número de cidades).

Comparando as publicações do IBGE, dos anos 1970 e 1980, percebe-se que estas trazem dados, cada vez, mais detalhados, com descrições de cada estado da Federação, suas microrregiões[16] e as características de cada uma delas. Segundo a Sinopse preliminar de Mato Grosso, referente ao ano de 1970[17], o estado tinha uma população de 1.623.618 habitantes, um aumento de 78,37% em relação ao último Censo (1960). E apresentou uma densidade populacional de 1,30 hab/km², sendo o número médio de habitantes, por domicílio, de 5,50 pessoas, distribuídos em uma área de 1.231.549 km² (o que significa 14,47 % do território nacional)[18]. Pode-se analisar como os governos militares vão utilizar e perpetuar o discurso de "vazio demográfico". Para um estado de tais dimensões físicas, uma densidade demográfica de 1,30 hab/km² passa a ser considerada baixa, se comparada a outros estados do Brasil. Todavia, os dados expostos, também não consideram as populações indígenas

[16] Segundo a Sinopse Preliminar de 1980, do estado do Mato Grosso, este divide-se em seis microrregiões homogêneas, são elas: Microrregião do Norte Mato-Grossense (332); Microrregião do Alto Guaporé-Jauru (333); Microrregião do Alto Paraguai (334); Microrregião da Baixada Cuiabana (335); Microrregião de Rondonópolis (336), e a Microrregião do Garças (337).

[17] É preciso salientar que, nas pesquisas são realizadas no ano de 1970, são computados os nascimentos e deslocamentos ocorridos até o dia 1º de setembro deste ano.

[18] Os dados do recenseamento geral de 1970 referentes ao Mato Grosso foram recolhidos antes da criação do estado do Mato Grosso do Sul realizada em 11 de outubro de 1977. Todavia, optamos por utilizar os dados do IBGE referentes ao território antes da divisão como referência do grande aumento populacional que o estado vivenciou nos primeiros anos dessa década. Concentramos nossa análise, neste capítulo, na microrregião do norte mato-grossense que permanecerá intacta, fisicamente, depois da divisão.

A microrregião do norte mato-grossense, merece destaque, pois, foi onde as políticas públicas do governo federal mais se fizeram sentir. Estima-se que, na década de 1970, mesmo sendo a maior microrregião do estado, levando em consideração seu tamanho físico (635.001 km²), era a menos populosa, com 0,10 hab/km² (sem fazer referência aos grupos indígenas. Segundo os pesquisadores do IBGE, o norte-matogrossense:

> É a parte menos povoada do estado. A ocupação humana, dispersa ao longo dos vales, tende a concentrar-se na sua faixa meridional, onde se localizam os núcleos urbanos, dos quais Barra do Garças é o mais populoso. A floresta, que recobre extensa área, é fonte de coleta de borracha, castanha do pará e tucum (amêndoa). A atividade agrícola restringe-se às agriculturas de subsistência. Os fracos pastos naturais do cerrado são aproveitados para uma pequena criação extensiva de gado. Na parte oriental da região se implantam diversos projetos agro-pastoris, com base nos incentivos fiscais da SUDAM, dando início a um processo de dinamização econômica e crescimento demográfico[19].

Nesse texto, observa-se que o ponto de vista dos pesquisadores do IBGE coincide com o discurso político do governo federal no qual continuamente divulgam a ideia de que os estados que compõem a Amazônia apresentam baixa densidade populacional, não possuem economia desenvolvida, sendo essa baseada, principalmente, no extrativismo e lavouras de subsistência. Ainda, é ignorada a presença de nações indígenas, povoados e pequenas cidades: muitas dessas pequenas aglomerações compostas por famílias migrantes, que se deslocaram para o estado, a fim de trabalharem na extração do látex para a indústria de borracha. O governo coloca, com frequência, a questão da densidade demográfica como uma das principais causas para uma intervenção nesse território. Na base dos planos de desenvolvimento, cogitados para esta área, encontra-se a urgência da colonização, colocando a questão populacional, no centro da estratégia, pensada para o seu desenvolvimento. Também, é possível discutir a concepção, compartilhada entre os órgãos centrais do governo e os pesquisadores do IBGE de que a biodiversidade do território do Mato Grosso será compreendida a partir do ponto de vista de uma noção de desenvolvimento que não inclui a economia familiar e o extrativismo, praticado pelas populações que vivem na Amazônia. Nessa perspectiva, a "exuberante natureza" do território é uma fonte de possibilidades, a partir de uma concepção de desenvolvimento econômico voltado para o aumento da produção, a fim de atender ao mercado externo.

Os dados divulgados pelo IBGE foram utilizados, também, como uma espécie de justificativa para a intervenção do Estado, na Amazônia. É possível observar nos textos publicados pelo órgão a perspectiva, às vezes, depreciativa, que eles possuíam de alguns

[19] FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. VIII Recenseamento geral. 1970. IBGE. Rio de Janeiro. Mato Grosso. pp. 18-19.

estados brasileiros, em particular, os que fazem parte do território amazônico. Por exemplo, quando os pesquisadores do Instituto referem-se ao rico bioma do cerrado, como "fracos pastos naturais", ele admite que a diversidade natural daquele estado, no referido caso, o Mato Grosso, só é relevante, na medida em que pode contribuir para os planos de desenvolvimento do governo. A flora do cerrado deveria dar lugar aos pastos que iriam possibilitar a integração do referido território aos grandes mercados econômicos do Brasil e do mundo. A mesma constatação vai ocorrer, no que diz respeito ao elemento humano. As nações indígenas, por exemplo, serão relegadas a uma condição acessória, em todo o processo em estudo.

Segundo o discurso do Estado, a forma mais eficaz de atingir o "progresso" é desenvolver as relações capitalistas, na Amazônia, no caso de Mato Grosso: isso significou concessões de grandes extensões de terra para a iniciativa privada, a fim de que ela levasse adiante os planos de desenvolvimento do Estado. Foram instalados, em Mato Grosso, diversos projetos de colonização, agropecuários e mineradores. A grande maioria deles implantados pela iniciativa privada, com o incentivo fiscal de órgãos públicos, tais como o BASA, SUDAM, SUDECO entre outros.

Em um primeiro momento, na Sinopse Preliminar de 1970, ano em que os investimentos para o território amazônico se intensificam, os pesquisadores do IBGE destacam a baixa densidade populacional do estado do Mato Grosso, colocando-o, claramente como um problema para seu desenvolvimento. Já, na Sinopse Preliminar do ano 1980, na qual estão sendo consolidadas as políticas públicas do governo federal, para esse território, tais políticas, que estavam aliadas ao acesso a crédito financeiro facilitado, possibilitaram a criação de novas empresas, especialmente, as agropecuárias, mineradoras e de colonização. Diante disso, vê-se mudanças, na descrição das características do estado feitas pelo IBGE. A Sinopse Preliminar do estado do Mato Grosso, do ano de 1980, assim descrevia a microrregião do norte-matogrossense:

> O extenso espaço abrangido por esta microrregião permaneceu durante longo tempo num estágio de estagnação econômica; recentemente, presencia-se no mesmo um certo dinamismo, pois face à política do governo federal de integração de áreas periféricas, organismos de desenvolvimento regional nele passaram a atuar, tendo como metas principais a acessibilidade, a instalação de colônias agrícolas e de grandes projetos agropastoris, esses últimos vinculados à política de incentivos fiscais. Também a iniciativa particular vem-se fazendo representar através da colonização, dando ensejo ao aparecimento de novas frentes pioneiras ou a revitalização de algumas áreas agrícolas já estabelecidas. Como resultado dos fatos acima indicados, sua população, no último decênio, viu-se acrescida de 214.272 novos habitantes, correspondendo a um incremento relativo de 343,57%. Embora o crescimento relativo da população urbana tenha

> sido superior ao da rural – respectivamente 508,80% e 285,28% - esta última ainda é predominante, pois representa 64,21% da total[20].

Como descrito acima, a população da microrregião norte mato-grossense, sofreu um aumento exponencial em um espaço de 10 (dez) anos (de 1970 a 1980) tendo um crescimento relativo de 343,57%, número bastante expressivo se comparado ao decênio 1960-1970, o qual apresentou crescimento de 78,37%. É imprescindível salientar a relação que o texto, acima, exposto, estabelece entre a dinamização da economia e o alto crescimento dos índices populacionais. É explícito que o IBGE trabalha na intenção de corroborar o que divulgam os órgãos centrais do governo federal, pois, nas publicações veiculadas pelo Instituto, são feitas analogias que têm, por objetivo, demonstrar que as ações do Estado, para o território amazônico, estão alcançando os resultados desejados e que as referidas ações contribuem para a elevação da qualidade de vida da população, que ali vive. Ainda comentando o texto acima, percebe-se como o estado do Mato Grosso foi alvo de investimentos diversos, durante o Regime Militar. São citados, os projetos agropastoris, os projetos de colonização e a forte atuação dos "organismos de desenvolvimento regionais", como, por exemplo, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

Continuamente, observa-se, através da leitura das publicações do IBGE, a relação, quase automática, realizada entre o aumento da densidade populacional e o desenvolvimento econômico. Ora, quanto mais trabalhadores se interessa em deslocar-se para uma determinada localidade, infere-se que ela oferece a possibilidade de melhores condições de vida e trabalho. Alguns migrantes apresentam experiência com deslocamentos anteriores, famílias que haviam se deslocado para o Sul ou Sudeste do país, fugindo da seca no Nordeste, outros, empreendem viagens sazonais com o objetivo de complementar a renda da família nos períodos de entressafra.

Todavia, ao mesmo tempo em que se produz um sujeito "migrante", os Censos Demográficos e outras publicações do IBGE, transformam seus objetos, em números, elementos estatísticos que, apenas, cumprem a função de acompanhar indicadores sociais e de espaço. As nações indígenas, por exemplo, na grande maioria das vezes são ignoradas nos recenseamentos e nos textos nos quais o Instituto descreve as vantagens trazidas pelos projetos de desenvolvimento. Os conflitos envolvendo a população recém-chegada e os

[20] FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. IX Recenseamento geral. 1980. IBGE. Rio de Janeiro. Mato Grosso. pp. 15-16.

grupos indígenas com os agentes representantes do capital privado foram intensificados a partir da década de 1970 com o direcionamento de parte deslocamentos populacionais para o território amazônico, em especial, o Mato Grosso. Ainda, pode-se estabelecer que a análise de dados censitários, em especial, aqueles relativos à migração, podem levar a leituras enganosas, sobre certos acontecimentos vivenciados em determinado local. Por exemplo, apesar de ser um importante indicador de como as políticas públicas do governo federal influenciaram na percepção dos deslocamentos populacionais no Brasil, no que diz respeito, à migração de mão-de-obra temporária, o recenseamento geral apresenta limitações.

2.4 Grupos sociais desterritorializados e reterritorializados e os "peões de trecho".

Primeiramente, é preciso estabelecer que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), apenas, alcança aqueles indivíduos já instalados, em propriedades, sejam elas tituladas ou não, não abarcando os trabalhadores migrantes que se deslocam, em busca de trabalho temporário. Joanoni Neto e Castravechi, comentando uma pesquisa realizada sobre trabalhadores rurais que migraram para o território amazônico, a partir do Piauí, no ano 2000, afirmam que:

> A grande motivação para a saída foi a necessidade de dinheiro para sustentar a família (43,3%) ou a falta de trabalho no local (52,2%). Os destinos mais visados são os estados do Centro-Oeste (55,6%), e as atividades realizadas estão em grande parte ligadas ao meio rural (83,9%), sendo que a cana-de-açúcar, no caso desses trabalhadores, é um grande atrativo (64%)[21].

Mesmo tratando-se de uma pesquisa, realizada no início do século XXI, acredita-se que a motivação para o deslocamento em busca de trabalho não tenha sofrido grandes modificações, desde as décadas de 1970 e 1980. A falta de oportunidades, nos estados de origem, é um fator primordial para a migração, seja ela temporária ou definitiva. Segundo Joanoni e Castravechi, "a marca dessa migração é a transitoriedade"[22], ou seja, desconectados de suas raízes, considerados, como números, pelos órgãos de estatísticas ou como mão-de-obra barata e de fácil descarte, pelos donos de empresas ou "gatos", os migrantes, provenientes do Nordeste, serão considerados, como "desterritorializados", por

[21] CASTRAVECHI, Luciene; JOANONI NETO, Vitale. Da histórica dominação sobre vidas prescindíveis. As muitas faces da violência sobre trabalhadores migrantes no nordeste de Mato Grosoo do final do século XX. In: HARRES, Marluza; 2009; JOANONI NETO, Vitale (orgs). *História, terra e trabalho em Mato Grosso. Ensaios teóricos e resultados de pesquisas.* São Leopoldo: Oikos: Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2009. p. 116.
[22] Ibidem. p. 119.

uma parte dos historiadores que se dedicam à análise da ocupação do território amazônico, nas últimas três décadas do Século XX[23].

Muitos trabalhadores rurais migrantes, em especial, aqueles empregados como mão-de-obra temporária, percorrem as principais rodovias do estado de forma contínua, transformando essas rodovias em verdadeiros corredores de pessoas que mudam constantemente de atividade. Outros, se fixam (algumas vezes de forma temporária), em determinado município ou povoado a fim de ocupar um lote de terras. Alguns autores denominam os migrantes de "trabalhadores desterritorializados", isso porque quando os trabalhadores se deslocam para outro estado ou cidade (sejam acompanhados da família ou não), deixam para trás além de um lugar físico, um território, permeado de signos, tradições, experiências e imagens que ajudam a compor sua identidade. Logo, quando chegam ao seu local de destino, os migrantes precisam estabelecer novas relações e contatos com o novo território, experiências culturais que necessitam ser ressignificadas.

Seguindo a trilha de Deleuze e Guattari, os geógrafos Haesbaert e Bruce afirmam que:

> [...] a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas. No cotidiano, a dinâmica mais comum é passarmos de um território para outro. É uma des-reterritorialização cotidiana, onde se abandona, mas não se destrói o território abandonado[24].

Em um primeiro momento podemos considerar que desterritorializar-se diz respeito ao ato de se deslocar de um território a outro, e o processo de reterritorialização é a chegada a um novo espaço e o esforço realizado ao estabelecer laços com esse novo território. Todavia, é possível pensar em reterritorialização quando falamos de trabalhadores rurais migrantes que ao chegarem a seu local de destino ali se estabelecem, constituindo relações de sociabilidade com o novo espaço e as pessoas que o habitam. Mas, quando analisamos os casos dos trabalhadores que vivem em constante movimento, passando de uma atividade a outra, os chamados "peões de trecho", percebemos que

---

[23] Cf. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*. Política de Colonização no Brasil contemporâneo. Op cit. PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. *Migrações, conflitos e violência no campo.* 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. JOANONI NETO, Vitale. Fronteiras da Crença. Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: EDUFMT/Carlini & Caniato, 2007. Entre outros.

[24] BRUCE, Glauco; HAESBAERT, Rogério. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. In: *Revista GEOgraphia.* n. 7, v. 4, s/p, 2002. Disponível em <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/74>, acesso em: 15 de janeiro de 2015.

apenas referir-se a eles como desterritorializados não abarca a complexidade da experiência vivida por essa parcela dos trabalhadores. Deleuze e Guattari nos auxiliam a melhor entender essa questão ao problematizar as diferenças entre o nômade e o migrante:

> O nômade não é de modo algum o migrante, pois o migrante vai principalmente de um ponto a outro, ainda que este outro ponto seja incerto, imprevisto ou mal localizado. Mas o nômade só vai de um ponto a outro por consequência e necessidade de fato; em princípio, os pontos são para ele alternâncias num trajeto. Os nômades e os migrantes podem se misturar de muitas maneiras, ou formar um conjunto comum; não deixam, contudo, de ter causas e condições muito diferentes [...][25]

Considerar os trabalhadores rurais que empregam sua mão-de-obra em sucessivos trabalhos temporários como "nômades" nos ajuda a entender como aplicar a esses atores o conceito de reterritorialização. Para Guimarães Neto, eles são:

> [...] parte de grupos sociais desterritorializados que se movem de uma cidade, de um Estado ou de uma região a outra, perdendo continuamente as referências sociais de pertencimento a seu grupo de origem, 'dentro e fora' da fora da família, da cidade, da cultura, desterritorializando o próprio campo social[26].

No estudo da reterritorialização de trabalhadores nômades, que se deslocam continuamente de um posto a outro, fica inviabilizado o uso de qualquer ideia de completude, como se o sujeito ficasse impedido de completar sua reterritorialização devido a falta de um território com o qual pudesse estabelecer relações. Seguindo a trilha indicada por Guimarães Neto, podemos inferir que, em alguns casos, o *próprio campo social é desterritorializado* criando uma série de obstáculos para sua integração ao novo espaço.

Os historiadores Joanoni Neto e Castravechi, analisando trabalhadores rurais, denominados "peões", que se deslocaram para o Mato Grosso, chamam a atenção para os depoimentos recolhidos por eles nos quais os entrevistados descrevem experiência, vivenciada ao verem-se presos, no movimento circular dos trabalhos temporários, descrito por Guimarães Neto, no qual os migrantes se movem, continuamente, de um lugar a outro. Segundo o trabalhador:

> A pessoa quando sai no trecho assim, acho que fica... eu acho que ele perde a vergonha pro mundo, mas com a família dele, toda vida ele tem vergonha de volta. Porque eu tô aqui, mas acho que não tenho mais corage de volta. Não fiz nada contra minha família, mas eu acho que não vô leva problema prá minha família mesmo[27].

---

[25]Idem, p. 51.

[26] GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Vira mundo, vira mundo:* Trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. EDUC, 2003.p.49 – 69.
p. 60.

[27] Depoimento. Centro de Pastoral para o Migrante, Cuiabá, 30 mar. 2007. Apud. CASTRAVECHI, Luciene; JOANONI NETO, Vitale. Da histórica dominação sobre vidas prescindíveis. As muitas faces da violência sobre trabalhadores migrantes no nordeste de Mato Grosoo do final do século XX. In: HARRES,

Ao descrever o que acontece quando o trabalhador "sai no trecho", o entrevistado nos proporciona uma descrição de sua experiência de desterritorialização, onde ele perde sua referência de território e sente dificuldades em reterritorializar-se. Guimarães Neto, referindo-se às relações construídas entre os trabalhadores rurais migrantes ou nômades na Amazônia:

> Chegam a construir leis e regras de sobrevivência, como se vivessem em uma rede social "descolada" do controle e da disciplina implementadas pelo Estado. Um dos exemplos é a linguagem específica que utilizam no grupo. Falam em códigos, e, muitas vezes, dizem para as pessoas que afirmam não entendê-los que consultem o dicionário. Lançam, deste modo, um desafio à compreensão de seu mundo simbólico. Acrescente-se a isso, um modo de existência que deve ser seguido por todos do grupo, podendo custar a própria vida se não obedecido[28].

Ou seja, mesmo quando entram em contato com a dura realidade do "trecho", onde vigoram leis e regras próprias, nas quais a punição pela desobediência pode ser a morte, no processo de reterritorialização, os trabalhadores rurais migrantes, elaboram estratégias que o permitem relacionar-se com o novo espaço para o qual se dirige.

2.5 Os projetos agropecuários e de colonização, e a importância das rodovias federais para as migrações.

Opta-se por concentrar as análises na microrregião do norte mato-grossense[29], pois essa parte do estado ocupa lugar central no estudo dos deslocamentos de trabalhadores rurais, do Nordeste para a Amazônia, visto que foi a área que mais recebeu grupos migrantes[30]. Segundo os limites estabelecidos pela Sinopse Preliminar do estado do Mato Grosso de 1980, o norte mato-grossense abrange o que, hoje, se conhece como o nordeste do Mato Grosso, área que abrange o rio Araguaia e o rio das Mortes (seu afluente) e parte do norte do estado. Os principais eixos rodoviários que servem a esta microrregião, são a BR- 163 (Cuiabá – Santarém), a BR – 158 (Barra do Garças – São Félix do Araguaia), que

---

Marluza; 2009; JOANONI NETO, Vitale (orgs). *História, terra e trabalho em Mato Grosso. Ensaios teóricos e resultados de pesquisas.* São Leopoldo: Oikos: Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2009.

[28] GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Vira mundo, vira mundo:* Trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. EDUC, 2003.p.49 – 69. p. 60.

[29] Fazem parte a microrregião do Norte mato-grossense os municípios de: Água Boa, Alta Floresta, Aripuanã, Barra do Garças, Canarã, Chapada dos Guimarães, Colíder, Diamantino, Luciara, Nobres, Nova Brasilândia, Nova Xavantina, Paranatinga, Porto dos Gaúchos, Rio Claro, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia e Sinop. Como podemos observar, os limites da microrregião do Norte Matogrossense são consideravelmente diferentes se comparados com os mapas atuais. Em 1980 o IBGE levava em consideração não apenas aspectos geográficos e morfológicos na composição dos municípios que formavam uma microrregião, mas, a experiência compartilhada de sua ocupação e os projetos governamentais de que foram alvo. A implantação desses projetos acarretou severas mudanças demográficas e de espaço nesses minicípios.

[30] Segundo Censo demográfico de 1980. Tabelas em anexo.

se conecta com a BR-070 (Brasília – Cárceres MT [fronteira com a Bolívia])[31]. A escolha por trabalhar com a designação do IBGE tornou-se imprescindível por dois motivos: o primeiro diz respeito aos dados recolhidos pelo órgão que, tem como referência geográfica a microrregião do norte mato-grossense. Em segundo lugar, essa microrregião, circundada por três das principais rodovias federais do estado, tornou-se um verdadeiro corredor de migrantes que seguirão por essas rodovias, em especial, em busca de trabalho temporário. Nesse âmbito, para melhor visualizar os limites do norte mato-grossense segue baixo um mapa rodoviário do estado do Mato Grosso, no qual podemos aferir a que área os dados os recenseamentos do estado se referem.

Mapa rodoviário do Mato Grosso (2012)[32]

[31] FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. VIII Recenseamento geral. 1970. IBGE. Rio de Janeiro. Mato Grosso. p. 18.
[32] Fonte: Ministério dos Transportes 2012. Apud. Martins, Lucas. Infoescola. Disponível em: http://www.infoescola.com/mapas/mapa-rodoviario-de-mato-grosso/

Como podemos aferir através do mapa acima, a microrregião do norte mato-grossense conta com três importantes rodovias federais, são elas: a BR 070 (linha horizontal, no mapa aparece ligando Cuiabá e Barra do Garças), BR 163 (linha vertical, no mapa aparece ligando Cuiabá a Guaratã do Norte seguindo adiante para o estado do Pará), e, por fim, a BR 158 (linha vertical, aparece no mapa ligando Barra do Garças a Vila Rica). Ao longo dessas rodovias foram implantados importantes projetos agropecuários, de colonização e mineradores, que atraíram grande número de migrantes.

Cada projeto, seja ele de colonização ou agropecuário, implementado no estado do Mato Grosso, desenvolveu-se de forma diferenciada, de acordo com o tipo de projeto a ser implantado (da iniciativa privada ou "oficial" coordenado pelo INCRA), da área escolhida, e dos grupos sociais que para essas áreas se dirigiram. As particularidades no desenvolvimento de cada projeto tiveram grande impacto na forma como o trabalhador recém-chegado se integrou com o novo território, seja, com os antigos moradores que lá se encontravam, ou, com a rede social na qual se insere.

Ao entrarem em contato com o complexo mundo das relações sociais e de trabalho do território amazônico, muitos trabalhadores deparam-se com um cotidiano repleto de violência, que os obrigam a construir novas formas de relacionamento com o novo espaço. A reterritorialização realizada por estes atores não se restringe apenas a construção de uma nova vida em seus locais de destino, mas, a uma necessidade de *sobrevivência*[33]. Soma-se a isso o fato de que essas relações estarão sempre em mutação visto que, quando os trabalhadores se dirigem a um novo local de trabalho, entram em contato com outras pessoas, outro universo cultural, outras relações de trabalho e espaços.

Depois da criação do Decreto-lei nº 1.164, em 1º de abril de 1971, que "declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências"[34], muitas rodovias federais receberam um grande número de projetos agropecuários e de colonização. Nesse âmbito, ocupa lugar de destaque a BR 163, construída com o objetivo de ligar o Sul ao Centro-Oeste e Norte do Brasil. Essa estrada foi caminho de milhares de trabalhadores rurais migrantes, tanto do Sul como do Nordeste

[33] Ibidem. p. 65.

[34] O Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971 "declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacional terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de Rodovias da Amazônia Legal, e dá outras providencias". Nas margens destas rodovias serão implementados os projetos de colonização, agropecuários e mineradores. FONTE: Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1164.htm.

do Brasil que partiam em busca das oportunidades de trabalho nas agropecuárias e colonizadoras que ali de instalaram.

Nos projetos implantados às margens da BR-163 observa-se a forte presença da iniciativa privada. Um importante exemplo é o projeto de colonização privada, implementada pela empresa Indeco S/A, que originou a cidade de Alta Floresta, estudada por Guimarães Neto, no qual, o alvo principal foram os pequenos produtores do Sul. Para atrair esses trabalhadores, a empresa de colonização:

> "[...] envolveu praticamente todos os meios de comunicação disponíveis – o rádio, a televisão e os jornais. Mas a grande estratégia de venda estava centrada no emprego de corretores, encarregados de estabelecer contatos diretos com os pequenos produtores [...]"[35].

Entretanto, segundo a autora, não foram, apenas, os pequenos produtores do Sul atraídos pelas propagandas. Muitos trabalhadores rurais e pequenos produtores do Nordeste, também, tiveram acesso às notícias e propagandas que alardeavam as vantagens e, Mato Grosso ("um lugar de terras disponíveis") e, se juntaram à corrente migratória que se formava, em direção ao projeto de colonização. Guimarães Neto chama a atenção para o fato de que esses projetos não, apenas, estavam destinados a receber um grande número de pequenos produtores que se desfizeram de suas terras, no Sul do país, mas, também, aqueles trabalhadores que somente tinham a empregar sua força de trabalho. É importante salientar que, na área dos projetos de colonização e agropecuários, também, se instalavam empresas que se beneficiavam da estrutura montada por eles, como madeireiras que vão atrair um grande número de mão-de-obra[36].

Também situado próximo a BR 163, destaca-se o município de Colíder, também originado a partir de um projeto de colonização. O nome do município Colíder (criada através da Lei Estadual nº 4.158[37]), tem origem, no nome da Colonizadora Líder (Co + Líder = Colíder). O município tem sua ocupação descrita em uma publicação do IBGE, na qual se encontra o histórico e os dados gerais dos principais municípios do estado do Mato Grosso. Sobre Colíder, o IBGE informa que:

> A ocupação das terras da região ocorreu no tempo dos incentivos fiscais e projetos do Governo Federal da década de setenta. Quando os soldados do 9º BEC *(Batalhão de Engenharia da Construção)* ainda rasgavam a BR 163, Raimundo Costa Filho decidiu colonizar a região, nela entrando no sentido leste-oeste. Raimundo Costa Filho já tinha experiência em colonização no Estado do Paraná, e em 1973 chegou a Mato Grosso. Sobrevoou a região e adquiriu extensa área de terras. Seguiu o picadão do 9º BEC, acompanhado de topógrafos e

[35] GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*. Política de Colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá/MT: Ed. Unicem (Apoio Unesco), 2002. p. 39.
[36] Ibidem. p. 40.
[37] Cf. http://www.colider.mt.gov.br/Historia-do-Municipio/. Ultimo acesso: 19 de janeiro de 2015.

> iniciou a medição da área. Luiz Marques da Silva mudou-se então para o lugar da futura cidade de Colíder, que inicialmente foi denominada de Cafezal[38].

Segundo a mesma fonte, a procura, pelas terras da área, denominada Cafezal, que fazia parte do projeto de colonização da Líder, foi tão significativa que, em 1974 (pouco menos de um ano depois de lançado o empreendimento), quase toda a área já havia sido ocupada. O território adquirido por esta colonizadora foi tal que, depois de criado o município de Colíder[39], este, ainda, deu origem a nove outros municípios, entre os anos de 1981 e 1988[40].

Outro município que teve seu desenvolvimento ligado aos projetos econômicos implantados a partir de 1970, é o município de Primavera do Leste. Localizado às margens da BR-070, ele foi estudado pelo historiador Leandro Genoíno Cerutti. Esse município teve seu desenvolvimento ligado a investidores, especialmente do Sudeste e Sul do país, os quais foram atraídos ao estado de Mato Grosso pelos financiamentos oferecidos pelo governo federal, para a exploração de grãos no cerrado. Segundo Cerutti:

> Essa transformação do cerrado em área de produção de grãos deu-se, inicialmente, em função do uso dos incentivos concedidos pelo Governo Federal, por meio de juros subsidiados e, posteriormente, lançando mão das linhas de créditos do Banco do Brasil. Este padrão econômico voltado à produção de mercado, principalmente o de exportação, implanta-se em Primavera do Leste a partir de meados da década de 1970 e intensifica-se durante as décadas de 1980 e 1990[41].

A implantação de grandes fazendas produtoras de grãos em Primavera do Leste, foi responsável pela atração de grande número de migrantes, para a área. Como não houve o protagonismo dos projetos de colonização no referido território, as relações sociais e de trabalho se desenvolveram, de forma diferente, daquela, estudada por Guimarães Neto, em

---

[38] Biblioteca online do IBGE. Histórico dos Municípios do estado do Mato Grosso. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/colider.pdf. Não Paginado.

[39] É importante destacar a presença, ao longo da BR-163, a presença de outros importantes municípios que tiveram sua origem ligada a projetos agropecuários ou de colonização, como Sinop. O município de Sinop foi criado a partir do projeto de colonização implementado pela Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP) LTDA, para mais informações sobre a criação e desenvolvimento desse município. Cf. OLIVEIRA, João Mariano. *A esperança vem na frente – o caso SINOP*. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; SOUZA, Edison Antônio de. *Sinop: história, imagens e relatos. Um estudo sobre a colonização.* Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso; SANTOS, 1996.

[40] Biblioteca online do IBGE. Histórico dos Municípios do estado do Mato Grosso. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrosso/colider.pdf. Não Paginado.

[41] CERUTTI, Leandro Genoino. *Deslocamento social e trabalho temporário: práticas e Relatos de trabalhadores em Primavera do Leste-MT*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004. pp. 24-25.

Alta Floresta. Em Primavera do Leste, observa-se a predominância de trabalhadores temporários, chamados "peões de trecho" ou "trabalhadores rurais polivalentes"[42].

Os variados exemplos de exploração econômica (colonização, agropecuárias, mineradoras e etc.) dos municípios, auxiliam no estudo sobre as experiências de ocupação do Mato Grosso. A colonizadora Indeco S/A, localizada na cidade de Alta Floresta, mobilizou um grande aparato de propaganda para atrair pequenos produtores do Sul do país, os quais desejavam adquirir um lote de terras. A presença desse projeto transformou a cidade em destino de muitos trabalhadores rurais migrantes que objetivavam adquirir um lote de terras. Colíder vivenciou um desenvolvimento similar, visto que também teve sua fundação ligada um projeto de colonização que atraiu um grande número de pequenos produtores. Já na cidade de Primavera do Leste, constata-se a forte presença de fazendas produtoras de grãos, as quais adquiriram enormes quantidades de terra, através dos financiamentos do governo federal e atraíram um grande número de trabalhadores temporários, muitos deles, submetidos a formas de trabalho degradante.

Cada município desenvolve-se de forma particular dependendo da forma como foram afetados pelas políticas de incentivo fiscal para a ocupação do território amazônico implementadas pelo governo federal, em especial, a partir de 1970. A complexidade da tarefa de analisar esse panorama rico em significados é ricamente descrito pela historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto que afirma:

> Estudar as cidades que resultaram das políticas governamentais de distribuição de terras, associadas às estratégias de controle e ocupação do espaço amazônico, nas últimas décadas do século XX é como estar diante de um tabuleiro desenhado com mil cores e formas. Cada pequena parte tem suas histórias e memórias, assim como suas territorialidades configuradas e em constante transformação[43].

A interferência do Estado no território amazônico além de acarretar em mudanças na forma como se desenvolveram as relações de trabalho na área, também modificaram profundamente o panorama espacial dos estados, especialmente o Mato Grosso. A presença de diferentes projetos econômicos (agropecuários, mineradores, de colonização entre outros) causou uma alteração considerável na densidade demográfica do estado. Seja para adquirir um lote de terras, em um projeto de colonização, seja, para empregar-se nas frentes de trabalho, abertas pelas agropecuárias e mineradoras, quando milhares de

[42] Segundo Genoíno, este é o termo utilizado nas carteiras de trabalho dos peões, quando estes eram contratados para trabalhar nas fazendas. CERUTTI, Leandro Genoino. *Deslocamento social e trabalho temporário: práticas e Relatos de trabalhadores em Primavera do Leste-MT*. Op cit. p. 2.

[43] GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Memória, relatos e práticas de espaço: cidades em áreas de ocupação recente na Amazônia (Mato Grosso, 1970-2000). In: *História Oral*: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.9,n.1, jan-jun.ano 2006. Rio de Janeiro, 2007. p. 6.

migrantes se deslocaram para o Mato Grosso, sobretudo a sua parte norte. Essas alterações no perfil da população são abordadas nas pesquisas do IBGE, em especial, nos Censos Demográficos, que focalizam as transformações ocorridas no estado, em particular, no que diz respeito ao aumento da população. De 1970 (considerando o marco da implementação do Plano de Integração Nacional (PIN[44]) e a atuação em conjunto das instituições que financiaram os diversos programas de desenvolvimento da Amazônia, como a SUDAM e SUDECO, até 1980, período em que os projetos de desenvolvimento regionais se apresentam consolidados.

As transformações sofridas pela microrregião do norte mato-grossense, em particular, no que diz respeito ao número da população recenseada, serão significativas, visto que, essa era considerada a parte menos povoada do estado.

Tabela 1. População recenseada do *norte mato-grossense*, comparativo 1960/1970/1980

Ano	População
1960	41.919
1970	65.779
1980	285.168

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. IX Recenseamento geral. 1980. IBGE. Rio de Janeiro. Mato Grosso.

Na tabela acima podemos observar o exponencial aumento populacional vivenciado pela região do norte mato-grossense de 1960 a 1980. A intensificação da migração para a área será responsável por expressivas mudanças no panorama geográfico das cidades de Mato Grosso. Segundo a Sinopse Preliminar do estado referente ao ano de 1980, duas cidades da microrregião do norte mato-grossense aparecem na lista dos dez municípios mais populosos do estado. São elas: Barra do Garças (43.690 hab.) e Colíder (34.638 hab.).

É importante observar que esses dois municípios não constavam na lista dos mais populosos no Censo Demográfico de 1970. Sequer apareciam na lista dos municípios com mais de 10.000 habitantes. Ou seja, em uma década, Barra do Garças e Colíder chegam a mais que dobrar seu número de habitantes. Considerável aumento, não pode ser, apenas,

[44] O Plano de Integração Nacional (PIN) foi criado em 1970, e tinha como principal objetivo "financiar o plano de obras de infraestrutura, nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional". BRASIL. Decreto-Lei nº1.106, de 16 de junho de 1970 que "cria o Plano de Integração Nacional (PIN), altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais, e dá outras providencias". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm.

atribuído ao aumento da natalidade, mas à intensificação dos deslocamentos de trabalhadores, em especial, os provenientes do Nordeste, os quais, em sua grande maioria, se dirigem à parte norte do estado.

As políticas econômicas do governo federal para a Amazônia além de influenciar sobremaneira a formação de novos municípios, também, modificaram profundamente cidades de ocupação anterior a 1970 que vivenciaram um expressivo aumento de densidade populacional. Um exemplo emblemático desse caso é o do município de Barra do Garças que tem sua ocupação datada dos primeiros anos do século XX. Em 1960, a população de Barra do Garças era de 12.198 habitantes, em 1970, 28.403, já, em 1980, mais de 40.000 pessoas declararam, aos pesquisadores do IBGE, viver no município. Nessa área, destaca-se a atuação da SUDAM que financiou grandes projetos agropecuários.

Em 1971, o Bispo Dom Pedro Casaldáliga, assim descreve a atuação dos projetos:

> Até fins de 1970, tinham sido aprovados para os municípios de Barra do Garças e Luciara, 66 (sessenta e seis) projetos. De lá para cá muitos outros foram criados, como a BORDON S/A, dos Frigoríficos Bordon, NACIONAL S/A, do Banco Nacional de Minas Gerais, cujo presidente é o ex-ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, UIRAPURU S/A, do jornalista-latifundiário, David Nasser, e etc[45].

Dom Pedro Casaldáliga denuncia que a implantação desses projetos, no município, atraiu um grande contingente de trabalhadores pobres sem nenhum bem econômico, que somente contam com a sua força de trabalho. O Bispo descreve os trabalhadores rurais que se deslocam para Barra do Garças e outras localidades como:

> [...] camponeses nordestinos, vindos diretamente do Maranhão, do Pará, do Ceará, do Piauí..., ou passando por Goiás. Desbravadores da região, "posseiros", povo simples e duro, retirante como por destino numa forçada e desorientada migração anterior, com a rede de dormir nas costas, ou muitos filhos, algum cavalo magro, e os quatro "trens" de cozinha carregados em uma sacola[46].

As áreas localizadas próximas ao rio Araguaia, são um importante exemplo do efeito que as políticas de desenvolvimento do território amazônico implementadas pelo governo federal (em especial, os projetos agropecuários). O nordeste de Mato Grosso, também conhecido como médio e baixo Araguaia, tem sua ocupação datada das primeiras décadas do século XX. Esta parte do estado é lugar de diversas nações indígenas, não contabilizadas no Censo do IBGE. Segundo Barrozo:

---

[45] CASALDÁLIGA, Pedro. Uma *Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix, 10 out. 1971. Disponível em http://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf. pág. 3. Último acesso: 15 de dezembro de 2015. p. 9.

[46] Ibidem. p. 4.

> Os povos indígenas que ocupavam o território situado entre os rios Araguaia e Xingu deslocaram-se para o fundo da floresta à medida que aquele espaço foi ocupado por seringueiros, agricultores e criadores de gado[47].

A medida que o deslocamento populacional para este território foi se intensificando, especialmente, a partir da década de 1960 e 1970, as nações indígenas perderam território de forma avassaladora. Instalaram-se nesse local grandes projetos agropecuários e alguns projetos de colonização (Vila Rica e Confresa entre eles[48]). Luiz Soares afirma que apenas para a área localizada próximo ao rio Araguaia foram aprovados pela SUDAM 62 projetos agropecuários, envolvendo uma área de 2.166,189,00 hectares e Cr$ 261.647.972,00[49].

O estado do Mato Grosso também sofreu um considerável aumento no número de municípios, distritos e cidades, não, só, a partir do desmembramento de municípios que já existiam, mas, por causa da criação de cidades (oriundas de núcleos de projetos de colonização) como foi o caso de Colíder, Vila Rica, Confresa, entre outras.

Tabela 2. Número de Municípios, População, Distritos e Cidades do Mato Grosso (1970 – 1980).

	1970	1980
Número de Municípios	**34**	**55**
População	**612.887**	**1.169.812**
Número de Distritos	**93**	**134**
Número de Cidades	**34**	**55**

FONTE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. VIII Recenseamento geral. 1970. IBGE. Rio de Janeiro. Mato Grosso.

A partir do Censo Demográfico de 1970, o IBGE modifica algumas características de sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). No Censo indicado acima, o método, utilizado pelo Instituto, foi o de interrogar a população acerca de sua naturalidade, em relação ao município onde vivem e ao estado no caso específico, o Mato Grosso,

[47] BARROZO. João Carlos. Os assentados e os assentamentos rurais do Araguaia. *In*. HARRES, Marluza Marques. JOANONI NETO, Vitale. *História Terra e Trabalho em Mato Grosso.* Ensaios teóricos e resultados de pesquisas. Op cit.
[48] Cf. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Memória, relatos e práticas de espaço: cidades em áreas de ocupação recente na Amazônia (Mato Grosso, 1970-2000). In: *História Oral*: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.9,n.1, jan-jun.ano 2006. Rio de Janeiro, 2007.
[49] SOARES, Luiz Antônio B. Trilhas e Caminhos: Povoamento não indígena no Vale do Araguaia – nordeste de Mato Grosso, na primeira metade do século XX. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá, 2004.

criando as categorias de *pessoas não-naturais do município onde vivem* e *pessoas não naturais de Mato Grosso*, que são aplicadas a toda secção que trata sobre os deslocamentos internos. Os entrevistados foram divididos, por idade, sexo, tempo de residência no estado (segundo a situação do domicílio atual e segundo o lugar do domicílio anterior[50]) e lugar de nascimento.

Segundo dados recenseados, havia, em 1970, no estado do Mato Grosso, 536.219[51] habitantes não naturais do estado. Desses, 296.456 eram homens e 239.763, mulheres. É importante observar que a grande maioria do contingente está localizada, na zona rural (367.773 contra 168.446 na zona urbana). No que diz respeito à idade da população dos não naturais do estado, existe um maior número de homens de idade entre 0 a 4 anos (13.207). O elevado número de crianças, não são naturais do Mato Grosso, registrados pela PNAD, revela que muitos dos homens e mulheres tomam a decisão pelo deslocamento acompanhado pela família. A tabela, abaixo, fornece um panorama da ocupação do estado, no que diz respeito às pessoas não naturais, no ano de 1970 e, durante, a década de 1960[52].

Tabela 3. Pessoas não naturais do Mato Grosso por tempo de residência no estado da federação em 1970[53].

Tempo de Residência no Estado	Número de Habitantes
Que se mudaram a menos de 1 ano	64.077
Que se mudaram a 1 ano	40.078
Que se mudaram a 2 anos	43.781
Que se mudaram a 3 anos	38.630

[50] Quando o IBGE se refere à *situação do domicílio atual*, ele afirma que questionou seus entrevistados sobre o tempo em que eles residem neste município. Já quando se referem a o *lugar do domicílio anterior*, ele afirma que questionou seus entrevistados (os não-naturais do município e do estado) sobre onde moravam, anteriormente, não é o mesmo que naturalidade.
[51] Exceto aqueles que não declararam ou não foram encontrados em suas residências.
[52] Considerando que o recorte temporal, denominado "menos de um ano", compreende os primeiros meses de 1970, visto que os dados, divulgados do Censo do referido ano, dizem respeito até o dia 1º de setembro.
[53] Tabela baseada no Censo Demográfico 1970 Mato Grosso. Ambos foram publicados com base nos resultados definitivos do Recenseamento Geral de 1970 e publicados em abril de 1973. Foi perguntado aos entrevistados se eles eram naturais do município onde moravam e, se a resposta fosse negativa, o morador era perguntado de onde veio e quando. p. 127 e 128. FONTE: Censo Demográfico 1970. VIII Recenseamento Geral – 1970. Série regional. Mato Grosso. Volume I. Tomo XXIII. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/>. Último acesso: 05/01/2015.

Que se mudaram a 4 anos	31.998
Que se mudaram a 5 anos	32.503
Que se mudaram a 6 a 10 anos	115.618
Que se mudaram a 11 anos ou mais	169.531

FONTE: IBGE.Censo Demográfico 1970. VIII Recenseamento Geral – 1970. Sério regional. Mato Grosso. Volume I. Tomo XXIII.

Analisando a tabela acima, percebe-se que, mesmo o estado do Mato Grosso mostrando-se como um território dinâmico no que diz respeito ao fluxo migratório, os moradores que se *mudaram a 11 anos ou mais*, ainda, estavam, em maior número. Observa-se uma pequena queda, no número de pessoas, entre 1965 e 1967 (pessoas que se mudaram havia quatro e cinco anos). Entretanto, a partir do ano de 1968, existe um significativo aumento, no número de *pessoas não naturais do município onde moram*, chegando a seu máximo em 1970 (47.526 pessoas). Acompanha-se, através dessa tabela, a intensificação do deslocamento populacional para o estado do Mato Grosso, a partir do ano de 1970. Os Censos vão acompanhar o aumento constante do número de pessoas *não naturais*, residindo no estado.

O Censo de 1970, permite inferir a parcela desses migrantes que são provenientes do Nordeste. Os pesquisadores do IBGE se preocuparam em quantificarem as pessoas não naturais dos municípios onde moravam, segundo o seu domicílio anterior. Houve a preocupação de classificar não só a área do país da qual aquele entrevistado partiu, mas, também, seu estado, de origem.

Tabela 4. Pessoas não naturais do Mato Grosso segundo domicílio anterior em 1970 [por regiões][54].

Regiões	Mato Grosso
Nordeste	65.942
Norte	2.652
Sudeste	264.076
Sul	56.938
Centro-Oeste	129.953

FONTE: IBGE. Censo Demográfico 1970. VIII Recenseamento Geral – 1970. Sério regional. Mato Grosso. Volume I. Tomo XXIII, p 127.

[54] Exceto estrangeiros e aqueles que não especificaram o lugar onde moravam anteriormente.

Na tabela acima, pode-se observar que grande parte dos migrantes do estado do Mato grosso, era proveniente da região Sudeste, seguida pelo Centro-Oeste, com o Nordeste, apenas, aparecendo, em terceiro lugar, com pouco mais de 65.000 pessoas. É preciso levar em consideração que os entrevistados foram indagados sobre seu lugar de domicílio anterior. Logo, isso não quer dizer que eles sejam naturais da região Sudeste ou mesmo de outras.

Muitos migrantes nascidos no Nordeste se dirigiram ao Mato Grosso partindo de outras áreas do país. Especialmente do Sul e Sudeste, regiões consideradas como destino "tradicional" de trabalhadores descapitalizados em busca de um local que ofereça melhores condições de vida. Ariosto da Riva, sócio fundador da Colonizadora Indeco S/A, localizada na cidade de Alta Floresta, já, citada, anteriormente, em entrevista a Guimarães Neto, afirma que:

> Paranaense é o seguinte: paranaense mesmo em si é pouco. É gente que passou pela escola do Paraná. Por aquele "boom" de 50,53,54... por aquele desenvolvimento do Paraná! O país inteiro... Houve uma corrida para o Paraná. E gente passou... tem mais é mineiro, mineiro foi muito para o Paraná, também gente do Sergipe, do Ceará, de todos os Estados do país... bastante catarinense, mais recentemente, gaúcho, mas a maioria é gente que passou pela escola do Paraná! Nós chamamos paranaense por que eles vieram de lá, mas paranaense mesmo em si, vou te dizer uma coisa, aqui não tem dois por cento. Noventa por cento "veio" do Paraná[55].

Ariosto da Riva destaca, nesta fala, as sucessivas migrações realizadas por trabalhadores rurais, que, sempre em busca de melhores lugares para se fixarem, empreendem sucessivas viagens em busca de um lugar "ideal". Neste caso, a promessa de terras férteis propagandeada pela Indeco S/A teve grande impacto para estes migrantes que haviam apostado nas lavouras de café no Paraná, mas, não tiveram sucesso. Segundo Guimarães Neto, as histórias do "café sem geada" no Norte do Brasil, tinham grande impacto nos pequenos produtores paranaenses, visto que, estes enfrentavam inúmeros problemas com o impacto das geadas nas lavouras de café, e com a impossibilidade de aumentarem o tamanho de suas propriedades, impossibilitando a reprodução da unidade familiar[56].

Neste âmbito, os pesquisadores do IBGE preocuparam-se em determinar, não só de que área do país provieram os residentes não-naturais do estado recenseado, mas, de que

[55] GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*. Política de Colonização no Brasil contemporâneo. Op cit. pp. 74-75.
[56] Ibidem. p. 75

unidade da federação este nasceu, ou, morava antes do deslocamento em direção ao Mato Grosso. Na tabela abaixo pode-se visualizar a origem das pessoas e os estados do Nordeste de onde partiram. Esta tabela refere-se aos entrevistados que afirmaram, terem partido do Nordeste, diretamente para o estado de Mato Grosso.

Tabela 5. Pessoas não naturais do Mato Grosso segundo o lugar do domicílio anterior em 1970.

Estados do Nordeste	Mato Grosso
Maranhão	2.313
Piauí	1.559
Ceará	11.067
Rio Grande do Norte	1.288
Paraíba	3.221
Pernambuco	12.131
Alagoas	5.511
Fernando de Noronha	37
Sergipe	2.323
Bahia	26.492
TOTAL	65.942

FONTE: IBGE. Censo Demográfico 1970. VIII Recenseamento Geral – 1970. Sério regional. Mato Grosso. Volume I. Tomo XXIII, p. 127.

Como é possível observar, na tabela acima, o maior número de trabalhadores que se deslocaram do Nordeste em direção à Amazônia, teve, como ponto de partida, o estado da Bahia. Isso demonstra uma mudança na preferência de algumas famílias que, antes elegiam a região Sudeste como alvo de seus deslocamentos. Esse resultado possibilita um rico caminho de análise, visto que, tradicionalmente, quando se fala em migração de trabalhadores oriundos dos estados do Nordeste, os destinos mais comuns são as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar do número de pessoas que se dirigem à região Sudeste ainda seja expressivo, o Censo Demográfico de 1970 mostra que o cenário dos deslocamentos populacionais, no Brasil, sofreu modificações.

O Censo Demográfico, do ano de 1980, traz informações ainda mais detalhadas sobre os deslocamentos populacionais, no Brasil. Na referida edição, o IBGE não só

ampliou a apresentação dos dados da pesquisa do recenseamento geral da população, como os apresentou divididos em volumes temáticos. Os dados, referentes à migração, foram alocados no Tomo I, junto com pesquisas, referentes aos dados gerais da população, tais como: fecundidade, instrução e mortalidade. No que tange à migração, esta publicação fornece dados sobre a naturalidade dos migrantes, as *migrações intramunicipais* e *migrações intermunicipais*.

No Censo Demográfico de 1970, a investigação sobre os deslocamentos populacionais concentrou-se na especificação do número de pessoas não naturais dos municípios e do estado. Já, em 1980, os pesquisadores foram mais minuciosos, recenseando dados não apenas sobre o número de pessoas que se dirigiram ao estado do Mato Grosso, mas, ainda, no tocante a que microrregiões do estado elas se dirigiam. Para realizar essa pesquisa, o IBGE mobilizou um novo aparato de categorias que não haviam sido aplicadas, nas pesquisas do Instituto, na década de 1970. A categoria utilizada, no que diz respeito às pesquisas, no nível estadual, é a de *migrações intermunicipais*. Para as pessoas, enquadradas nesta categoria (pessoas residentes, naturais ou não do município de residência na data de referência), foi indagado se, naquele município, havia morado: apenas na zona urbana (moradores que nunca residiram fora da zona urbana), só na zona rural (residentes que nunca saíram da zona rural) e nas zonas urbanas e rural (moradores da zona urbana que já haviam morado na zona rural, ou morador da zona rural, que já havia morado em uma cidade ou vila)[57].

No que diz respeito ao total da população, o Censo Demográfico de 1980 divulga que o estado do Mato Grosso possui uma população residente de 1.138.918[58] (um milhão cento e trinta e oito mil novecentos e dezoito) habitantes, sendo 594.146 homens e 544.545 mulheres. Esse é um incremento populacional de 89,95%, em relação ao decênio 1970/1980. [59]

[57]FONTE: IBGE. Censo Demográfico Censo Demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade/ 1982-1983. Volume 1 – Tomo 4 – Número 24. p. 28.

[58] Contando inclusive com aqueles que não declararam seu lugar de residência.

[59] É preciso levar em consideração a divisão do estado do Mato Grosso ocorrida em 1977. A Lei Complementar de nº 31, de 11 de outubro de 1977, promulgada pelo General Presidente Ernesto Geisel, cria o estado do Mato Grosso do Sul desmembrando uma grande área do estado do Mato Grosso. Entretanto, para as análises desenvolvidas neste trabalho, ainda é possível perceber que mesmo com a perda de parte de seu território, o Mato Grosso vivenciou um acentuado aumento demográfico. Também é preciso salientar que a porção norte do Estado, na qual concentramos nossos estudos, ficou praticamente inalterada depois do processo de divisão, possibilitando a continuidade da análise sobre o processo de ocupação desta microrregião.

Sua densidade demográfica passou de 0,68 hab./km² para 1,30 hab./km². Do número total de habitantes do estado, 631.995 não são naturais da unidade da federação. Dessas pessoas não naturais, vivem na zona rural (283.760). Porém, a diferença entre moradores da zona rural e urbana, diminuiu, em relação aos dados censitários de 1970, na medida em que muitas cidades que eram povoados da zona rural se urbanizaram.

Sobre o número de habitantes das microrregiões do estado, os dados censitários do ano de 1980 mostram que o norte mato-grossense, segunda área menos densamente ocupada do Mato Grosso, de acordo com o Censo de 1970 – passará a ser a segunda maior, em termos de população recenseada[60], ficando, atrás, apenas, da baixada cuiabana, onde se encontra a capital do estado, Cuiabá.

Tabela 6. População identificada nos recenseamentos gerais de 1970 e 1980 segundo as microrregiões

Microrregiões	População Recenseada 1970	População recenseada 1980
Norte Mato-grossense	64.878	285.168
Alto Guaporé-Jauru	96.921	185.454
Alto Paraguai	51.632	91.333
Baixada Cuiabana	204.587	381.521
Rondonópolis	116.033	143.180
Garças	78.836	83.156

FONTE: IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico IX. Recenseamento geral do Brasil – 1980. Volume 1. Tomo I. Nº 23 p. 5.

Sobre os moradores não naturais do estado, provenientes do Nordeste, encontra-se a predominância de pessoas naturais da Bahia, Ceará e Pernambuco: mesmos estados que também se destacaram no recenseamento de 1970. É importante salientar o protagonismo de estados que são, tradicionalmente, conhecidos por perderem grande número de

[60] Em relação aos domicílios particulares e coletivos, as pessoas foram classificadas em: *Moradores presentes* – pessoas que tinham o domicílio como local de residência habitual e se achavam presentes na data de referência; *moradores ausentes* – pessoas que tinham o domicílio como local de residência habitual e que, na data de referência, estavam ausentes temporariamente, por período não superior a 1 meses em relação a essa data; e *não moradores presentes* – pessoas que não tinham residência fixa no domicílio mas ali haviam passado a noite de 31 de agosto para 1º de setembro. No que diz respeito a população o IBGE trabalha com três categorias: população recenseada aquela formada pelos moradores (presentes ou ausentes) e pelos não moradores; população residente, formada pelos moradores presentes e moradores ausentes; e população presente, formada pelas pessoas presentes (moradoras e não moradoras). FONTE: FONTE: IBGE. Censo Demográfico Censo Demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade/ 1982-1983. Volume 1 – Tomo 4 – Número 24. pp. 7-8.

trabalhadores, tais como Pernambuco e Ceará, sejam rurais ou urbanos, para estados do Sudeste, em especial, Rio de Janeiro e São Paulo. Esses resultados demonstram uma mudança no panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil que estão solidamente se modificando, em vista dos grandes incentivos governamentais para a ocupação do território amazônico.

Tabela 7. Brasileiros natos, residentes no Mato Grosso, segundo o lugar de nascimento em 1980[61].

Lugar de Nascimento	Número de Habitantes
Maranhão	4.773
Piauí	2.470
Ceará	11.162
Rio Grande do Norte	2.977
Paraíba	4.036
Pernambuco	9.150
Alagoas	4.949
Fernando de Noronha	33
Sergipe	2.566
Bahia	39.317
TOTAL	81.433

FONTE: IBGE. Censo Demográfico Censo Demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade/ 1982-1983. Volume 1 – Tomo 4 – Número 24 p.46.

O número de pessoas, não naturais do estado do Mato Grosso, que se mudaram para os municípios participantes da Pesquisa por Amostra de Domicílio (PNAD) nos primeiros meses de 1980, apresenta um número superior à pesquisa, realizada em 1970. A própria publicação do IBGE fornece caminhos de análise para esse fenômeno, mostrando os resultados dos investimentos governamentais, naquele território, que atraíram, não só, grandes empresas agropecuárias e agroindustriais, mas um grande número de trabalhadores rurais.

[61] Exceto aqueles que não se identificaram ou não foram encontrados na ocasião da PNAD.

Tabela 8. Pessoas não naturais do Mato Grosso por tempo de residência na unidade da federação em 1980[62].

Tempo de Residência no Estado	Número de Habitantes
Que se mudaram a menos de 1 ano	67.822
Que se mudaram a 1 ano	45.077
Que se mudaram a 2 anos	39.957
Que se mudaram a 3 anos	29.552
Que se mudaram a 4 anos	29.743
Que se mudaram a 5 anos	28.233
Que se mudaram a 6 a 10 anos	73.411
Que se mudaram a 11 anos ou mais	161.061

FONTE: IBGE. Censo Demográfico Censo Demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade/ 1982-1983. Volume 1 – Tomo 4 – Número 24 p. 56 a 59.

Realizando uma comparação, entre os resultados censitários do ano de 1970 com os de 1980, percebe-se que, neste último, não se encontra uma diminuição nos fluxos migratórios que se dirigem ao estado: a curva de crescimento da população não-natural permanece subindo.

Por conta do grande investimento em projetos de colonização, pecuários, agrícolas, agropecuários e de mineração, entre outros, o norte do Mato Grosso será a área de destino preferida dos trabalhadores, migrantes do Nordeste, de todos os estados, em detrimento de áreas mais urbanizadas do estado do Mato Grosso, como a Baixada Cuiabana.

Essa preferência por regiões consideradas "periféricas" (cidades com menos de 10.000 habitantes) caracteriza o deslocamento populacional dos anos 1970 e 1980, em especial, de trabalhadores provenientes do Nordeste em direção ao Mato Grosso, como uma "migração rural". Pois esses trabalhadores se dirigem a áreas que receberam grandes projetos agroindustriais e pecuários, seguindo as diretrizes de desenvolvimento econômico que o governo federal pensou para a Amazônia.

As publicações do IBGE, especialmente os Censos Demográficos e as Sinopses Preliminares, são uma rica fonte para o estudo dos deslocamentos populacionais no Brasil. Mesmo com a limitação de acompanhar apenas aqueles trabalhadores que se fixam

[62] Exceto aqueles sem declaração.

permanentemente um uma área específica, deixando de fora os migrantes que buscam trabalhos temporários. A análise dos dados demonstra os efeitos que as políticas públicas do governo federal para a Amazônia tiveram no panorama dos movimentos populacionais no Brasil, e, ainda, aliado a outras fontes e a bibliografia que se dedica a analisar o tema, que nos permite acompanhar o trajeto desses trabalhadores, que partem em busca de uma terra prometida, desejando alcançar uma melhor qualidade de vida. Em contato com essas histórias, o que antes eram apenas números, ganha vida, permitindo-nos capturar, por um momento, a trajetória de homens e mulheres que vivenciaram a experiência da migração no Brasil das últimas décadas do século XX.

Capítulo III – O deslocamento de trabalhadores rurais do Nordeste para a Amazônia e as relações de trabalho em áreas com predominância de "trabalho escravo contemporâneo".

A chegada das empresas privadas e a ampliação da presença de órgãos estatais, na Amazônia, influenciou, sobremaneira, a forma como se desenvolveram as relações de trabalho, no supracitado território. Com os incentivos fiscais do Governo Militar, empresas de capital privado se estabeleceram, na Amazônia, com o objetivo de explorar, economicamente, recursos naturais e, diante de um novo mercado de trabalho, a mão-de-obra que para ali se deslocou. Vimos, no capítulo anterior que a implantação dos Projetos de Colonização atraiu milhares de trabalhadores, oriundos de todo o Brasil, especialmente, do Sul e Nordeste, para o Centro-Oeste e Norte. As análises dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatam, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), a intensificação do deslocamento populacional para o território amazônico a partir da década de 1970. Entretanto, no âmbito do Estudo sobre trabalhadores migrantes, provenientes do Nordeste, a Pesquisa das PNAD's não contempla todos os aspectos da presença dos referidos indivíduos.

Grande parcela dos indivíduos que parte em direção à Amazônia, não tem, como destino, os Projetos de Colonização. Ou ainda, ao não terem condições financeiras, para adquirirem um lote de terras, migrarão para as áreas de garimpo ou de agropecuárias. O aumento exponencial da oferta de trabalho, no território amazônico, será um chamariz para os trabalhadores que enfrentam dificuldades, em seus estados de origem. Sejam as catástrofes naturais, tais como a seca, ou a baixa oferta de trabalho, em suas cidades, a verdade é que o trabalho temporário será um fator de mobilização, significativamente, maior do que os Projetos de Colonização[1].

Considerando o Mato Grosso, e o grande aumento do número de trabalhadores que o estado vivenciou, é preciso atentar para o fato de que a forma de exploração da mão-de-obra,

[1] Foweraker afirma, que o número de trabalhadores temporários, cresce exponencialmente nas fazendas, que tinham como principal atividade, a Pecuária, especialmente no Sul do Pará. Apenas, de 1970 a 1972, o número de trabalhadores temporários aumenta de 209 para 7.011. Não entram na equação, os trabalhadores que se encontram em situação de trabalho análoga ao de escravo. FOWERAKER, Joe. *A luta pela Terra*. A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Tradução Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 90. Também, José de Souza Martins, baseado no trabalho das jornalistas inglesas Branford e Oriel Glock, estima que entre 250 mil e 400 mil trabalhadores foram submetidos a cativeiro na região amazônica. Cf. *A política do Brasil: lúpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 165.

não será homogênea, em todas as áreas: onde se instalaram os projetos de colonização privada, em especial, na parte norte do estado (assinalada, no mapa, com o número 1), será explorada, majoritariamente, a mão-de-obra familiar. Muitas famílias, que se mudaram para o estado, em busca de um lote, nos projetos de colonização, vieram, acompanhadas de suas famílias, utilizando-se, assim, da força de trabalho de seus filhos e parentes próximos[2]. Já, na área onde se estabeleceram os Projetos Agropecuários e Mineradores, observa-se uma maior utilização de trabalhadores migrantes temporários, com grande incidência de mão-de-obra escrava. Muitos dos projetos agropecuários do estado localizam-se, na parte Nordeste (assinalada com o número 2 no mapa).

Neste capítulo, nossos estudos se concentram, na parte nordeste do estado do Mato Grosso, especialmente, nas cidades, banhadas pelo rio Araguaia (a área que vai de Barra do Garças à Vila Rica). Apesar de ter recebido alguns projetos de colonização privada, o referido espaço é um dos que serão reconhecidos, pela atuação de grandes empresas agropecuárias e mineradoras, que se estabeleceram, no local, durante a década de 1970.

Os povoados, que se localizam nessa microrregião, possuem origens diversas. Alguns se constituíram, no começo do século XX, outros, nas décadas de 1960 ou 1970. Entretanto, foi a partir, da década de 1970, quando o Governo Federal promoveu a ida de empresas privadas para a Amazônia, que esses povoados vivenciaram um grande aumento populacional. Muitos tiveram mais da metade de sua população composta por trabalhadores que se deslocaram de outros estados. Na área do Araguaia, por exemplo, até a década de 1960, Barra do Garças era o único município. A partir da década de 1960, ele foi desmembrado para a criação de vários outros municípios e vilas, muitos deles constituídos, em sua maioria, por migrantes, vindos do Sul ou do Nordeste[3]. Segundo o sociólogo João Carlos Barrozo, muitas dessas áreas eram ocupadas por nações indígenas que foram expulsas, de suas terras sobretudo com a chegada de pequenos agricultores e criadores de gado, na primeira metade do sáculo XX. Conflitos com índios são recorrentes nas falas dos habitantes mais antigos de algumas cidades do nordeste do Mato Grosso[4].

---

[2] GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Mundos do Trabalho. Mato Grosso: cidades, vilas e outras áreas entre o urbano e o rural. *In*. HARRES, Marluza Marques. JOANONI NETO, Vitale. *História Terra e Trabalho em Mato Grosso.* Ensaios teóricos e resultados de pesquisas. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009. p. 72.

[3] Censo Demográfico 1970. VIII Recenseamento Geral – 1970. Série regional. Mato Grosso. Volume I. Tomo XXIII. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/>. Último acesso: 05/01/2015.

[4] BARROZO. João Carlos. Os assentados e os assentamentos rurais do Araguaia. *In*. HARRES, Marluza Marques. JOANONI NETO, Vitale. *História Terra e Trabalho em Mato Grosso.* Ensaios teóricos e resultados de pesquisas. Op cit. pp. 92-93.

Os projetos agropecuários, também, chamados, simplesmente, de fazendas, mudarão a configuração econômica do nordeste do Mato Grosso. Muitos projetos de colonização deram origem a cidades, além do estabelecimento das agropecuárias e mineradoras. Os trabalhadores foram atraídos pela oferta de trabalho, vindos de outros estados, ou mesmo, de projetos nos quais não conseguiram manter a posse da terra ou adquiri-la. servindo de mão-de-obra barata para as diversas empresas que se instalaram no local. Com o passar do tempo e a presença maciça de migrantes, nesses locais, as cidades foram sendo criadas, aumentando de tamanho, e foram aprovados vários projetos de assentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)[5]. Dom Pedro Casaldáliga, em sua Carta Pastoral (1971), ao dissertar sobre quem são os indivíduos que habitam a área de atuação da Prelazia de São Félix, afirma que a maior parte dos moradores é composta de migrantes, especialmente, oriundos do Nordeste, que ele chama de "sertanejos"[6].

Barrozo explica que a área do Araguaia recebeu diversas correntes migratórias, provenientes, de modo especial, do Sul e Nordeste do país. Mesmo depois da consolidação da presença da iniciativa privada, no estado, e da concentração fundiária descomunal, esses migrantes continuaram a se dirigir ao território, até porque os projetos de assentamento também foram se estabelecendo[7].

As agropecuárias e mineradoras utilizaram-se dessa mão-de-obra disponível, facilmente, descartável. Tendo disponível grande contingente de trabalhadores desterritorializados, distantes de suas famílias e cidades, grande parte desses indivíduos se veem ludibriados por "empreiteiros", também, conhecidos, como "gatos" que, com a promessa de altos salários, alojamento e refeições, aliciam migrantes, muitas vezes, ainda, em seus estados de origem, para o trabalho, em Fazendas, mineradoras ou carvoarias.

3.1 O trabalho análogo ao de escravo.

Em 2009, foi lançado o "Atlas do Trabalho Escravo no Brasil". Organizado pelos geógrafos Hervé Théry, Neli Aparecida de Melo, Julio Hato e Eduardo Paulo Girardi. O Atlas pretende caracterizar, pela primeira vez, "a distribuição, os fluxos, as modalidades e os usos

[5] Ibidem. p 93.

[6] CASALDÁLIGA, Pedro. Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. São Félix, 10 out. 1971. Disponível em http://www.servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf. pág. 3. Último acesso: 15 de dezembro de 2015. p. 4.

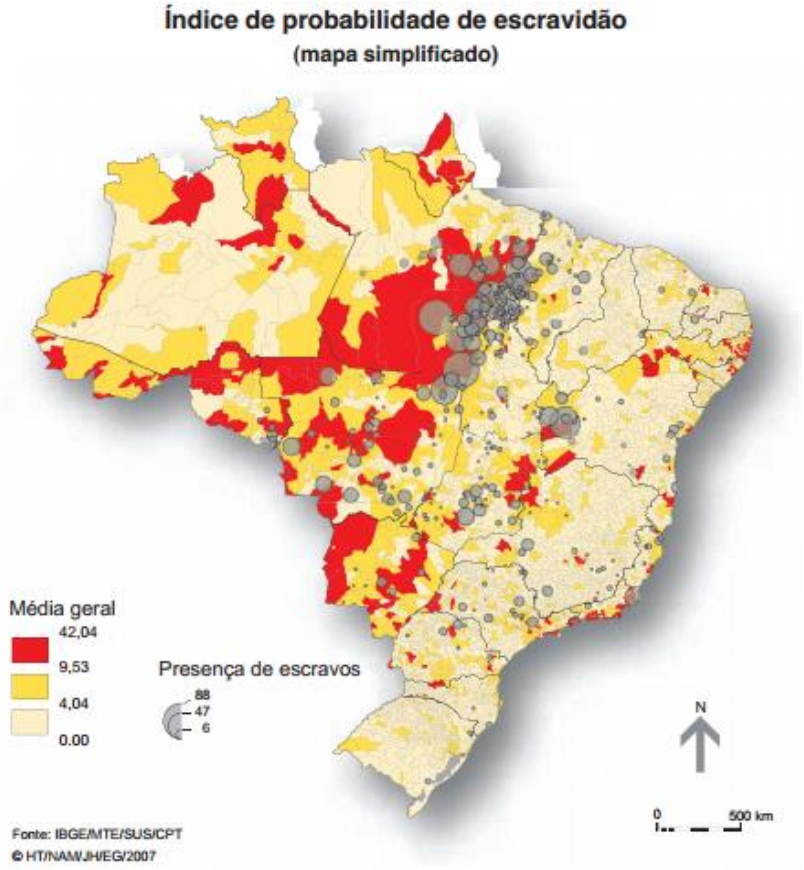
[7] BARROZO. João Carlos. Os assentados e os assentamentos rurais do Araguaia. *In*. HARRES, Marluza Marques. JOANONI NETO, Vitale. *História Terra e Trabalho em Mato Grosso.* Ensaios teóricos e resultados de pesquisas. Op cit. pp. 93-94.

do trabalho escravo no país"[8]. Utilizaram fontes de âmbito municipal, estadual e nacional e, também, relatórios sobre a libertação de trabalhadores escravizados e denúncias de casos de escravidão, publicados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os organizadores conseguiram montar um amplo acervo de mapas e tabelas que fornecem várias informações sobre o fenômeno. O Atlas, também, apresenta dados sobre assuntos ligados ao fenômeno do trabalho degradante, tais, como os níveis de desmatamento, no país. Segundo o Atlas, o perfil majoritário do "escravo brasileiro contemporâneo" é:

> "[...]um migrante maranhense, do norte de Tocantins ou oeste do Piauí, de sexo masculino, analfabeto funcional, que foi levado para as fronteiras móveis da Amazônia, em municípios de criação recente, onde é utilizado principalmente em atividades vinculadas ao desmatamento"[9] (Pág. 12)

Apenas, no território amazônico, o Atlas estima que haja, pelo menos, vinte municípios com alto grau de probabilidade de trabalho escravo.

Mapa 2 – Índice de probabilidade de escravidão[10]

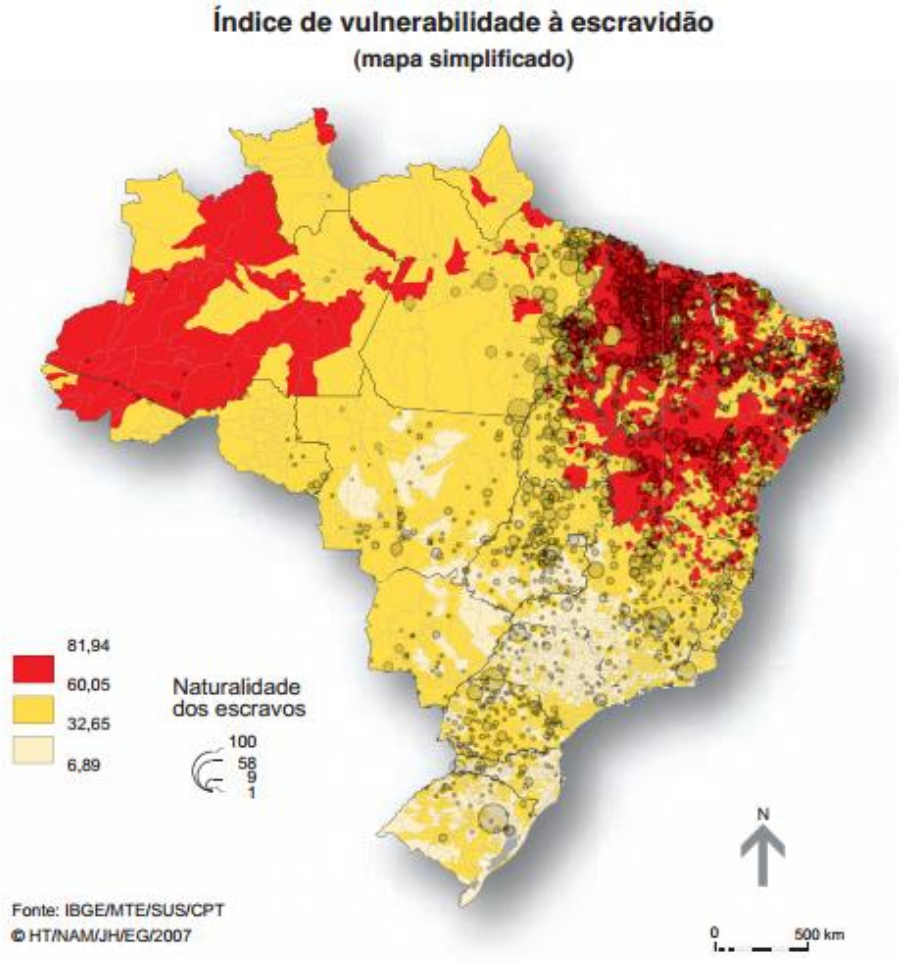


[8] BARROZO. João Carlos. Ibidem. p. 11
[9] THÈRY, Hervé. MELLO, Aparecida de. HATO, Júlio. GIRARDI, Eduardo Paulo. Atlas do Trabalho Escravo no Brasil. São Paulo: Amigos da Terra, 2009. 80 p.: 56 cartogramas, sete tabelas e dois gráficos. p. 12.
[10] Ibidem p.12.

Os resultados, obtidos com a análise da documentação selecionada, levaram os pesquisadores a acreditar que o fenômeno do trabalho escravo contemporâneo apresente o que eles chamam de "lógica territorial". Isso quer dizer que algumas regiões do país se apresentam, como mais "propensas" a submeterem os trabalhadores à escravidão. Isso está relacionado, dizem os pesquisadores, às atividades específicas de uso do território[11].

A publicação se baseia, em dados referentes aos anos de 1995 a 2006. Entretanto, mesmo distante do recorte temporal, escolhido para o desenvolvimento do nosso trabalho, observa-se permanências, no que diz respeito a alguns aspectos analisados nesta pesquisa para a dissertação. O estado do Pará apresenta o maior número de casos de libertação de trabalhadores, seguido do Mato Grosso. As cidades, localizadas às margens da Rodovia Transamazônica são as mais afetadas.

Mapa 3 – Índice de vulnerabilidade à escravidão[12]



[11] THÈRY, Hervé. MELLO, Aparecida de. HATO, Júlio. GIRARDI, Eduardo Paulo. Ibidem. pp. 16-17.
[12] Ibidem p 13.

Os resultados apresentados, oferecem indícios de que as políticas públicas dos governos militares, ainda, se fazem sentir, no território amazônico, especialmente, no que diz respeito às relações de trabalho.

As atividades, nesses locais, incluem o desmatamento de floresta, para a criação de pasto, catação de raízes, construção de cercas, entre outras atividades. Não é possível olvidar o trabalho nos garimpos e carvoarias que, também, é realizado, em grande parte, por migrantes. Além de executar atividades altamente desgastantes, os trabalhadores são responsáveis por todo o alimento e equipamento que consomem e, os que são recrutados, ainda, em seus estados de origem, têm de arcar com as despesas de transporte e hospedagem. A cobrança dessas dívidas, descontando-as nos salários, foi a forma mais utilizada de imobilização de mão-de-obra, no estado do Mato Grosso e outros estados do Norte. A falta de pagamento e as constantes formas de violência a que são expostos, cotidianamente, entre outros fatores, fazem com que esta modalidade de trabalho, receba a denominação de trabalho degradante a partir de finais do século XX e início do século XXI. Quando é comprovado as más condições de trabalho, alimentação e alojamentos, ou ainda, trabalho escravo contemporâneo ou trabalho análogo ao de escravo, quando, além das condições citadas, o trabalhador não recebe pagamento pelo emprego se sua mão-de-obra.

Segundo a Anti-Slavery Internacional (Organização não-governamental que luta contra a escravidão contemporânea no mundo), há características que definem o trabalho forçado, na atualidade. As principais delas são:

> 1) quando ele é forçado a trabalhar - por meio de opressão física ou psicológica;
> 2) quando ele é possuído ou controlado por um "empregador", geralmente através de abuso mental ou psicológico ou ameaças de abuso;
> 3) quando ele é desumanizado, tratado como um objeto ou comprado e vendido como uma "propriedade"
> 4) quando ele é fisicamente coagido ou submetido a restrições no direito de ir e vir[13].

Já a Comissão Pastoral da Terra (CPT) se utiliza de outras características para definir essa modalidade de trabalho. Segundo a Instituição, o trabalhador pode ser considerado um escravo contemporâneo, quando é imobilizado, não, apenas, através da violência e força física, tais como correntes ou a presença de jagunços, mas também de forma subjetiva, como

[13] Anti-Slavery Internacional, 2005, não paginado. *Apud*. GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. Disponível em: www.fct.unesp.be/nera/atlas. Último acesso: 21/05/2015.

através da contração de dívidas[14]. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) possui um entendimento diferenciado das duas caracterizações citadas, acima. Segundo ela, pode, apenas ser considerado "trabalho escravo", quando o indivíduo é submetido a condições de trabalho degradantes *sem qualquer vínculo empregatício*. Ou seja, não é considerado trabalho escravo se o trabalhador apresentar um contrato formal de trabalho, independendo das condições a que é submetido esse trabalhador.[15] A Organização, também, diferencia o trabalho escravo do degradante, "toda a forma de trabalho escravo é trabalho degradante, mas a recíproca nem sempre é verdadeira"[16]. No entendimento da OIT, pode-se falar, apenas em trabalho escravo, quando está envolvido o cerceamento da liberdade do trabalhador.

No Brasil, o Código Penal Brasileiro (CPB) prevê o crime de 'trabalho escravo' com punição de 2 a 4 anos de reclusão desde 1940. Entretanto, em 11 de dezembro de 2003, a lei que dispõe sobre o trabalho escravo, o Artigo 149, em sua lei nº 10.883, ganhou a seguinte redação:

> Reduzir alguém à condição análoga a de escravo, que submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. Pena – Reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, além de pena correspondente à violência[17].

O Artigo, ainda, estabelece penas, também, para quem cometer as seguintes infrações:

> I – Cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, como fim de retê-lo no local de trabalho;
>
> II – Mantem vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido contra criança ou adolescente ou por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. (CPB, artigo 149, § 2º incisos I e II).

Ainda, são aplicáveis, em alguns casos de trabalho análogo ao de escravo, os Artigos 203 e 207 do Código Penal Brasileiro (CPB)[18].

---

[14] CPT – Comissão Pastoral da Terra. Caderno Conflitos no Campo – Brasil. 2003. Goiânia/ São Paulo: CPT - Loyola.

[15] BICUDO, Hélio. Reflexões sobre trabalho escravo no Brasil. *In.* CERQUEIRA, Gelba Cavalcante. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. PRADO, Adonia Antunes. LEITE COSTA, Célia Maria. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições para sua análise e denúncia.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 31.

[16] AUDI, Patrícia. A Organização Internacional do Trabalho e o combate ao trabalho escravo no Brasil. *In.* CERQUEIRA, Gelba Cavalcante. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. PRADO, Adonia Antunes. LEITE COSTA, Célia Maria. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições para sua análise e denúncia.* Op cit. p. 47.

[17] Artigo 149. Código Penal Brasileiro. Disponível em: http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10621211/artigo-149-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940. Último acesso: 21/05/2014.

[18] Art. 203. "Frustrar mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho, com pena detenção de um ano a dois anos de multa [...]"; e Art. 207. "Aliciar trabalhadores com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional, com pena de detenção de um ano a três anos e multa". Disponível

Entretanto, é preciso admitir que não se conhecem casos em que proprietários de empresas e fazendas, foram condenados e presos, sob a acusação de prática de trabalho escravo. Apesar de contar com uma legislação, bastante avançada, na prática, esses casos, são tratados pela Justiça do Trabalho e as condenações ocorrem sob a forma de aplicação de multas, mesmo quando há flagrante violência não apenas contra o direito do trabalhador, mas contra a dignidade humana. Não se trata de ser, de alguma forma, prejudicial que esses casos sejam ratados pela Justiça do Trabalho. A celeridade e competência dessa instituição é amplamente conhecida tanto dentro como fora do âmbito judicial. Contudo, é importante reconhecer que muitos dos crimes que envolvem trabalho escravo contemporâneo, não são apenas atentados aos direitos trabalhistas mas, envolvem outros crimes, tais como torturas e assassinatos devendo, então, seus perpetradores, responderem também a processos criminais.

O tema do trabalho escravo contemporâneo ou análogo ao de escravo vêm sendo alvo de extensos debates, não apenas na academia e no direito, mas também na sociedade civil, em geral, especialmente, nos últimos anos. Com a intensa cobertura da mídia sobre o assunto, percebe-se que, atualmente, o problema do trabalho escravo não se coloca como uma problemática, enfrentada, apenas, no âmbito rural, mas também, nas grandes metrópoles. Encontram-se quase que diariamente, notícias sobre denúncias de trabalho escravo em confecções e em pastelarias chinesas.

No que diz respeito à Amazônia, os casos de trabalho análogo ao de escravo são assunto de debate há algum tempo. Segundo a antropóloga Neide Esterci, pode-se encontrar matérias de jornais contendo denúncias de trabalho escravo, desde o ano de 1960. Inclusive, nas reportagens analisadas pela autora encontram-se casos de trabalhadores, transportados por caminhões para serem vendidos como mercadoria[19]. O Jornal do Brasil de dezembro de 1968 publica que:

> Dois caminhões levando 140 retirantes para fazendas em Minas Gerais foram apreendidos ontem nas proximidades da cidade mineira de Itaúna, por agentes do departamento de Polícia Federal, que prenderam quatro aliciadores e dois motoristas. (JB, fevereiro de/69)[20].

No caso mostrado, acima, percebe-se que os chamados "aliciadores", citados na documentação analisada como "empreiteiros" ou "gatos", abordaram os trabalhadores

em: http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10612731/artigo-203-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940 (último acesso: 12/05/2015) e http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10612402/artigo-207-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940 (último acesso: 12/05/2015).

[19] ESTERCI, Neide. Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro, CEDI, Koinomia, 1994. p. 13.

[20] Jornal do Brasil, fevereiro de 1969. Apud. ESTERCI, Neide. Ibidem. p. 13.

apreendidos, ainda, em seus estados de origem, para serem "vendidos" no estado de Minas Gerais. Provavelmente, o aliciador pretendia oferecer o serviço deles a fazendeiros da região, abandonando-os, em qualquer lugar desconhecido. É importante observar a linguagem utilizada na reportagem. Era comum, nessa época, a imprensa se referir aos casos de imobilização da mão-de-obra como "escravidão branca" ou, apenas, escravidão. Com o passar do tempo, ativistas sociais que lutam pela melhoria das condições de trabalho no campo e integrantes do Ministério Público do Trabalho e Emprego lutam para encontrarem um termo próprio para esta atividade, a "escravidão branca". A adoção do termo "trabalho análogo ao de escravo" é importante não apenas para diferenciá-lo da escravidão praticada no Brasil, até o final do século XIX, mas também auxilia na criação de dispositivos legais contra essa prática[21].

A sociedade civil organizada, representada, principalmente, pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), desde o início da década de 1970, chama a atenção para a existência de exploração desumana de trabalhadores, no Brasil, especialmente, na Amazônia Legal. A reformulação do Artigo 149 (que dispõe sobre o trabalho forçado no Brasil contemporâneo) da Lei nº 10.803, em dezembro de 2003, foi fruto da pressão que movimentos sociais e entidades, como a CPT e a OAB Nacional exerceram sobre o MPTE (Ministério Público do Trabalho e Emprego) e Ministério da Justiça desde essa época.

O debate às vezes tenso, no Fórum Nacional contra a violência no campo, criado em 1991 (em Brasília), em razão do assassinato do sindicalista Expedito Ribeiro de Souza, de Rio Maria, no Sul do Pará e as denúncias na ONU (Organização das Nações Unidas), OIT (Organização internacional do Trabalho) e OEA (Organização dos Estados Americanos), no início dos anos 1990, feitas pela CPT e OAB (o Presidente da OAB Nacional Marcelo Lavenéve visitou a ONU, o Parlamento Europeu e a OIT, levando um dossiê feito pela CPT), contribuíram no referido processo. A caracterização legal do trabalho escravo (condição análoga a de escravo) ocorreu em meio às situações acima descritas.

Entretanto, o uso do termo "trabalho análogo ao de escravo", ainda, suscita debates. Algumas Instituições, entre elas a CPT, rejeitam a alcunha de *análogo* e se referem, ao trabalho degradante, encontrado, em algumas fazendas, como *trabalho escravo*. Os conhecidos estudos de Reinhart Koselleck, em seu texto intitulado "História dos Conceitos e

[21] GOMES, Ângela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. In: *História Oral*: Revista da Associação Brasileira de História Oral. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, v.11, n.1-2, jan- dez., 2008 p. 16.

História Social", presente no livro "Futuro Passado", podem servir de ponto de partida para a discussão dessa problemática. Segundo ele, "não são os fatos que abalam os homens, mas sim o que se escreve sobre eles"[22]. Nesse trecho, o autor chama a atenção para a importância da escrita, para a história, e a necessidade de prestar especial atenção aos conceitos, utilizados para designarem certas práticas, pois, com o passar do tempo, palavras com significados similares vão possuir diferentes conotações.

É de fundamental importância demarcar esta posição, pois, ao falar-se de casos de trabalho escravo contemporâneo não se pode padecer de acusação de anacronismo. O que é chamado trabalho escravo, hoje, possui características, bastante, diferentes das práticas do século XIX. Há de se levar, em consideração, que, mesmo havendo a impossibilidade de possuir, legalmente, um indivíduo, nos dias atuais, não torna inviável o uso do termo trabalho escravo. A Historiadora Ângela de Castro Gomes completa:

> "[...] embora se saiba que formas de trabalho compulsório sempre existiram através do tempo e do espaço, elas nem sempre existiram com as mesmas características específicas, nem foram reconhecidas e interpretadas por seus contemporâneos da mesma maneira"[23]

A autora ainda nos instiga a pensar que o estudo e utilização da prática do 'trabalho análogo ao de escravo' ultrapassa a questão de como se desenvolvem a relações de trabalho no campo, em especial a partir da década de 1970. Ângela de Castro Gomes afirma que:

> [...] pensar a questão do trabalho análogo a de escravo na história do Brasil recente envolve enfrentar o lado mais dramático de processos sociais como o da precarização das normas legais de proteção ao trabalho e das migrações internas para as cidades ou regiões de fronteira agrícola, entre outros. A 'constituição' dessa forma de trabalho compulsório na sociedade brasileira e o estabelecimento de uma designação para nomeá-la – eventos apenas analiticamente distintos, pois empiricamente em indissolúvel conexão – podem então ser entendidos como uma estratégia para se discutir problemas chaves do mundo do trabalho contemporâneo. Portanto, se essa é uma questão que, do ponto de vista quantitativo, afeta setores específicos e nem tão numerosos da mão de obra trabalhadora, ela tem um caráter exemplar e liminar para a percepção do futuro de tudo o que diz respeito à regulamentação do mercado de trabalho no Brasil, e não só no Brasil[24].

Neste âmbito, outros termos, também, são utilizados para conceituarem relações de trabalho degradante que ocorrem nos espaços em referência, tais como, trabalho análogo ao

[22] KOSELLECK, Reinhardt. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006. p. 97.
[23] GOMES, Ângela de C. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. In: História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.11, n.1-2, jan- dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008. p. 12
[24] GOMES, Ângela de Castro. Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, n. 64, p. 167-184, 2012. p. 168.

de escravo, escravidão branca, entre outros. Segundo os historiadores Luciene Aparecida Castravechi e Vitale Joanoni Neto, apesar de não ser possível equiparar a escravidão contemporânea com aquela, vivenciada no século XIX, pode-se considerar a existência do que ele chama de "traços de permanência[25]". A chamada escravidão contemporânea utiliza-se de outros meios, além da imobilização do trabalhador, com uso da violência física. Outras estratégias são utilizadas, tais como o isolamento geográfico, a cobrança de dívidas, a presença ostensiva de seguranças armados nos locais de trabalho, até mesmo a atuação da própria Polícia Militar pode ser considerada, em alguns casos, como uma forma de cercear a liberdade do trabalhador.

Leonardo Sakamoto, sociólogo e coordenador da ONG Repórter Brasil, afirma que as similaridades entre práticas tão distantes, no tempo, ocorrem, por conta do modelo econômico, adotado pelo país. Os grandes incentivos fiscais, direcionados a empresa monocultora, que atende, principalmente, ao mercado externo e possui grande concentração fundiária. Esses três fatores, segundo o autor, apresentam uma "incomoda semelhança" com o modelo econômico do país nos tempos coloniais e imperiais[26].

Em estudo, no qual analisa as diversas formas de imobilização da mão-de-obra, Neide Esterci afirma que a multiplicidade e variação dos termos utilizados indica que os "critérios de classificação estão em discussão, tanto no campo ideológico quanto no político"[27]. Muitos dos atotes envolvidos na discussão, tais como trabalhadores rurais, funcionários do Governo, agentes pastorais e donos de empresa, defendem suas posições, através do discurso que encarnam, defendendo ou não o uso de um conceito, em detrimento de outro. A Historiadora Ângela de Castro Gomes justifica o termo "trabalho análogo a de escravo" como uma "apropriação e releitura do passado, via vocabulário, preenchido de outros significados e se transformando em um novo conceito expresso por uma antiga palavra"[28]. Isto é, não, apenas a historiografia atual, mas os atores sociais, diretamente, envolvidos na construção do novo

[25] CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. JOANONI NETO, Vitale. Da histórica dominação sobre vidas prescindíveis. As muitas faces da violência sobre trabalhadores migrantes no Nordeste de Mato Grosso do final do século XX. *In*. HARRES, Marluza Marques. JOANONI NETO, Vitale. História Terra e Trabalho em Mato Grosso. Ensaios teóricos e resultados de pesquisas. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabã: EdUFMT, 2009. p. 112-113.

[26] .SAKAMOTO, Leonardo. A economia do trabalho escravo no Brasil contemporâneo. *In.* CERQUEIRA, Gelba Cavalcante. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. PRADO, Adonia Antunes. LEITE COSTA, Célia Maria. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições para sua análise e denúncia.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 71.

[27] ESTERCI. Neide. Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro, CEDI, Koinonia, 1994. p. 4.

[28] GOMES, Ângela de C. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. *In*: História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral, v.11. Op cit. p. 19.

conceito, sugerem a ressignificação de uma palavra que, já, existia (escravidão), todavia, com novas conotações que se aplicam à situação presente.

Através da análise da documentação, percebe-se que os próprios atores utilizam-se do termo "escravo" para descreverem seu ponto de vista sobre a situação em que se encontram. É comum encontrar-se em depoimentos e denúncias, o uso do termo "escravidão branca" ou apenas "escravidão". Em sua lógica, o trabalho não remunerado, os alojamentos impróprios à ocupação humana, a qualidade das refeições e o fato de terem, todos os seus direitos trabalhistas, negados, constitui, não apenas, um atentado contra as normas de trabalho, mas contra a dignidade humana[29]. Veja-se abaixo, o depoimento de um trabalhador que fugiu da Fazenda Tamakavy:

> DECLARAÇÃO- Denúncia
>
> Eu, José João dos Santos, 36 anos, nascido em Inajá, PE, fui contratado juntamente com mais 46 trabalhadores no município de Santa Helena GO, pelo Geraldo, gerente da fazenda "Tamakavy". Eu estava trabalhando na colheita de algodão e ele me aparece fazendo promessas de assombrar:
> - A viagem seria por conta da fazenda.
> - Remédios e assistência médica gratuitos.
> - A fazenda era sadia, sem doenças.
> - Havia aviões, carros a disposição para levá-los até Goiânia ou Brasília em caso de doença ou acidente.
> Chegamos à fazenda no dia 14 de junho e entramos em serviço dia 15. De início, peguei uma empreitada de 35 alqueirões e 69 pontos com mais 9 companheiros, sendo Pedro Pereira dos Anjos responsável do "time". Com ele trabalhei 45 dias.

[29] Na historiografia atual, grande parte dos trabalhos, concordam com fato de que, ao imobilizar o trabalhador, não atenta-se apenas contra os direitos trabalhistas, mas contra os direitos humanos. Cf. JOANONI NETO, Vitale. *O país na posse de si mesmo: primeira aproximação acerca da reconstrução da Fronteira Oeste brasileira.* Texto dos anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH Brasil. Natal – RN. 22 a 26 de julho de 2013; do mesmo autor: Amazônia na década de 1970. A fronteira sob o olhar do migrante. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, ISSN 1679-1061, n. 16, p. 186-206, Jan./Jul. 2014. Disponível em: http://revista.anphlac.org.br; JOANONI NETO, Vitale. CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. O Exílio da Vida nas Margens do Mundo. Violência contra Trabalhadores Escravos em Mato Grosso (1970-1989). *In*. *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies*. Vol. 2, n.2 (Nov 2013). CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. JOANONI NETO, Vitale. Da histórica dominação sobre vidas prescindíveis. As muitas faces da violência sobre trabalhadores migrantes no Nordeste de Mato Grosso do final do século XX. *In*. HARRES, Marluza Marques. JOANONI NETO, Vitale. *História Terra e Trabalho em Mato Grosso*. Ensaios teóricos e resultados de pesquisas. Op. cit. ESTERCI, Neide. ESTERCI, Neide. Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Op. cit; FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando Fora da Própria Sombra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. In: *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: EDPUC, v. 27, 2003, p.49-69. Da mesma autora: "Personagens e memórias. Territórios de ocupação recente na Amazônia", In CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em Cousas Miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2005. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia Brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa - Mato Grosso, Aparecida Barbosa da Silva. *In*. História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral. v. 13, nº 1. 2010.

> Pedro Pereira dos Anjos, ao ver a situação de escravidão reinante na fazenda (peão morrendo de malária sem assistência) resolveu ir até Barra do Garças fazer denúncia. Lá deu queixa ao capitão. Este escreveu uma carta endereçada ao Geraldo, que o próprio Pedro P. dos Santos entregou-lhe. Imediatamente, o Geraldo enviou outra carta à polícia de São Félix pedindo intervenção. Dois soldados um cabo foram à fazenda e trouxeram Pedro Pereira dos Anjos algemado. Foi barbaramente espancado pela polícia e enviado de avião para São Miguel para fim de tratamento.
> Após estes lamentáveis acontecimentos, os peões do meu time foram embora, ficando somente eu e um companheiro. Fizemos nova empreitada de 25 alqueirões, com contrato assinado, mas não me entregaram os papéis do contrato. Trabalhamos 30 dias esperando a promessa de que enviariam mais peões para terminar a derrubada. Meu companheiro caiu doente de maleita e não enviaram os peões para me ajudar.
> Fui obrigado a deixar o serviço sem terminar e entregar 9 foices, 5 machados, 1 saco de arroz, 2 panelas de 9 litros, 1 bacia de 8 litros, 50kg de feijão "roxinho" aproximadamente, e outros gêneros alimentícios. Tudo isso nós já tínhamos comprado no armazém da fazenda, prometendo que me voltaria em dinheiro o valor das ferramentas e dos gêneros alimentícios quando terminasse o serviço. Falaram que não iam mais mexer com aquele serviço, mas na outra semana puseram um empreiteiro com 27 homens para terminar o serviço. Não posso esquecer que fiquei 15 dias doente de malária, sendo os remédios e a pensão descontados no pagamento.
> Não me pagaram nada (75 dias de serviço). E eu tive que entrar noutra turma para ganhar o dinheiro a fim de ir embora. Estou em S. Félix me tratando da maleita e esperando que me paguem.
> Tudo o que declarei é verdade e dou fé[30].

A nota é assinada, pelo trabalhador José João dos Santos e, também, pelo redator (o Agente Pastoral que recebeu a denúncia) Hélio de Souza Reis. Este documento fornece variados indícios. Em primeiro lugar, pode-se constatar como acontece o aliciamento do trabalhador, feito pelo "gato" ou gerente, no caso em apreço, chamado Geraldo a chegada, ao local de trabalho e a frustação do peão, ao chegar a fazenda e constatar que as "promessas de assombrar" não condiziam, em nada, com a realidade. É frequente encontrar nos Arquivos da Prelazia de São Félix, testemunhas que dizem ter sido enganadas pelos "gatos", com ofertas de bons salários. Garantir que a fazenda é "sadia" é de suma importância, em uma área onde a malária (também, conhecida como maleita) é endêmica e pode levar à morte, sem o acompanhamento médico adequado. Encontra-se na documentação inúmeros relatos de trabalhadores que perderam seus companheiros para a "maleita", enquanto trabalhavam na derrubada da mata. A medição da terra é feita, em alqueirões, medida, frequentemente, utilizada, nos contratos de trabalho entre peões e fazendeiros, nesta parte do norte do Mato Grosso e no Sul do Pará e equivale a cerca de 19,36 hectares[31]. O pagamento é feito, de

[30] Documento de identificação: B08.1.2.36 P1.1, alocado na pasta B08.1.2 – 1971. Digitalizado. Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia.
[31] Informação retirada do site [http://www.imoveisvirtuais.com.br/medidas.htm]. Último acesso: 21/05/2014.

acordo com o número de alqueirões de mata, derrubados, pelo time. O tipo de pagamento "por produção" é comum nesta área do estado, especialmente, para a tarefa de derrubada de mata.

O fato de que a grande maioria dos contratos de trabalho é realizado, oralmente, é um dos motivos pelos quais se torna tão difícil, para um trabalhador rural, contestar seu pagamento, ou a falta dele, na Justiça do Trabalho. O crime de sujeitar um trabalhador ao trabalho "análogo ao de escravo" começa, com a falta de formalização desses contratos. Sem um documento que lhes assegure seus direitos, os trabalhadores, especialmente, os migrantes, tornam-se vulneráveis à ação de "gatos".

Leandro Cerut, ao realizar um estudo sobre a cidade de Primavera do Leste (MT), afirma que os trabalhadores que são arregimentados, oralmente, tal como José dos Santos (trabalhador que deu o depoimento para a Prelazia de São Félix do Araguaia), quase sempre são reconhecidos como "peões", "maranhãos" e, quando alocados, em área de conflitos pela terra podem assumir outras classificações. Ao se reunirem em espaços públicos da cidade de Primavera do Leste são denominados de "pés-inchados" ou "andarilhos". Autodenominam-se "peões de trecho" ou, algumas vezes, indicam a expressão irônica "turistas forçados"[32]. Desenvolvendo um estudo sobre os trabalhadores temporários da área, que a autora nomeia como "Cidade do Eixo"[33], dominada pelo plantio da soja, no Mato Grosso, a antropóloga Ariana Rumstain observa que o significado desta categoria varia, de acordo com quem a enuncia[34]. É importante observar as tensões que, continuamente, aparecem na documentação entre os "posseiros", os moradores das cidades e os trabalhadores temporários que são identificados pelas pessoas das cidades por onde passam, como violentos e bêbados. Os trabalhadores que chegam de fora são a mão-de-obra mais utilizada pelas fazendas, apesar da existência de posseiros, pequenos agricultores e outras categorias de trabalhadores que ocupam aqueles espaços com mais tempo de moradia.

---

[32] CERUT, Leandro. *Deslocamento social e trabalho temporário:* práticas e relatos de trabalhadores em Primavera do Leste, Mato Grosso. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2004 (p. 15).

[33] A autora utiliza o termo "cidades do eixo" para designar os municípios que se localizam ao longo da BR 163. Rumstain opta por denominar a cidade que serviu como espaço privilegiado para o seu trabalho como 'cidade do eixo' para demonstrar que, independendo de nomes, todos municípios localizados próximos a essa rodovia (em especial aqueles que se tem sua economia ligada a produção de soja), compartilham práticas simbólicas e culturais fazendo com que as situações observadas em um município possam ser encontradas de forma similar em outros. RUMSTAIN, Ariana. Peões no trecho. Trajetórias e estratégias de mobilidade no Mato Grosso. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. Disponível em: http://campohoje.net.br/sites/default/files/livros/arquivos-download/volume_5.PDF (último acesso em 22/05/2014).

[34] RUMSTAIN, Ariana. Peões no trecho. Trajetórias e estratégias de mobilidade no Mato Grosso. Op cit. p. 22.

3.2. Estado Vs. Trabalho Escravo

O Frei Xavier Plassat (2008), figura atuante na Comissão Pastoral da Terra (CPT), afirma não haver muitas diferenças entre a escravidão, praticada no Século XIX, para a dos tempos atuais. Especialmente, no que diz respeito à forma como o país lida, com as Leis, referentes à propriedade da terra. Para o autor em referência, concentração fundiária e trabalho degradante estão intimamente ligados, e a legislação brasileira sempre serviu-se de dispositivos para dificultar o acesso à terra para a maioria da população o que poderia favorecer, assim, a presença de uma grande massa de trabalhadores rurais sem-terra, que não têm opção a não ser vender sua força de trabalho a preço baixo, a um latifundiário. Fazendo uma análise, comparando a assinatura da Lei Áurea, em 1888, e a Lei de Terras de 1850:

> Tudo indica, desde sempre, o vínculo estreito, e tipicamente brasileiro, entre apropriação da terra e aprisionamento do trabalho. Também não foi por acaso que a Lei Áurea (13/5/1888) tenha sucedido em poucos anos à Lei de Terras (18/9/1850). Ou seja, o Brasil podia sem perigo libertar os escravos, na certeza de que a exploração do seu trabalho poderia permanecer, de qualquer maneira, por mais alguns séculos, a serviço da minoria que por quinhentos anos se apoderou das terras, das matas, e das águas do país. Tendo fechado o acesso à terra para quem não tivesse meios de adquiri-la, tornava-se supérfluo manter a senzala[35] (pag.74).

Todavia, é necessária cautela ao tecer comparações entre dois sistemas políticos e econômicos, tão diferentes quanto o do Brasil Imperial e o contemporâneo. É preciso atentar para o fato de que, na década de 1970, há um sistema capitalista solidificado, que vai ampliar sua influência a uma área, como a Amazônia. E os atores que irão participar desse processo, não serão os mesmos. O Estado dará clara preferência a empresas privadas e bancos internacionais, para a compra de terras. E, muitas famílias tradicionais viram suas posições, de poder ameaçadas com a entrada das multinacionais, no território amazônico[36]. Quanto às relações de trabalho, é, também, importante levar em consideração que a impossibilidade de

[35] PLASSAT, Xavier. Abolida a escravidão? *In.* CERQUEIRA, Gelba Cavalcante. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. PRADO, Adonia Antunes. LEITE COSTA, Célia Maria. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições para sua análise e denúncia.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 74.

[36] Sobre a chegada das grandes empresas privadas na Amazônia, em especial, no Sul e Sudeste do Pará Cf. PEREIRA, Aírton dos Reis. *A luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará*. Migrações, conflitos e violência no campo. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. OLIVEIRA, João Mariano. *A esperança vem na frente – o caso SINOP*. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1982. (Dissertação de Mestrado em História). GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde.* Política de Colonização no Brasil contemporâneo. Op cit. Entre outros.

possuir um trabalhador como propriedade, mesmo que "aparentemente negada" pelos donos de agropecuárias, mineradoras e carvoarias do Mato Grosso, ainda, apresenta um empecilho para aqueles que insistem em infringir a Lei. Vide as denúncias, em jornais, e do Ministério Público e, ainda, a interferência ostensiva da Igreja, representada, nesse capítulo, pela Prelazia de São Félix do Araguaia.

É interessante observar como, muitas vezes, essa Instituição recorre ao poder estabelecido, a saber, aos governos militares, em busca de auxílio para algum trabalhador que fugiu de uma situação de trabalho escravo ou degradante ou, até mesmo, para fazer com que as autoridades tomem ciência do que acontece, no estado. Declarações e denúncias, remetidas ao Ministério do Trabalho, à Polícia Federal, ao Presidente da República e, até mesmo, à Força Aérea Brasileira (FAB) são comuns no Arquivo. Ao denunciar a violência a que eram submetidos os trabalhadores, os padres, agentes pastorais e o Bispo da Prelazia de São Félix tinham esperança de uma intervenção do Estado, a fim de investigar e punir os envolvidos[37]. Mesmo a Carta Pastoral[38], publicada por Pedro Casaldáliga, na iminência de sua Sagração a Bispo, pode ser vista como uma forma de chamar a atenção da imprensa, do Estado e da sociedade civil para os problemas, enfrentados, na Amazônia.

Segundo Guimarães Neto

> É a primeira vez que um discurso, com capacidade de ampla repercussão nacional e internacional, denuncia o trabalho dito "escravo" no Brasil; as condições subumanas a que eram submetidos os trabalhadores nas fazendas, morrendo aos magotes, sem nenhuma assistência à sua saúde, em áreas infestadas pelo mosquito da malária, além das práticas de endividamento que retinham os trabalhadores nas áreas dos desmatamentos e nas fazendas – a prática de aprisionamento por dívida – sob o poder das armas dos jagunços, empreiteiros (gatos), gerentes, "fiscais" e mesmo as polícias[39].

É importante ressaltar que o então Bispo Casaldáliga, ao tornar pública as denúncias contra as grandes empresas que se instalaram, na região do Araguaia, tornou-se alvo de pistoleiros e recebeu diversas ameaças de morte. Tendo visto até mesmo, muitos de seus colegas serem assassinados por conta do trabalho pastoral que realizavam[40].

---

[37] Sobre a relação entre a Igreja Católica e os trabalhadores rurais, durante o Regime Militar Cf. JOANONI NETO, Vitale. Fronteiras da crença. Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial; EdUFMT, 2007. Ver também. SCALOPP, Marluce. Práticas mediáticas e cidadania no Araguaia: O Jornal Alvorada. Cuiabá, MT; KCM Editora, 2012.

[38] "Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social. 10 de outubro de 1971, São Félix do Araguaia.

[39] GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, trabalho e memória política. Trabalhadores rurais, conflito social e medo na Amazônia. 1970-1980. In. Revista Mundos do Trabalho. Publicação eletrônica semestral do GT "Mundos do Trabalho" – ANPUH. v. 6, n. 11 (2014). p. 17.

[40] GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Ibidem. p. 15.

Não é possível deixar de problematizar, também, a presença do Ministério do Trabalho, no território amazônico, especialmente no estado do Mato Grosso. Denúncias eram encaminhadas, tanto pela Prelazia de São Félix, quanto pelos Sindicatos. De 1968 a 1977, havia um total de 79 processos, apenas, na Comarca de Barra do Garças[41]. Entretanto, os casos, nem sempre, chegavam a julgamento, seja por conta da alegação de "falta de provas" ou pelo não comparecimento de partes importantes do processo, como o denunciante ou denunciado, nas audiências. A partir da segunda metade da década de 1980, especialmente, depois do advento da Constituição de 1988, a Justiça do Trabalho tornou-se um importante instrumento, na luta contra o trabalho escravo. Entretanto, durante a vigência do Regime Militar, no Brasil, esta Instituição teve sua atuação, bastante, reduzida; tendo sua atuação relegada, apenas, a algumas capitais[42]. Mesmo com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, - que equiparava os trabalhadores rurais aos urbanos, no que diz respeito ao pagamento de indenizações, aviso prévio, salário, férias entre outros[43] - a Justiça do Trabalho teve dificuldades em acompanhar os processos que ocorriam na área. Talvez, essa falta de atuação efetiva, seja explicada, por conta da falta de estrutura, apresentada pelas cidades de ocupação recente, onde a grande maioria das estruturas do Estado (tais como escolas, delegacias, tribunais e fóruns, e etc.) ainda estão se estabelecendo ou, nem foram implantadas[44]. Mas, não é possível, também deixar de levar, em consideração, a falta de interesse do Governo Federal em reconhecer e intervir, na situação degradante em que os trabalhadores migrantes viviam, nos estados que compõem a Amazônia, que, para o Estado, era uma das áreas mais promissoras para o desenvolvimento do país.

A presença das Polícia Militar e Polícia Federal, também, é percebida nos documentos, especialmente, em matérias de jornal. Entretanto, a percepção de sua atuação é, bastante complexa. Pois, enquanto a Polícia Federal é citada, na documentação, como uma Instituição que investiga algumas denúncias de casos de trabalho escravo, a Polícia Militar é vista como subordinada ao poder dos grandes proprietários de agropecuárias e mineradoras.

---

[41] Arquivo Prelazia de São Félix. Pasta B08.1.5 – 1975 a 1977. Documento: B08.1.5.10 P1.4 a B08.1.5.10 P4.4.
[42] É recente o interesse da historiografia sobre a importância da Justiça do Trabalho no Brasil. Consultar para essa importante discussão, os trabalhos da historiadora Ângela de Castro Gomes, aqui cito os mais recentes. Cf. GOMES, Ângela de Castro. PESSANHA, Elina da Fonte. MOREL, Regina de Moraes. Perfil da magistratura do Trabalho no Brasil. *IN*. GOMES. Ângela de Castro (coord.). *Direitos e Cidadania. Justiça, poder e mídia.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada*. Rio de Janeiro CPDOC, 2007. GOMES, Ângela de Castro. SILVA, Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua História.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
[43] Cf. MARTINEZ, Wladimir Novaes. *O trabalhador rural e a previdência social*. 2 ed. São Paulo: LTr, 1985.
[44] Cf. GOMES, Ângela de Castro. SILVA, Fernando Teixeira da. A Justiça do Trabalho e sua História. Campinas. SP. Editora da Unicamp, 2013.

Segundo Neide Esterci, a Polícia Federal, com frequência, desenvolvia ações que tinham, como objetivo, coibir a prática de trabalho escravo na Amazônia. Entretanto, nem sempre, as referidas ações eram levadas a julgamento. Em seu estudo sobre as reportagens, veiculadas pelo Jornal do Brasil, durante a década de 1970, a autora percebe uma mudança drástica na atuação da Polícia Federal que diminui suas ações de combate ao "trabalho degradante". Segundo a autora:

> A impressão que fica é de um certo descompasso entre instâncias do aparelho estatal. O fato é que os agentes da Polícia Federal desenvolviam ações e veiculavam informações que logo se tornariam muito incômodas para as instâncias superiores do governo. Por um lado, direta ou indiretamente, constituíam uma arma de pressão nas mãos de seus opositores[45].

Já, a Polícia Militar segue uma linha de atuação em conformidade com os interesses das empresas proprietárias de terra. Encontram-se relatos nos quais trabalhadores que fugiram das fazendas e foram levados, de volta, por policiais militares, sob o pretexto de que não poderiam abandonar os postos de trabalho, porque haviam contraído dívidas com a fazenda e elas não estavam quitadas. Em relatório, direcionado à Prelazia de São Félix, o Padre José Maria Garcia Gil, Vigário de São Félix, MT, denuncia três soldados da polícia do estado, pelo assassinato de um trabalhador rural, em uma briga de bar e a forma como a Corregedoria estava lidando com o fato. Através da leitura da denúncia, fica claro o clima de medo e apreensão vivido pelos habitantes da cidade, no que diz respeito à polícia. Os desmandos tinham maior impacto na vida dos trabalhadores, mas a população, em geral, também, era afetada; com a certeza da impunidade, assegurada pelos donos do poder econômico que influenciam a esfera política das cidades.

É importante destacar que o Governo, apenas, marca sua posição, no tocante ao problema do trabalho escravo, quando, em 1995, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso reconhece a existência dessa prática, no país, depois de ser pressionado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e algumas Instituições e entidades nacionais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a OAB. Com a criação dos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel (GEFM), em 1995, o Governo passou "a reconhecer a necessidade imprescindível de se ter uma estratégia repressiva, isenta às pressões das oligarquias locais"[46], nos casos em que for constatada a presença de trabalho escravo. O autor, ainda, comenta as

[45] ESTERCI. Neide. Escravos da desigualdade: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro, CEDI, Koinonia, 1994. p.15.
[46] PLASSAT, Xavier. Trabalho escravo no Brasil, até quando?. *In* Cadernos Conflitos no campo, 2000 (p. 69). Disponível no site: http://www.cptnacional.org.br.

principais características fundamentais desse grupo (o comando único, a forma como os funcionários são escolhidos, o sigilo das operações e a integração da atuação dos Grupos Móveis com a Polícia Federal):

> 1) O comando único garante a unidade e agilidade na decisão e, sobretudo, tira a mesma do nível estadual, o qual, com frequência, tem demonstrado sua fácil exposição às influências dos próprios infratores.
> 2) A seleção dos funcionários resulta num corpo de fiscais dispostos e experientes, sempre escolhidos em estados diferentes daqueles que estão sendo fiscalizados, dispondo portanto da independência indispensável para enfrentar essa difícil problemática (inclusive em vista de sua própria segurança pessoal).
> 3) O sigilo total das operações inviabiliza o vazamento das informações do qual os infratores se tem sempre beneficiado para dissimular suas práticas criminais. O sigilo implica necessariamente no respeito absoluto ao efeito surpresa. Por isso, ao lançar uma fiscalização, não há como estabelecer contatos prévios com as autoridades locais ou estaduais.
> 4) Por fim, a estreita integração entre Polícia Federal e Ministério do Trabalho, além da eventual presença do MMA, em tese possibilita uma ágil ação de repressão, nos vários aspectos: administrativo, trabalhista, ambiental e, sobretudo, criminal[47].

Coordenado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério Público do Trabalho e Emprego (MPTE), o Grupo Móvel de Fiscalização é integrado por auditores fiscais do trabalho, agentes e delegados da Polícia Federal e procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT) e, em alguns casos, por membros da Procuradoria-Geral da República, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A ação mais imediata do Grupo, ao deparar-se com situações de "trabalho análogo a de escravo" é retirar os trabalhadores do local em que se encontram e lhes garantir os seus direitos trabalhistas. Depois são tomadas outras medidas, acionando outras instâncias, para as demais providências cabíveis, quando, no caso em que haja acusação penal. O MPTE, também, se encarrega da assistência emergencial aos trabalhadores, como alimentação, transporte aos seus estados de origem, quando o empregador não cumpre, imediatamente, com essas obrigações e das providencias iniciais para o pagamento do seguro-desemprego[48].

3.3 A Organização do trabalho: empresa (fazenda agropecuária), empreiteiros ("gatos") e trabalhadores temporários

[47] Ibidem, p. 70.

[48] É importante salientar que somente a partir de 2003 foi adotado o pagamento do seguro desemprego com duração de três meses para os trabalhadores libertos nas operações do GEFM.

A divisão do trabalho, de acordo com o estudo da antropóloga Neide Esterci, em uma agropecuária, comumente, chamada de Fazenda, apresenta um organograma complexo. Para apresentar como ocorre essa organização, analiso documentos, alocados na Prelazia de São Félix do Araguaia, especialmente, os depoimentos de trabalhadores rurais e uma vasta bibliografia que estuda o assunto do trabalho; inclusive, uma extensa pesquisa, realizada por Neide Esterci, para a composição de um relatório, apresentado à Fundação Ford, em junho de 1975. Esse relatório, que pertence ao projeto de pesquisa intitulado: "Campesinato e peonagem numa área de expansão capitalista", tem, como objetivo estudar os efeitos da "introdução de relações capitalistas numa área de economia camponesa"[49], referindo-se, especificamente, às relações do que Esterci chama de *sistema da peonagem*, que teria sido introduzido pelos projetos agropecuários implantados a partir de 1960. A área pesquisada refere-se aos municípios de Barra do Garças e Luciara, ambos localizados na parte nordeste do estado do Mato Grosso. Este estudo, também, fez parte do Projeto Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste, organizados pelos antropólogos Alfredo Wagner e Moacir Palmeira.

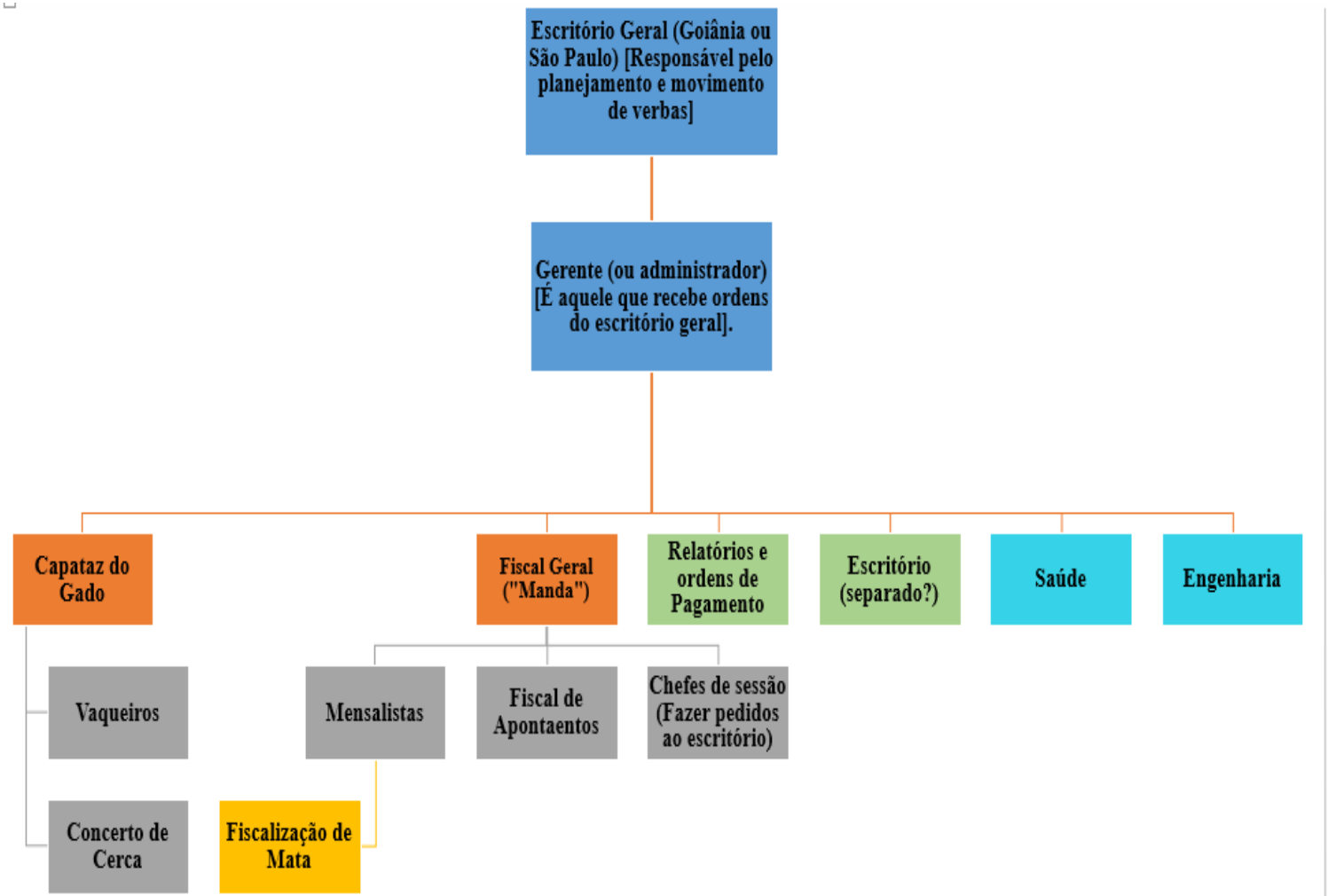
O organograma abaixo demonstra a estrutura interna de uma fazenda, com seus cargos principais e tarefas que realizam.

Gráfico 1 - Organograma da estrutura interna de uma Fazenda ou Agropecuária[50].

[49] O documento se encontra na pasta B08.1.5 – 1975 a 1977. Arquivos do B08.1.5.15 P01.40 até B08.1.5.15 P40.40, Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Este relatório vai dar origem ao livro "Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa" lançado em 1987. Ver: ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia*. Peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987

[50] Ibidem n/p.

.


Escritório Geral (Goiânia ou São Paulo) [Responsável pelo planejamento e movimento de verbas]
Gerente (ou administrador) [É aquele que recebe ordens do escritório geral].
Capataz do Gado
Fiscal Geral ("Manda")
Relatórios e ordens de Pagamento
Escritório (separado?)
Saúde
Engenharia
Vaqueiros
Concerto de Cerca
Mensalistas
Fiscalização de Mata
Fiscal de Apontaentos
Chefes de sessão (Fazer pedidos ao escritório)

Através do estudo do organograma posto acima percebe-se que existe uma hierarquia bem clara nos cargos que compõem a força de trabalho de uma Agropecuária. Esse esquema apresenta a estrutura principal de funcionamento de uma fazenda, mostrando seus principais componentes e as tarefas que exercem. Opta-se por descrever e analisar alguns cargos, separadamente, a fim de perceber como se constroem as relações de trabalho, entre esses atores.

No topo do organograma, encontra-se o chamado "escritório", o qual seria a sede da empresa que, na grande maioria das vezes, não se encontra no mesmo local da fazenda. Esse é um dos fatores que dificultam as ações trabalhistas contra Empresas que praticam o "trabalho análogo ao de escravo"; pois, como a sede da empresa se encontra fora do estado, a contratação dos trabalhadores temporários é realizada por intermediários. Boa parte do contingente operacional humano não tem contato com o escritório central. Um ótimo exemplo é a Associação dos Empresários da Amazônia (AEA), que tem sede no estado de São Paulo. Ainda, existem aqueles estabelecimentos, adquiridos por multinacionais ou Bancos que, na prática, são gerenciados por intermediários que respondem pela empresa. Em alguns casos, também há um "escritório" na fazenda localizada na floresta, dali, os gerentes entram em contado com os funcionários do escritório geral, a fim de manter a sede informada do que acontece nas frentes de trabalho das fazendas. Nem todas as empresas contam com "escritórios" em seus projetos[51].

Um caso emblemático, encontrado na documentação presente no Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, é a da Fazenda Cristalino (programa de criação de gado que pertence a multinacional Volkswagen), acusada de prática de trabalho escravo.

Optei por narrar alguns aspectos do caso para melhor analisá-lo. Em abril de 1983, sete peões denunciaram a Fazenda Cristalino, localizada, no estado do Pará. Os trabalhadores contam que trabalharam mais de dois meses, num regime que eles nomeiam de "escravidão branca", presenciando uma série de violências contra seus companheiros de trabalho, vindos de várias áreas do país. Dos sete denunciantes citados na declaração arquivada, apenas, cinco conseguiram escapar. Segundo os depoentes, mesmo depois da interferência do Ministério Público Federal (MPF), que ouviu o depoimento dos trabalhadores que fugiram, as arbitrariedades continuaram. Isso demonstra que os "gatos" responsáveis pela arregimentação de trabalhadores temporários para a Fazenda Cristalino, não temiam as ações do poder

[51] O documento se encontra na pasta B08.1.5 – 1975 a 1977. Arquivos do B08.1.5.15 P01.40 até B08.1.5.15 P40.40, Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia.

público. No documento encontra-se uma lista de sete fatos, presenciados pelos trabalhadores, que os levaram a fugir. Histórias, ouvidas dos capatazes, e, outras, presenciadas.

Eis os fatos apontados:

> 1) Os trabalhadores foram levados num caminhão da Fazenda, para uma área a 80km da sede. O gato Batista os entregou aos gatos Abilão e Chicó, desaparecendo logo em seguida, ficando evidente a *venda dos peões*.
> 2) Eles começaram a se apavorar quando na primeira noite escutaram a conversa dos fiscais falando do peão que eles mesmos tinham amarrado na mata, dizendo que havia sumido.
> 3) Um dia eles encontraram um peão velho, doente de malária, que morreu à míngua no outro dia, sendo que, ao contratar os peões, o gato garantiu que qualquer doença a fazenda dava assistência gratuita.
> 4) Ouviram falar que um peão teve sua mulher violentada e roubada; ele, depois de apanhar dos fiscais, fugiu, porém o pegaram e o obrigaram a trabalhar novamente.
> 5) Os "gatos" Abilão e Chicó tem 5 pistoleiros cada um que chama de fiscais; andam todos os dias nos barracões dos peões. Se alguém foge, vão atrás e batem neles como fizeram com o homem da mulher violentada. Contam casos de peões mortos e jogados no rio Cristalino.
> 6) Ninguém pode andar armado a não ser os próprios fiscais que se armam de revolver, espingardas, facão e corda, dizendo eles, que a corda é para amarrar peão.
> 7) Na cantina-armazém os preços da mercadoria são absurdos, um saco de arroz limpo é $9.900,00 cruzeiros, um soro $12.000,00 cruzeiros. Umca* $2.500,00[52].

Esses cinco companheiros "roçaram" um lote de 10 alqueires. Quando terminaram, foram obrigados a fazer outros 10, que, afirmam, fizeram por medo. Ao final, conseguiram convencer o "gato" que precisariam pedir dispensa, pois, tinham necessidade de alistarem-se no Serviço Militar, e, com isto, conseguiram sair. Outra arbitrariedade foi o acerto de contas, pois, o "gato", chamado Batista, contratou-os, por C$20.000 por alqueire, apenas para a realização do serviço. Transporte, hospedagem e remédios deveriam ficar por conta da fazenda. Na hora do acerto de contas, o "gato" lhes pagou o valor de C$15.000 por alqueire (preço abaixo do combinado). Além disso, apenas, foi-lhes pago o valor referente a sete alqueires desmatados, quando, segundo os trabalhadores, foram dez, os referidos alqueires desmatados. Também, cobraram de cada um deles, C$13.000, referentes ao transporte (do Mato Grosso onde os trabalhadores se encontravam, até o Pará) C$2.500 da alimentação consumida durante a viagem e C$42.000 do que eles chamam de "abono" (uma espécie de adiantamento do salário que os trabalhadores recebem, antes do início do serviço). Entretanto, os denunciantes afirmam que, no dia em que o "gato Batista" os contratou para trabalhar, deu, como abono, para cada um, C$8.000 cruzeiros. Ao final, os peões ficaram devendo à Fazenda

[52] Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Pasta B08.1.7- 1981 a 1983. Documentos B08.1.7.02 P1.2 e B08.1.7.02 P2.2.
*Trecho ilegível.

C$16.000 cruzeiros, cada um. Mesmo assim, conseguiram evadir-se do local, por conta da mentira inventada. A pé e de carona, levaram uma semana para chegar ao Mato Grosso.

Depois que os detalhes do caso foram noticiados pela imprensa, sendo comentados, inclusive, em reportagens de jornais da Alemanha, país onde se encontra a sede da Volkswagen, a empresa constrói sua defesa negando veementemente, as acusações. Em notícia, veiculada pelo Jornal "A Gazeta"[53], a Volkswagen defende-se das denúncias, realizadas pela CPT e pelo Sindicato dos Trabalhadores de Luciara (MT), convidando, para conhecer a Companhia Vale do Rio Cristalino, o Padre Ricardo Rezende (CPT), três deputados estaduais (Manoel Moreira e Tonico Ramos, ambos do PMDB e Expedito Soares do PT), dirigentes sindicais e jornalistas. A empresa se dispôs a tratar, caso por caso, as denúncias feitas pelo padre Ricardo. A posição da Cristalino, em cada denúncia, era explicada, especialmente, pelo Diretor Adjunto de Relações Públicas e Contatos Governamentais da Volkswagen, Paulo Dutra de Castro, acompanhado do Diretor Executivo da fazenda, Friedrich George Brugger e de advogados; eles desmentiram todas as acusações. E afirmam:

> "A Volkswagen do Brasil não aceita, de jeito nenhum, que haja trabalho escravo na Companhia do Vale do Rio Cristalino, sua fazenda no Pará. E não quer que reste dúvidas sobre isso, tanto que o grupo que aqui veio contou com total liberdade e apoio operacional, para ir aonde quisesse, ouvir quem quer que fosse, sobre o nosso trabalho. Nunca houve problemas com trabalhadores da Cristalino. Não temos vínculos com os 'gatos' – empreiteiras – que prestam serviços na fazenda e são empresas registradas, sujeitas a fiscalização do Ministério do Trabalho"[54].

O Diretor Adjunto da Volks, Paulo Dutra, completa:

> "Nós tivemos aqui, de janeiro a junho, mais de 600 trabalhadores de empreiteiras. É certo que, se houvesse tanta violência, como quer a denúncia, haveria rebelião, saberíamos e não permitiríamos, de forma alguma. Mas, se algo aconteceu, isso foi com os "gatos", os "empreiteiros", explicou"[55].

A justificativa da "terceirização" é frequente no discurso dos donos de empresas denunciadas pela prática de trabalho análogo ao de escravo. Voltando-se a analisar o organograma exposto, percebe-se a figura do "gerente geral" que é a principal ligação entre a sede e a fazenda. Ele é o responsável por toda a organização, de realizar os pagamentos, entre outros. É, também, o encarregado pela contratação do empreiteiro ou "gato". No caso da reportagem do caso Volks, apenas, encontra-se a presença dos executivos da empresa porque

[53] Título da reportagem: Empresa nega denúncia de 'escravidão'. Sub-título: "Se algo ocorreu, foi com as empreiteiras". Documento da Prelazia de São Félix Pasta: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Pasta B08.1.7- 1981 a 1983. Documentos B08.1.7.03 P1.9.
[54] Ibidem.
[55] Ibidem.

as denúncias de trabalho escravo haviam tido grande repercussão no país da sede da multinacional, a Alemanha. Geralmente, as fazendas funcionam, aparentemente, "deslocadas" das sedes e de seus verdadeiros donos.

Ainda na reportagem sobre a visita da comissão mista à Fazenda Rio Cristalino, os jornalistas demonstram a grandiosidade do projeto em curso na área, e o valor dos investimentos realizados pela Volks do Brasil, parte deles subsidiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM):

> A fazenda da Volkswagen do Brasil no Pará ocupa uma área de 139.392 hectares, ou 1.393 km², no município de Santana do Araguaia, a 2.200 quilômetros de São Paulo, 280 deles por estrada de terra. Da área total, que já conta com 148 quilômetros de estradas internas e 1.027 de cercas, 53.730 hectares serão destinados a pastos e 85.662, mantidos como reserva florestal, segundo a administração da fazenda.
>
> O rebanho atual, de aproximadamente 37 mil cabeças de gado, distribuídas em 350 pastos, tem manejo controlado por computador. A derrubada de mata para a formação de pastagem – hoje com 32 mil hectares e 6 mil em preparação – será completada no próximo ano. Um ano depois, a Cristalino terá um rebanho de 47 mil cabeças de gado, num projeto que somente será consolidado em 1988, com 106 mil bovinos.
>
> [...]O menor salário pago ao empreiteiro diretamente contratado pela Cristalino é de Cr$ 47.716,00, enquanto o salário mínimo regional é de Cr$ 30.600,00. A Companhia Vale do Rio Cristalino, que mantêm convênio de pesquisas com a Escola Superior d Medicina Veterinária de Hanoover, da Alemanha, e com a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz", de Piracicaba, é um empreendimento que já envolve em investimento total de 7 bilhões, 141 milhões e 868 cruzeiros, dos quais, 4,3 bolhões em incentivos fiscais, com aplicação aprovada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

. É importante observar que quando os autores da matéria enfatizam o valor dos salários recebidos pelos funcionários da fazenda, valor acima do salário mínimo pago no estado, eles se referem à categoria que tinha, teoricamente, o menor salário do quadro de empregados, os empreiteiros. Não são citados o valor dos salários recebidos pelos trabalhadores rurais, demonstrando que esses não eram considerados como parte integrante do quadro de funcionários da empresa: mesmo que sejam pagos por ela, e realizem um serviço de primordial importância, visto que seria impossível a criação de pastos para o gado sem o devido desmatamento da floresta.

A Volkswagen demonstra desconhecer os valores pagos pelos empreiteiros aos "peões", relegando toda a responsabilidade pelo bem-estar desses trabalhadores aos "gatos". Mesmo se dispondo a fiscalizar melhor as relações de trabalho correntes em sua cadeia de produção, a empresa, continuamente, também se coloca como vítima das ações dos empreiteiros. A Volkswagen não admite que estes indivíduos que partem em busca de mão-

de-obra, na maioria das vezes, em outros estados, são financiados pela empresa, logo, agem em nome dela. O desconhecimento da situação vivenciada pelos "peões" em suas instalações não a faz uma vítima, mas, demonstra as falhas graves de seu sistema de trabalho que ignora a situação de uma considerável parcela de seu quadro trabalhadores.

Todavia, ao tentar realizar um balanço da visita realizada à Fazenda Cristalino, os integrantes da Comissão convidada para conhecer as instalações da empresa, elogiam a iniciativa. A opinião geral é a de que o convite da Volkswagen, para conhecer a fazenda e permitir a entrada de fiscalização na Companhia, abrindo suas instalações à imprensa, é um avanço para que o país conheça as condições de trabalho no campo, em especial, em relação aos trabalhadores temporários. Segue abaixo a opinião dos três deputados convidados e a do Padre Ricardo Rezende, presente na comissão representando a Comissão Pastoral da Terra, (uma das denunciantes dos maus tratos sofridos pelos trabalhadores na fazenda):

> O deputado estadual Expedito Soares, do PT, afirma que o interesse em conhecer a fazenda da Volks e sua região vizinha torna o trabalho do parlamentar mais concreto. "Fomos lá, ao invés de fazer discurso. Deu para sentir um aspecto do entreguismo ao estrangeiro, pelo grande latifúndio que está nas mãos da Volks, embora eu reconheça que seu projeto é interessante, avançado, com grande acompanhamento da terra e que pode ser exportado para outras regiões. O aspecto social, porém, é mais importante, porque percebemos que houve conivência diante dos problemas dos trabalhadores, contratados pelos "gatos" ou empreiteiros".
>
> Soares adianta que os deputados deverão preparar um relatório a ser enviado à Câmara Federal, governo do Pará e outras instituições, para chamar a atenção das autoridades sobre os problemas da Amazônia. "Gostaria que outros projetos da região acompanhassem a atitude da Volkswagen, para acabar com a violência na região", frisou.
>
> Manoel Moreira, deputado do PMDB, critica as formas de relações de trabalho transferidas para a região. "São relações capitalistas, obviamente selvagens, onde o peão é o bóia-fria que se conhece em São Paulo, por exemplo. É um sistema que reproduz as condições sub-humanas que os "gatos" impõem aos trabalhadores, aplicando a lei do gatilho para "pajear" pessoas. A bem da verdade, porém, não posso dizer que a direção da Volkswagen concorda com o tratamento dado pelos empreiteiros. Só lamento que o governo não se preocupe com o futuro dos homens que trabalham na região".
>
> Outro deputado, Tônico Ramos, também do PMDB, considerou que o projeto agropecuário da Volkswagen é sério e busca o desenvolvimento do Pará. "Fiquei impressionado com a abertura dada à nossa delegação e saí de lá consciente de que o problema é com o empreiteiro, que tem métodos e cultura diferentes do nosso mundo. Entendo que os "gatos" hoje, formam empresas que devem ser controladas, porque representam o único canal de sobrevivência do sistema atual de trabalho braçal, porque lá é um sertão".
>
> O padre Ricardo Rezende, da Comissão Pastoral da Terra, entende que o encontro foi proveitoso, porque possibilitou uma ponte entre os representantes dos trabalhadores rurais e a empresa, que promete criar mecanismos de controle do que se passa nas derrubadas em relação aos empreiteiros e fiscais. "Mas a Igreja mantém a crítica ao modelo de projeto fundiário que o governo tem para a Amazônia, concentrando terras para grandes grupos que não absorvem mão-de-obra relevante. É preciso ainda, que se respeite a cultura do homem da região, que entra em conflito

> com a do Sul do país. Exemplo típico é o caso do homem que foi demitido porque insistia em não tirar a decoração do burro", comentou[56].

Apesar de elogiar o projeto da Fazenda Rio Cristalino, todos os deputados afirmam que a ação dos empreiteiros deve ser investigada. Entretanto, podemos observar na entrevista dada pelos deputados (especialmente Manoel Moreira e Tonico Ramos) tentativas de justificar a omissão da empresa afirmando que se pode dizer que "a direção da Volkswagen não concorda com o tratamento dado pelos empreiteiros" ou que os empreiteiros "tem métodos e cultura diferentes do nosso mundo". Diferenças culturais não podem ser utilizadas como justificativa para a violência; na fala do deputado, fica clara a opinião de que é necessário "controlar" os empreiteiros, não as empresas contratantes. Contudo, é preciso levar em consideração que a Volkswagen financiou os desrespeitos aos direitos trabalhistas e as medidas violentas que os "gatos" tomam contra os "peões", logo deve ser, também responsabilizada. De todos os entrevistados para essa reportagem, o padre Rezende Figueira é o único a chamar a atenção para o fato de que as denúncias realizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais não se limitam a lutar por melhores condições de trabalho mas, questionar o modelo de desenvolvimento escolhido para a Amazônia, baseado no latifúndio e na monocultura. Esse sim é o grande responsável pelo modelo predatório de relações de trabalho encontradas em algumas fazendas. É o dinheiro público financiando a tortura de trabalhadores no campo.

Mesmo a utilização de armas de fogo é justificada pelo Diretor Executivo da fazenda, Friedrich George Brugger:

> A entrada de trabalhadores de empreiteiras na fazenda é controlada "Não podem entrar com bebida alcoólica ou armas. As que existem, com o pessoal dos empreiteiros são controladas. Temos pessoas da fazenda que diariamente vão a área de derrubada. É natural que exista arma, porque pode ocorrer o ataque de caças[57].

Ou seja, a empresa admite o uso de armas de fogo, mas não que tinha conhecimento dos casos de violência contra os trabalhadores que atuavam no desmatamento da floresta. Mesmo com a vigilância constante realizada pelas "pessoas que diariamente vão a área de derrubada", os empreiteiros torturaram um trabalhador e o abandonaram na mata, estupraram a esposa de um "peão" e ainda abandonaram pessoas doentes (segundo o depoimento dos trabalhadores que denunciaram a Fazenda Cristalino ao Ministério Público e a Polícia).

[56] Ibidem.

[57] Ibidem.

Segundo a imprensa, empresas, deputados e assim por diante, os "gatos" são os grandes vilões no cenário de violência que impera no interior das fazendas.

O empreiteiro é a pessoa responsável por arregimentar os trabalhadores temporários da fazenda ou agropecuária (algumas empresas necessitam da contratação desses temporários, durante o ano inteiro, outras, em determinadas épocas do ano, tais como na colheita, no desmatamento de novas áreas, e etc.). Pejorativamente conhecido como "gato", ele seria o responsável pela contratação dos trabalhadores que, na grande maioria das vezes, são arregimentados nos estados do Nordeste. O "gato" é uma figura frequente no depoimento dos trabalhadores rurais. Frequentemente, ele é acusado de ludibriar os contratados, roubar o dinheiro do trabalho, fazer falsas promessas e de violência contra os trabalhadores. É uma personagem que aparece, nos registros da documentação, selecionada para este capítulo.

O "chefe de turma", geralmente, é um dos trabalhadores contratados, mas que exerce um papel de liderança. É o responsável por receber o pagamento da parte do empreiteiro e repassá-lo aos seus colegas. Em alguns trabalhos, como na derrubada de mata virgem para a criação de pastos, os trabalhadores são divididos em turmas, cada turma está submetida a um "chefe" que seria o responsável pela negociação com quem o contratou. Muitas vezes, encontramos nos depoimentos a presença de mulheres, algumas esposas dos "chefes" que se agregam ao grupo, como cozinheiras.

O trabalhador rural, também, chamado de "peão", encontra-se no lugar mais baixo da hierarquia. Poder-se-ia considerar sua contratação como uma espécie de terceirização, por parte da Fazenda ou Agropecuária, de serviços pesados, tais como, a catação de raízes, derrubada de mata, construção de cercas e etc. São esses trabalhadores as principais personagens das reportagens, encontradas com frequência na mídia, denunciando as condições de trabalho, nas agropecuárias, projetos de mineração e usinas. Muitos são contratados por empreiteiros, ainda, em seus estados de origem, outros, ouvem, de amigos ou parentes, notícias sobre a farta oferta de trabalho nas fazendas do Mato Grosso.

Para melhor visualizar todas as nuances de como se davam os contratos de trabalho, no âmbito das fazendas, analisar-se-á abaixo, um contrato de prestação de serviços. Realizado pela Fazenda Bela Manhã, representada pelo sub-gerente, o Sr. João Hidalgo e um

empreiteiro, ou "gato", neste caso o Sr. Alcides Pereira de Souza, estipulando valores e condições para a contratação de trabalhadores para o serviço de derrubada de mata e juquira[58].

CONTRATO DE EMPREITA

Pelo presente contrato, ficam estabelecidas as relações de trabalho entre a FAZENDA BELA MANHÃ, de propriedade do Sr. Argeu Alves de Oliveira, representado pelo seu sub-gerente, Sr. João Hidalgo, e o responsável pela empreita, Sr. Alcides Pereira de Souza.

A FAZENDA BELA MANHÃ, na pessoa do Sr. João Hidalgo, compromete-se a pagar Cr$ 280,00 (duzentos e oitenta cruzeiros) por alqueire de Juquira, num total de 50 (cinquenta) alqueires; e compromete-se a pagar Cr$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros) por alqueire de derrubada de mata, num total de 3 (três) alqueires.

Observações: Por alqueire, entende-se o "alqueirão". Quanto à medição da área, por ter sido feito apenas um cálculo, a medição da área de trabalho será feita depois de concluído o serviço, e o pagamento será feito de acordo com a medida então feita; isto é, se houver mais de 50 alqueires de juquira ou mais de 3 alqueires de mata, a FAZENDA PAGARÁ A DIFERENÇA AO Empreiteiro, Sr. Alcides Pereira de Souza; e se houver menos de 3 alqueires de mata ou menos de 50 alqueires de Juquira, a FAZENDA pagará ao Empreiteiro apenas o serviço feito.

As responsabilidades das partes contratantes ficam assim definidas:

I – RESPONSABILIDADES DA FAZENDA BELA MANHÃ:

A Fazenda, através da pessoa do Sr. JOÃO HIDALGO, irá fornecendo ao empreiteiro Sr. ALCIDES PEREIRA DE SOUZA o dinheiro necessário para as despesas que se forem fazendo, como compra de material, de gêneros alimentícios, viagem dos peões, etc. O acerto final, com o pagamento de diferença, será feito ao fim de todo o serviço.

A Fazenda se responsabilizará pelas doenças e acidentes ocorridos com os peões, DURANTE O PERÍODO DE SERVIÇO, isto é, o PEÃO que se acidentar ou adoecer EM SERVIÇO, será transportado a expensas da fazenda, e as despesas de tratamento e internação correrão igualmente por conta da fazenda. A Fazenda não se responsabilizará por acidentes ocorridos fora do serviço, como sejam brigas com ferimento, ou quaisquer acidentes sucedidos em passeios, festa, etc.

II – RESPONSABILIDADES DO EMPREITEIRO

O empreiteiro Sr. ALCIDES PEREIRA DE SOUZA deverá contratar os peões necessários para o serviço. O fornecimento de alimentos e o pagamento dos peões será feito pelo Empreiteiro, com o dinheiro pago pela Fazenda, de acordo com este Contrato. Toda a responsabilidade pelo comportamento e conduta dos Peões, dentro e fora do serviço, será do Empreiteiro. O serviço deverá ser entregue no mês de setembro de 1971.

Pontinópolis (MT), 18 de Junho de 1971

A contratação dos trabalhadores, que vão realizar os serviços, raramente, conta com algum documento escrito. Geralmente, os empreiteiros contratam os trabalhadores, através de acordos informais. À primeira vista, pode-se acreditar que o contrato, acima, apresente uma

[58] Segundo o Dicionário Informal: "Vegetação de porte baixo ou mato que nascem predominantemente em áreas abandonadas (campos de plantio e pastos)". Disponível em: http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/juquira/2264/ . Último acesso: 22/05/2014.

negociação ideal, em que ambas as partes (empreiteiro e empresa) afirmam suas responsabilidades, no que diz respeito à saúde e bem-estar dos trabalhadores. A empresa ficaria responsável pela saúde e alimentação dos contratados, no período de serviço e o "gato", por repassar o pagamento, recebido da fazenda aos chamados "peões". É importante observar, também, que a empresa coloca o empreiteiro como "responsável pelo comportamento dos peões, enquanto durar o serviço", o que abre inúmeras possibilidades para os "gatos" justificarem atos ilegais.

Praticas, desse tipo, estimulam o uso de violência por parte dos empreiteiros que se dizem "forçados" a abrirem mão de torturas e assassinatos para evitar uma atitude autodestrutiva dos trabalhadores, como, por exemplo, o uso dos vales para que os "peões" não gastem seus salários com bebidas alcoólicas ou prostitutas.

Os contratos realizados sob a forma de "empreitada", encontram-se na base das relações de trabalho, no território amazônico, em especial no Mato Grosso. Sistema que possibilitava as empresas contratantes, ficar isentas do pagamento de diversos benefícios trabalhistas, tais como 13º salário, férias e as taxas referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Os contratos, ainda, permitem que as empresas se ausentem de responsabilidade, em relação a forma como os peões são tratados em suas fazendas. Como pode-se observar através da leitura do contrato acima, são estabelecidas as responsabilidades dos empreiteiros em relação aos trabalhadores, mas, não se coloca a forma como esses "gatos" conseguiram "manter a ordem" em meio a um grande grupo de homens. Também não são estabelecidas medidas sobre o valor do salário a ser pago aos peões (lembrando que os valores informados no contrato foram pagos ao empreiteiro que deverá repassá-lo aos demais).

Quando os acordos entre "gatos" e peões não são cumpridos, processar a empresa na Justiça do Trabalho torna-se bastante difícil. Os contratos entre "gatos" e "peões" são realizados, na maioria das vezes, de maneira informal, logo, não há documentação que comprove que aquele trabalhador era funcionário de determinada empresa. Quando as fazendas são citadas em algum processo trabalhista, ou colocadas como réu, muitas recorrem ao argumento de que não estavam cientes da forma como os peões eram tratados, pois, não eram responsáveis pelas ações dos empreiteiros, que não são, de fato, funcionários das empresas, mas, terceirizados.

3.4 O "trabalho escravo contemporâneo".

Segundo Bhavna Sharma, da Anti-Slavery Internacional (ASI), a "escravidão por dívida" é a forma mais comum, nesse campo, na contemporaneidade. Segundo a autora, essa modalidade de trabalho forçado ocorre, quando:

> [...] uma pessoa empenha sua mão-de-obra em troca do pagamento de comida e de remédios, por motivos familiares e etc. e, uma vez contraída a dívida, perde o controle sobre suas condições de trabalho ou sobre a remuneração que deveria receber, caindo em uma armadilha, em condições de escravidão. A quitação da dívida é extremamente dificultada pelo artifício de acrescentar despesas adicionais com comida e aluguel, de forma que o trabalhador mal tem acesso ao salário a que teria direito (pág. 40).

A autora, ainda, afirma, baseada em dados da Organização das Nações Unidas (ONU), que cerca de 20 milhões de pessoas, em todo o mundo, encontram-se impossibilitadas de desligar-se de seus trabalhos, por conta de dívidas com o empregador[59]. Essa modalidade de trabalho super-explorado, está intimamente, ligada à questão migratória[60]. Isso ocorre por que muitos trabalhadores migrantes se encontram em posição vulnerável nas cidades para as quais se dirigem. Alguns, são atraídos por falsas promessas de "gatos", que viajam por cidades do interior do Nordeste, em busca de mão-de-obra para ocupar os postos de trabalho abertos nas áreas que recebem investimentos federais. Outros, se deslocam por conta própria, seja por conta de notícias enviadas por algum "parente", ou, porque tiveram algum contato com as propagandas veiculadas pelo governo e por empresas privadas, sobre as oportunidades de emprego nas áreas de ocupação recente, na Amazônia. De uma forma ou de outra, esses trabalhadores migrantes, distantes de suas famílias, veem como única forma de sobrevivência, as oportunidades apresentadas pelos empreiteiros. Quando "contratados", os peões são presos a uma rede de dívidas.

As despesas de viagem, que, por lei, deveriam ser responsabilidade da empresa contratante, são a primeira corrente que liga o trabalhador aos chamados "empreiteiros" ou

---

[59] SHARMA, Bravna. A Anto-Slavery Internacional e o combate ao trabalho escravo. *In.* CERQUEIRA, Gelba Cavalcante. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. PRADO, Adonia Antunes. LEITE COSTA, Célia Maria. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições para sua análise e denúncia.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 40.

[60] No campo da historiografia encontram-se diversos trabalhos que relacionam o aumento do deslocamento populacional para o território amazônico e o recrudescimento das relações de trabalho por meio de violência física e simbólica. Cf. HARRES, Marluza; JOANONI NETO, Vitale. *História, terra e trabalho*. Ensaios teóricos e resultados de pesquisas. São Leopoldo: Oikos: Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2009; GUIMARÃES NETO, Regina B. História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia Brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa - Mato Grosso. In: *História Oral*: *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v.13, n.1, jan-jun. 2010. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2010. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. *Projeto História*, São Paulo, PUC, n.27, p. 49-69, 2003.Entre outros.

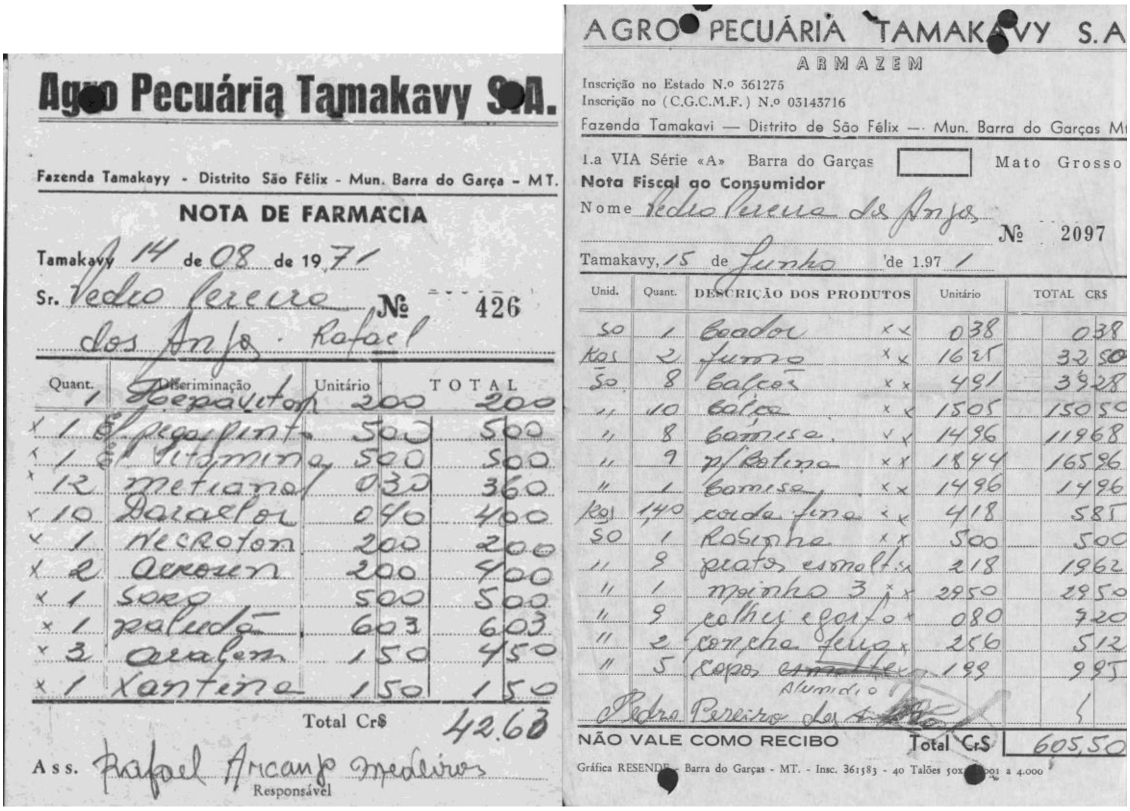
"gatos", figuras frequentes, nos depoimentos daqueles que conseguiram escapar. A falta de parte do pagamento ou, até mesmo, a total ausência desse, é uma das mais comuns reclamações dos trabalhadores, auxiliados pela Prelazia de São Félix do Araguaia. A troca do pagamento, pelo chamado "vale", uma espécie de cupom que pode ser trocado por mercadorias, na mercearia da fazenda, também, é uma ocorrência frequente.

Encontra-se, na documentação analisada, depoimentos de empreiteiros que, quando questionados sobre a falta de pagamento a os trabalhadores, respondem que "não pagava os peões em espécie porque eles iam gastar tudo com cachaça"[61]. A entrega de vales podem ser trocados, por produtos fornecidos pelo chamado "barracão", uma espécie de loja que fornece desde produtos de higiene a roupas e equipamentos de trabalho, era uma prática comum. Os preços dos produtos, nesses estabelecimentos, geralmente, aqui superfaturados. Encontra-se no arquivo, recibos de venda de um barracão, deste caso da fazenda Tamakavy, de outubro de 1971. Esses recibos são uma rica fonte de informação de como funcionavam os barracões e o tipo de produto que forneciam.

A maioria das notas se refere a compras de remédios, os mais comuns, sendo lactopurga (laxante), vitaminas, sorisal, entre outros. A existência desses recebidos, denominados como "compras de farmácia", já fornece a prova de que, ao contrário do que era prometido aos trabalhadores, a fazenda não fornecia atendimento médico. Os trabalhadores eram responsáveis pela compra de remédios, sem qualquer orientação médica, muitas vezes, a preços bem acima do mercado. Os recibos de compra, ainda, apresentam a aquisição de vários outros produtos, tais como, facões, caixas de fósforo, roupas, redes e etc[62]. Segue abaixo alguns exemplos de recibos da Fazenda Tamakavy:

[61] Arquivo Prelazia de São Félix do Araguaia. Digitalizado. Pasta: B08.1.2 – 1971. Documentos: B08.1.2.01 P1.2/P2.2. B08.1.2.02 P1.6/P6.6. B08.1.2.03 P1.19/P19.19.
[62] Arquivo Prelazia de São Félix do Araguaia. Digitalizado. Ibidem.

Figura 1 – Recibos de compras da Agropecuária Tamakavy



Agro Pecuária Tamakavy S.A.

Fazenda Tamakayy - Distrito São Félix - Mun. Barra do Garça - MT.

NOTA DE FARMACIA

Tamakavy 14 de 08 de 1971

Sr. Pedro Pereira dos Anjos · Rafael — № 426

Quant.	Discriminação	Unitário	TOTAL
1	Sepavitom	200	200
1	El. pega-pinto	500	500
1	El. Vitamina	500	500
12	metiamol	030	360
10	Doralor	040	400
1	Necroton	200	200
2	Aeroven	200	400
1	Soro	500	500
1	Paludã	603	603
3	Aralem	150	450
1	Xantina	150	150

Total Cr$ 42.63

Ass. Rafael Arcanjo Medeiros — Responsável

AGRO PECUÁRIA TAMAKAVY S.A

ARMAZEM

Inscrição no Estado N.º 361275

Inscrição no (C.G.C.M.F.) N.º 03143716

Fazenda Tamakavi — Distrito de São Félix — Mun. Barra do Garças MT

1.a VIA Série «A» Barra do Garças Mato Grosso

Nota Fiscal ao Consumidor

Nome Pedro Pereira dos Anjos — № 2097

Tamakavy, 15 de Junho de 1.971

Unid.	Quant.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	Unitário	TOTAL CR$
SO	1	Coador	0 38	0 38
Kos	2	fumo	16 25	32 50
SO	8	Calções	4 91	39 28
"	10	Calça	15 05	150 50
"	8	Camisa	14 96	119 68
"	9	p/ Botina	18 44	165 96
"	1	Camisa	14 96	14 96
Kos	1,40	corda fina	4 18	5 85
SO	1	Rosinha	5 00	5 00
"	9	pratos esmalt.	2 18	19 62
"	1	moinho 3	29 50	29 50
"	9	colher e garfo	0 80	7 20
"	2	concha ferro	2 56	5 12
"	5	Copos esmaltes Alumínio	1 99	9 95

Pedro Pereira dos Anjos

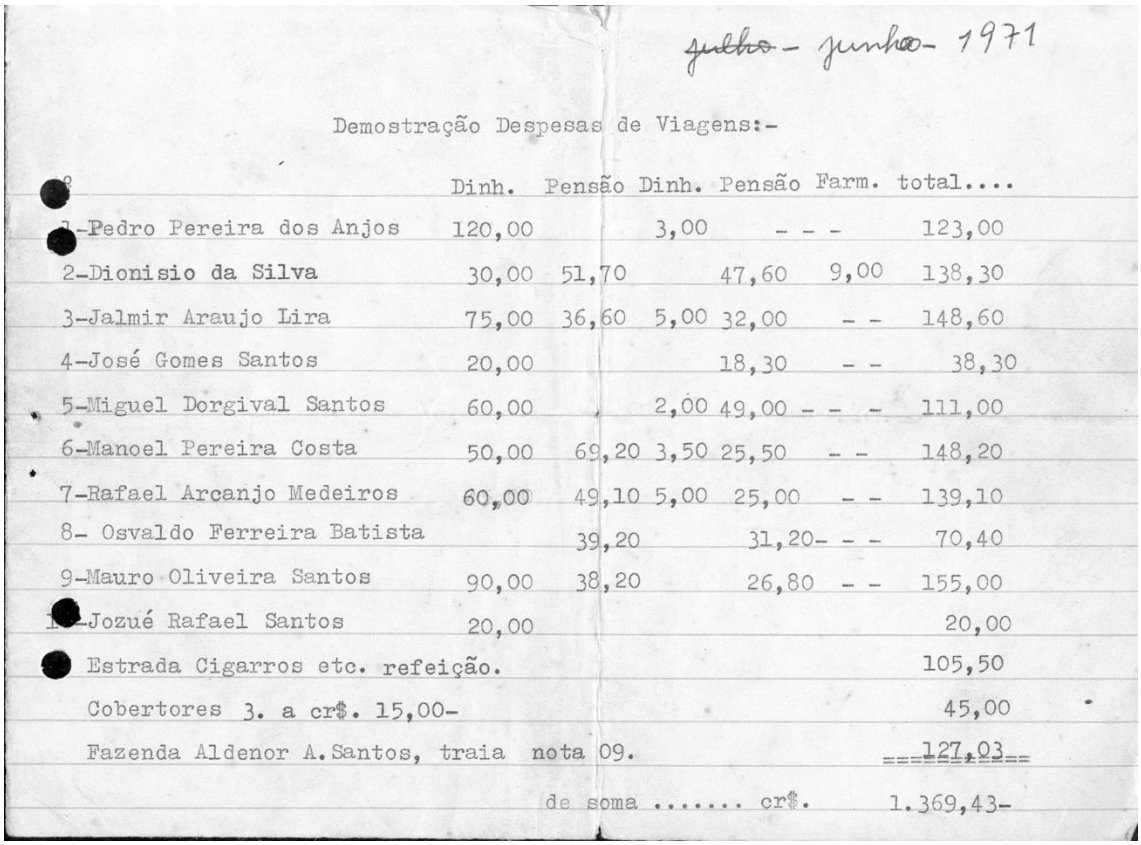
NÃO VALE COMO RECIBO — Total Cr$ 605,50

Gráfica RESENDE - Barra do Garças - MT. - Insc. 361583 - 40 Talões 50x2 - 001 a 4.000

Como podemos observar através dos exemplos acima, os “barracões” das fazendas vendiam uma grande variedade de produtos, desde utilidades domésticas a roupas e remédios. Todas as compras realizadas nesses estabelecimentos eram descontadas no salário final dos trabalhadores.

Também, encontram-se no arquivo tabelas de controle de despesas de viagem do mês de junho de 1971. As maiores despesas são com alimentação, pensão e passagem. Cada trabalhador começa o serviço devendo uma média de C$140,00 ao empreiteiro, segundo o documento acima. Um grupo de dez trabalhadores terminou a viagem, devendo C$1.369,43. Esse valor total está demarcado, com um sinal de menos (-), o quer dizer que ele foi descontado, no saldo final que os peões receberam, pelo contrato. Ainda, são colocadas, como despesas de viagem, a compra de cobertores, cigarros e etc, caracterizadas, como “despesas de estrada”.

Figura 2- Demonstração de despesas de viagens

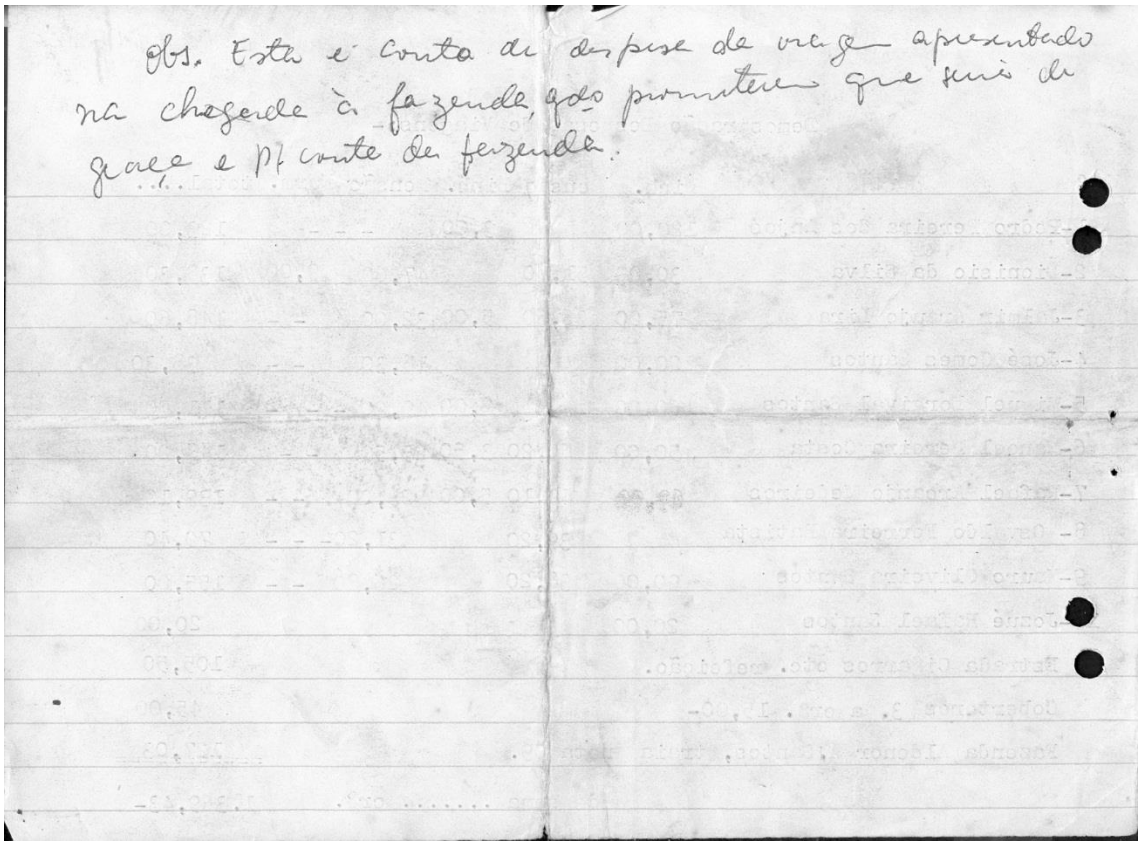


julho - junho - 1971

Demostração Despesas de Viagens:-

	Dinh.	Pensão	Dinh.	Pensão	Farm.	total....
1-Pedro Pereira dos Anjos	120,00		3,00	- - -		123,00
2-Dionisio da Silva	30,00	51,70		47,60	9,00	138,30
3-Jalmir Araujo Lira	75,00	36,60	5,00	32,00	- -	148,60
4-José Gomes Santos	20,00			18,30	- -	38,30
5-Miguel Dorgival Santos	60,00		2,00	49,00	- - -	111,00
6-Manoel Pereira Costa	50,00	69,20	3,50	25,50	- -	148,20
7-Rafael Arcanjo Medeiros	60,00	49,10	5,00	25,00	- -	139,10
8- Osvaldo Ferreira Batista		39,20		31,20	- -	70,40
9-Mauro Oliveira Santos	90,00	38,20		26,80	- -	155,00
10-Jozué Rafael Santos	20,00					20,00
Estrada Cigarros etc. refeição.						105,50
Cobertores 3. a cr$. 15,00-						45,00
Fazenda Aldenor A.Santos, traia nota 09.						127,03
			de soma ..... cr$.			1.369,43-

Figura 3 – Verso da imagem anterior[63]



Joanoni Neto fala sobre o impacto que o endividamento tem na vida desses migrantes. Uma vez endividados, mesmo depois da libertação, muitos hesitam em voltar para suas famílias, pois não alcançaram o objetivo que buscavam: ganhar dinheiro o suficiente para ajudar os parentes, em seus estados de origem. É dramática a forma como os trabalhadores descrevem sua impossibilidade de retorno, por conta da situação atual em que se encontram. Muitos afirmam que é melhor continuar onde estão, pois não "querem dar trabalho à família". A volta torna-se impossível, para os indivíduos, diante de uma concepção de tentativas por um novo trabalho que lhes rendessem um salto qualitativo, em suas vidas e de seus familiares. Como aponta este trabalhador ao retratar suas condições de trabalho, em uma situação:

> Eu tô aqui há um ano e oito mês sem vê meu filho, minha mulher, minha filha, tá vivendo de favor. Não tá de favor porque minha família tá mais ou menos no Rio Grande do Sul, mas eu volta pra lá desse jeito com o saco nas costa? Volto não[...][64]

[63] Transcrição: Esta é a conta de despesa de viagem apresentada na chegada à fazenda, quando perminem que xxx(ilegível) de graça e por conta da fazenda.

[64] Depoimento. Centro de pastoral para o Migrante, Cuiabá, 30 mar. 2007. Apud. CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. JOANONI NETO, Vitale. Da histórica dominação sobre vidas prescindíveis. As muitas faces da violência sobre trabalhadores migrantes no Nordeste de Mato Grosso do final do século XX. *In*. HARRES, Marluza Marques. JOANONI NETO, Vitale. *História Terra e Trabalho em Mato Grosso.* Ensaios teóricos e resultados de pesquisas. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009.

Por conta do sentimento de fracasso, muitos trabalhadores se envolvem com "gatos", sendo, repetidamente, resgatados ou fugindo de situações de trabalho análogo ao de escravo ou degradante. Esses indivíduos encontram-se às voltas com um ciclo de exploração e violência, no qual, o máximo de futuro que visualizam é o próximo trabalho, a próxima cidade. São chamados, também, de "peões de trecho", pois, suas vidas se constituem em um incessante caminhar[65].

3.5 As condições de saúde e moradia.

Casos de acidentes de trabalho não são apenas comuns, levam a invalidez e a morte. Como o do trabalhador, Rui Nogueira Santana nascido na Bahia trabalhava derrubando árvores, com o auxílio de uma motosserra, para a Fazenda Nova Belima, situada a 70 Km de São José do Xingú (MT). O trabalhador sofreu ferimentos graves depois que uma árvore, de grande porte, caiu em cima dele. Segundo diagnóstico do médico local (Dr. Agostinho), o trabalhador sofreu lesão cerebral, teve a clavícula quebrada e uma lesão no olho esquerdo. O médico pediu a transferência imediata do acidentado para o centro urbano mais próximo, visto que São José do Xingú contava com um hospital, por conta da gravidade e perigo de vida do acidentado. O fato de ele usar um capacete lhe salvou a vida (segundo o médico que o atendeu). Entretanto o acidente, deixou-lhe graves sequelas, segundo o médico que o atendeu "O paciente não pode se expressar, ficou mudo, e gemendo manifestava sinais de dor e uma agonia que não ficava parado"[66]. Depois de sofrer pressão dos padres e agentes pastorais da Prelazia de São Félix, que ameaçaram chamar a imprensa, no dia 18 de abril, o dono da fazenda aceitou pagar uma passagem de avião para o acidentado. No fim, a carta conta como é a situação dos trabalhadores nas fazendas:

[65] Cf. especialmente, entre outras contribuições: GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. In: *Projeto História*: revista do programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Op cit. JOANONI NETO, Vitale. Da histórica dominação sobre vidas prescindíveis. As muitas faces da violência sobre trabalhadores migrantes no nordeste de Mato Grosso do final do século XX. In: HARRES, Marluza; JOANONI NETO, Vitale (Org.). *História, terra e trabalho*. Ensaios teóricos e resultados de pesquisas, op. cit.; PLASSAT, Xavier. Erradicação do trabalho escravo? Ficou para outra vez. In: *Conflitos no Campo, Brasil-2005*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2006, p. 146-151. PLASSAT, Xavier. Trabalho escravo: 25 anos de denúncia e fiscalização. In: *Conflitos no campo 2009/CPT*; Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski.— São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 90-100; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, SAKAMOTO, Leonardo (coord.) *Trabalho escravo no Brasil do Século XXI*. Brasília, OIT, 2006. VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; ESTERCI, Neide. Trabalho escravo no Brasil: os números, as lutas e as perspectivas em 2003. In: Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo, Brasil-2003*, CPT, Goiânia, 2004.

[66] Arquivo Prelazia de São Félix. Digitalizado. Pasta: B08.1.8 – 1984 a 1986. Documentos: B08.1.8.06. P1.5/ B08.1.8.06. P2.5/ B08.1.8.06. P3.5/ B08.1.8.06. P4.5/ B08.1.8.06. P5.5

> Acontecia a muito tempo atrás e ainda hoje acontece com certa frequência. Depois de alguns meses de trabalho o trabalhador termina seu serviço e se acha endividado... os trabalhadores não tem registro nem um pequeno contrato assinado. São muito poucos os que tem emprego fixo, quase somente os vaqueiros e não são todas as fazendas que os registram como empregados. As fazendas precisam de mão de obra e vem buscar lá em Goiás, Maranhão, Piauí, Bahia e outros estados, com muitas promessas enganadoras – quando se dão conta, a realidade é bem outra logo adoeciam muitos morrem de malária, alguns por jagunços e briga de cachaça[67].

A falta de interesse das Agropecuárias em tratarem da saúde do trabalhador, demonstra o quanto essa mão de obra é considerada substituível e descartável. Casos de desrespeito não apenas as normas trabalhistas mas também a dignidade humana, não são raras neste contexto. Quando um trabalhador adoece ou se acidenta, gravemente, é, rapidamente, substituído por outro, mais um egresso da seca ou da falta de oportunidade, em particular, do Nordeste.

Ainda é preciso salientar as complicações causadas pela má alimentação na saúde dos trabalhadores rurais. Como muitas vezes a criação de animais é restrita, as proteínas advindas da carne (seja ela de boi, galinha, porcos e etc.) quase nunca aparecem na dieta. A caça e a pesca com o tempo se tornaram quase impossíveis, por um lado, por causa do desmatamento das florestas e poluição dos rios e por outro, porque o patrão frequentemente proíbe esse tipo de atividade para que o trabalhador não tenha outra forma de obter alimentos não ser aqueles fornecidos pela fazenda ou pelo "barracão". A fome, muitas vezes, é o resultado dessas artimanhas.

A falta de saneamento básico é também, um problema que afeta a população do campo e é causador de inúmeras doenças, em especial, nas áreas de ocupação recente na Amazônia. Nesse espaço, nos povoados, quem mais sofre são as crianças. Conforme relatório publicado pelo IBGE, a falta de instrução das pessoas agrava ainda mais o quadro geral, principalmente em relação às mães. Por exemplo, no que diz respeito às vacinas, nas quais "são as crianças de mães menos instruídas e, por certo, mais pobres, as mais prejudicadas em relação a não cobertura vacinal. Apenas 47% das crianças de 12 a 23 meses de mães sem instrução foram vacinadas[68]".

3.6 Estratégias de enfrentamento.

[67] Arquivo Prelazia de São Félix. Digitalizado. Pasta: B08.1.8 – 1984 a 1986. Citado.
[68] Idem.

Nos cenários aqui analisados, observa-se as violências perpetradas contra trabalhadores rurais: torturas, assassinatos, violações aos direitos humanos e trabalhistas, atos que são minunciosamente narrados na documentação analisada (especialmente no Arquivo da Prelazia se São Félix do Araguaia) e ajudam a desvendar o cotidiano violento vivenciado pelos trabalhadores rurais que se deslocam em direção ao nordeste do Mato Grosso. Entretanto, não é possível considerar esses indivíduos como sujeitos passivos que nada fazem para modificarem a situação em que vivem. Mesmo, com poucas ferramentas a seu dispor, muitos conseguem desvencilhar-se de "gatos" e pistoleiros, a fim de fugirem das Fazendas. Desde pequenas artimanhas, como inventar que precisavam se alistar no serviço militar obrigatório, doenças, etc, até as notórias fugas, enfrentando dias de caminhada para chegarem (ou não) ao seu destino. Os mecanismos dos atos de resistência, embora, às vezes, diminutos, são prova de que os trabalhadores ainda têm, em si, o necessário para enfrentar aqueles que tentam sujeitá-los. Como é viável observar, através do depoimento do trabalhador José Geraldo, contratado para trabalhar, na Fazenda Tamakavy, ele conta como sucedeu um "acerto de contas" com o empreiteiro que o contratou e o gerente da fazenda:

> [...] E pedi mais uma vez o meu pagamento. O Aldenor me xingou de todo nome. Repliquei dizendo que era homem como ele e que me tratasse como gente. Aldenor tirou o facão e partiu para cima de mim. Conseguiu ferir-me na coxa direita. Com muito esforço, tirei-lhe o facão. Sem o facão, tirou o revólver e atirou em mim. Por trás o Geraldo também atirava. Fui baleado no ombro esquerdo. Fugi e disse que ia fazer denúncia[...][69].

Chama a atenção, no depoimento, acima, além da flagrante violência, o apelo do trabalhador que diz "eu sou homem igual a você, trate-me como gente". A falta de pagamento, pelo trabalho realizado e a forma violenta, com a qual, foi tratado, ao reivindicar um direito, não ferem, apenas, as normas trabalhistas, mas seus direitos humanos, "direitos de gente".

Histórias como a do Sr. José Geraldo demonstram que mesmo convivendo com o cotidiano violento, das fazendas do nordeste do Mato Grosso, os trabalhadores rurais traçam estratégias para a sua sobrevivência. Muitas vezes esses enfretamentos envolvem mais violência, outras, apenas, a astúcia e a força de vontade. Histórias de fugas seguidas de dias de caminhada, são frequentes na documentação. Contudo, mesmo depois de passarem por situações extremas onde suas vidas estiveram em risco eminente, os trabalhadores rurais preparam-se para lutar uma outra guerra, desta vez, em busca de *direitos*.

[69] Documento da Prelazia de São Félix do Araguaia. *Apud*. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, trabalho e memória política. Trabalhadores rurais, conflito social e medo na Amazônia. 1970-1980. p. 19.

É importante observar como os trabalhadores são conscientes de que tem direitos, como se empenham em serem reconhecidos. Desde recorrer à Justiça do Trabalho, ou ir para Brasília em busca de solução para a situação dos milhares de trabalhadores que vivenciam a experiência do trabalho degradante. Não se trata apenas de receber o salário prometido, mas, de ter reconhecida sua posição de trabalhador e de cidadão.

Considerações Finais

O deslocamento de grupos sociais do Nordeste para o território amazônico, em especial para o estado de Mato Grosso, além de não ser um fato novo na história do Brasil, também não se encerra com o fim da ditadura militar imposta ao país no período de 1964 a 1985.

Nas pesquisas para a elaboração do estudo *Reflexões sobre o deslocamento populacional no Brasil* (realizado com base nos dados do recenseamento geral da população referente a década de 2010), publicado pelo IBGE em 2011, mudanças no panorama do movimento da população, em especial a nível estadual, chamou a atenção dos pesquisadores. Em um quadro no qual cerca de 3,3 milhões de pessoas se deslocam entre as regiões brasileiras (nessas, entre entradas e saídas, destacando-se a região Nordeste que apresenta a maior perda absoluta - 760 mil pessoas), foi descoberto que, em alguns estados, pela primeira vez, a Região Sul e Sudeste do país não é o principal destino dos trabalhadores migrantes provenientes do Nordeste. Esta posição foi tomada pelas regiões Norte e Centro Oeste; sendo o estado do Pará considerado área de alta absorção migratória. O Pará foi também o principal destino dos imigrantes maranhenses seguido por São Paulo, Tocantins, Piauí, Goiás e Distrito Federal[1].

É importante levar em consideração que nos recenseamentos gerais realizados anteriormente (em especial os referentes as três últimas décadas do século XX) observa-se um exponencial aumento do deslocamento de grupos sociais provenientes do Nordeste em direção ao território amazônico, em particular, o Mato Grosso e Pará[2]. Todavia, o número de migrantes que se dirigiam ao Centro-Oeste e Norte do Brasil, não havia ultrapassado aqueles que se deslocavam em direção ao Sudeste. Até o Censo Demográfico de 2010.

Essa considerável mudança no quadro dos deslocamentos populacionais no país, são, em parte, resultado das políticas econômicas do governo federal (lançadas a partir da década de 1970) para o território amazônico, que tinham por principal objetivo integrar a

[1] OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Reflexões Sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil; Estudos e Análises Informação Demográfica e Socioeconômica Nº01. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Rio de Janeiro, 2011.

[2] Outra face dos movimentos de população relacionados aos projetos de colonização são os denominados "fluxos de retorno" - que não foram objeto dessa pesquisa -, composto por famílias que não se adaptaram nos projetos de colonização, agropecuários entre outros, e retornam a seus estados de origem face a existência de uma rede familiar que as acolhe.

Amazônia aos grandes mercados nacionais e internacionais. Segundo o discurso governamental, o desenvolvimento social e econômico do território amazônico seria alcançado, através do financiamento de grandes obras de infraestrutura e de projetos de desenvolvimento nacionais e regionais. As políticas de incentivo fiscal, além de atraírem empresas capital privado (multinacionais, bancos, frigoríficos entre outros empreendimentos), ainda incentivou o deslocamento de milhares de homens e mulheres que partiram em busca de melhores condições de vida e trabalho.

O estudo das políticas de desenvolvimento do governo federal implantadas na Amazônia, são uma possibilidade de atualização do estudo das migrações, em especial de trabalhadores rurais, provenientes do Nordeste. Demonstramos através do trabalho aqui apresentado que, a questão do exponencial aumento do número de migrantes no estado do Mato Grosso, está relacionada a interferência do Estado nesse território. As vantagens do território amazônico propagadas pela iniciativa privada, com o apoio do governo, contribuíram com a criação de "Eldorado" onde havia abundância de terras férteis e disponíveis. Essa criação levou milhares de homens e mulheres a abandonares seus estados e partirem em busca de um espaço que lhes era desconhecido.

Os trabalhadores rurais provenientes do Nordeste foram bastante sensíveis a essa construção de uma Amazônia mítica, em especial, os que foram vítimas de desequilíbrios climáticos como a seca e enfrentaram dificuldades em manter seus lotes de terra.

A chegada da iniciativa privada simultaneamente com os pequenos produtores e trabalhadores rurais em busca de trabalho temporário causou diversas tensões entre esses grupos sociais que demandavam o uso e posse da terra[3]. Osa grandes proprietários e empresários se valeram de verdadeiras milícias armadas para impedir que os trabalhadores rurais, também denominados de posseiros[4], de ocupar a terra que consideravam suas, mesmo diante dos inúmeros problemas envolvendo a titulação das terras devolutas do Estado[5]. O estudo das migrações em direção ao Mato Grosso no período de 1970 a 1980 permite melhor entender como ocorreram esses conflitos.

[3] Cf. PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. *Migrações, conflitos e violência no campo.* 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013..

[4] O historiador Airton dos Reis Pereira em seu trabalho discute o uso político da categoria posseiro que foi apropriada e resignificada pelos trabalhadores rurais, principalmente migrantes de diversas regiões do Brasil. Ibidem.

[5] Cf. MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de burla – 1892-1992*. Cuiabá, EdUFMT, 2007.

Apesar de colocarmos as políticas econômicas do governo militar como um importante vetor para o recrudescimento das relações entre grandes empresários e trabalhadores rurais, é preciso salientar que com a redemocratização, os casos de violência no campo não amainaram. A redemocratização não modificou a matriz de desenvolvimento do país pois, a agricultura ainda se apoia no latifúndio e na monocultura.

O Caderno Conflitos no Campo (1985) da Comissão pastoral da Terra (CPT), aponta que apenas em 1985 existiram 768 conflitos relacionados ao campo no Brasil, envolvendo 567.324 pessoas, desses, 76 foram conflitos trabalhistas. Mato Grosso consta com 1 conflito envolvendo trabalho escravo e o Pará com 4 conflitos envolvendo 1.008 pessoas, 2 mortos, 1 ferido e 4 desaparecidos. Os motivos são salários não pagos e trabalho escravo. Já no ano 2000 observamos 669 conflitos relacionados ao campo, com 21 assassinatos envolvendo 560.355 pessoas. Desses conflitos 21 dizem respeito ao trabalho escravo, encontramos 2 no Mato Grosso envolvendo 136 pessoas e 16 no Pará, envolvendo 290 pessoas. Desses 16 conflitos no Pará, 5 envolveram migrantes, todos do Nordeste; em 4 casos não foi possível constatar a procedência do trabalhador.

Isso demonstra que os efeitos das políticas públicas de ocupação do espaço amazônico foram duradouros, fazendo-se sentir mesmo depois do fim dos governos militares. Logo, analisar essas políticas, em particular, através dos discursos de presidentes (que tinha por objetivo anunciar os "ideais comuns" que Amazônia e Nordeste compartilhavam) ou através dos decretos-lei, (precursores da interferência do governo no território amazônico) é imprescindível para entendermos não apenas o estopim dos conflitos que ocorreram nas décadas de 1970 e 1980, mas, suas permanências.

Também concentramos nossas análises nas relações de trabalho estabelecidas entre empresas (ou fazendas) e trabalhadores rurais migrantes, em partículas, os casos de *trabalho degradante* ou *análogo ao de escravo*.

É importante entender a problemática do trabalho análogo ao de escravo como imbricado na forma de relação econômica desenvolvida no campo, especialmente, nas áreas de atuação de instituições financiadoras de grandes projetos como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), entre outras. O Estado estimulou e financiou a presença da iniciativa privada no território amazônico, muitas vezes, em detrimento da realização de uma reforma agrária que realizasse a distribuição de terras para aqueles que mais

necessitavam dela, os pequenos produtores rurais. Todavia, não acompanhou o impacto que esses vultuosos investimentos tiveram nas relações de trabalho.

Os efeitos da extrema pauperização da mão-de-obra podem ser aferidos através do estudo da documentação presente no Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, ainda pouco explorado nos estudos sobre o trabalho degradante ou "análogo ao de escravo", nas áreas de ocupação recente na Amazônia. As declarações, depoimentos, cartas, recibos e processos trabalhistas que compõem o arquivo são um importante caminho de análise de fatos miúdos e cotidianos que demonstram como é a experiência dos trabalhadores rurais nas fazendas do nordeste do Mato Grosso, em especial, aquelas localizadas próximo ao rio Araguaia.

Como explanado ao longo desta dissertação o fato de os trabalhadores encontrados em situação de trabalho degradante são migrantes é uma evidência de que essa parcela da população é constantemente alvo de empreiteiros ou "gatos". Esses sujeitos, que cumprem o papel de intermediários entre as empresas e os "peões", abordam esses trabalhadores com promessas de altos salários. Muitas vezes o engodo é desfeito logo na chegada à fazenda, quando se deparam com as péssimas condições de trabalho, falta de água potável, remédios, equipamentos de proteção e alojamentos. Depois ocorre a fuga, onde os trabalhadores enfrentam dias de caminhada até o município ou povoado mais próximo em busca de abrigo.

Todavia, a saga dos "peões" que vivenciam a experiência do trabalho degradante nas fazendas do norte e nordeste do Mato Grosso não termina com a chegada a um local seguro. Há casos em que os "empreiteiros" perseguem esses trabalhadores sob a justificativa da existência de dívidas a serem pagas, também a polícia militar age em conluio com "gatos" e fazendeiros e apreendem os fugitivos para levá-los de volta aos locais de trabalho. Quando conseguem se desvencilhar dos "gatos" e policiais, tem início uma nova saga, a da busca pelo reconhecimento dos serviços prestados e o pagamento pelo tempo de serviço.

É revelador observar, através dos depoimentos recolhidos pela Prelazia de São Félix, o quão longe os trabalhadores estão dispostos a chegar para terem seus direitos reconhecidos. Eles recorrem a diversas instituições, desde a Justiça do Trabalho até o Exército e o próprio Ministro do Trabalho. Essa luta pelo reconhecimento demonstra que os trabalhadores rurais e pequenos produtores não são sujeitos passivos das ações do Estado ou de empresários. A luta não se trata apenas de receber compensação financeira

pelos serviços prestados, mas, pelo reconhecimento de sua posição de trabalhador e cidadão, logo, detentor de direitos que não pode ser ignorado pelo poder público.

Acreditamos que o trabalho aqui apresentado tenha contribuído para a discussão dos deslocamentos populacionais no Brasil, em particular, o de trabalhadores rurais provenientes do Nordeste que se dirigiram em direção ao estado do Mato Grosso, especialmente sua parte norte. O estudo desses movimentos populacionais, em um âmbito maior, nos permite ter um vislumbre da história do Brasil quando esteve sob a ditadura civil-militar, pois, as políticas de desenvolvimento econômico implantadas no território amazônico, são um importante indicativo da atuação desse governo no tocante o controle da população, em especial de sua circulação.

Referências Bibliográficas

ABREU, Silvana de. A SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições. São Paulo, 2001. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. p. 63

ACEVEDO, Rosa; HEBÉTTE, Jean. *Colonização para quem?* Belém, UFPA/NAEA, 1979.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer:* o poder soberano e a vida nua 1. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2012.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o Contemporâneo? E outros ensaios.* Chapecó: Argos, 2009.

AUDI, Patrícia. A Organização Internacional do Trabalho e o combate ao trabalho escravo no Brasil. *In.* CERQUEIRA, Gelba Cavalcante. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. PRADO, Adonia Antunes. LEITE COSTA, Célia Maria. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições para sua análise e denúncia.*

ALMEIDA, A. W. B de; PALMEIRA, M. *A invenção da migração*. Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ – 1977.

ALMEIDA, A. W. B de. *Antropologia dos Archivos da Amazônia.* Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. de. GETAT – A segurança e o revigoramento do poder regional. *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA*, n. 2, ano 11, p. 24-41, mar.-abr 1981.

ALMEIDA, Alfredo W.B. Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de territorialização e movimentos sociais. In. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.6, N.1 / MAIO 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Rituais de passagem entre a chacina e o genocído: conflitos sociais na Amazônia. In: ANDRADE, Maristela de Paula (Org.). *Chacinas e massacres no campo.* Vol. 4. São Luis: Mestrado em Políticas Públicas/UFMA, 1997.

ALVES, Francisco. Progresso técnico e trabalho migrante no setor sucro-alcooleiro da região de Ribeirão Preto. In: *Revista Travessia*, n. 18, jan/abr, 1994, p.17-22.

ANDRADE, José Henrique Fischel de. *Direito Internacional dos Refugiados*: evolução histórica (1921-1952). Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

ARAGÓN, Luís E; IMBIRIBA, Maria de Nazaré O. (orgs). *Universidade e desenvolvimento amazônico*. Belém: UFPA; ARNI; CELA, 1998.

BARROZO. João Carlos. Os assentados e os assentamentos rurais do Araguaia. *In*. HARRES, Marluza Marques. JOANONI NETO, Vitale. *História Terra e Trabalho em*

Mato Grosso. Ensaios teóricos e resultados de pesquisas. Ensaios teóricos e resultados de pesquisas. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009.
BARP, Wilson. A formação das categorias sociais subalternas na Amazônia e reconstituição de sua identidade no novo espaço social e ambiental. *Reforma Agrária*, n.1, v. 22, jan./abr. 1992.

BARREIRA, César. *Crimes por encomenda*: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BECKER, Bertha; MACHADO, Lia O. Relações de trabalho e mobilidade na Amazônia Brasileira: uma contribuição. Rio de Janeiro: *Boletim Carioca de Geografia Ano XXXII*. ABG. 1982.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? In: *Parcerias Estratégicas,* n. 12. Setembro, 2001.

BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BICUDO, Hélio. Reflexões sobre trabalho escravo no Brasil. *In.* CERQUEIRA, Gelba Cavalcante. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. PRADO, Adonia Antunes. LEITE COSTA, Célia Maria. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições para sua análise e denúncia.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

BRANFORD, Sue; GLOCK, Oriel. *The last frontier:* fighting over land in the Amazon. Londres: Zed Books, 1985.

BRUCE, Glauco; HAESBAERT, Rogério. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. In: *Revista GEOgraphia.* v. 4, n. 7. 2002. Disponível em (http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/74).

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia:* a esquerda em armas. Goiânia: Editora UFG, 2003.

CASTRAVECHI, Luciene; JOANONI NETO, Vitale. Da histórica dominação sobre vidas prescindíveis. As muitas faces da violência sobre trabalhadores migrantes no nordeste de Mato Grosoo do final do século XX. In: HARRES, Marluza; 2009; JOANONI NETO, Vitale (orgs). *História, terra e trabalho em Mato Grosso. Ensaios teóricos e resultados de pesquisas.* São Leopoldo: Oikos: Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2009.

CASTRO, Eudson Ferreira de. Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, 23 de fevereiro de 2003.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2009.
CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CASALDÁLIGA, Pedro. Uma *Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix, 10 out. 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique. MULLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo.* São Paulo: Ed. Brasiliense/CEBRAP, 1977.

CERUTTI, Leandro Genoino. *Deslocamento social e trabalho temporário: práticas e Relatos de trabalhadores em Primavera do Leste-MT*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

CHALHOUB, Sidney, NEVES, Margarida de Souza, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em Cousas Miúdas. Capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2005.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo - Brasil (1962-1985).* Camponeses torturados, mortos e desaparecidos, Brasília: MDA, 2010.
CPT – Comissão Pastoral da Terra. Caderno Conflitos no Campo – Brasil. 2003. Goiânia/ São Paulo: CPT - Loyola.

DELEUZE, G. *L'Ile Deserte et d'autres textes*: textes et entretiens 1953-1974. Paris: Ed. de Minuit, 2002.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a Filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs:* capitalismo e esquizofrenia. Vol.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995a.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs:* capitalismo e esquizofrenia. Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995b.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs:* capitalismo e esquizofrenia. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs:* capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo:* capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assírio & Alvim, s/d. [ed. original: 1972].

DIÉGUES. Manuel. *População e Açúcar no Nordeste do Brasil*. Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil.

DINIZ, Cristovam Wanderley Picanço. Universidade da Amazônia Brasileira: o pecado e a penitência. Belém: UFPA, 1996.

DOEL, M. *Poststructuralist Geographies:* the diabolical art of spatial science. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.

DOSSE, François. *Renascimento do Acontecimento*: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade:* estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

ESTERCI, Neide. Imobilização por dívida e formas de dominação no Brasil de hoje. In: *Lusotopie*, Paris, p. 123-137, 1996.

ESTERCI, Neide; REZENDE, Ricardo. Décadas de combate ao trabalho escravo: avanço, recuos e a vigilância necessária. In: CERQUEIRA, Gerba Cavalcanti; FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; COSTA, Célia Maria Leite (orgs.). *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

EISENBERG. Peter L. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro, Paz e Terra: Campinas, Universidade estadual de Campinas, 1977.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando Fora da Própria Sombra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1984.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade:* curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo. Martind Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOWERAKER, Joe. *A luta pela Terra*. A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Tradução Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GASPARI, Élio. *A ditadura escancarada:* as ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIDDENS, Anthony. Modernity and self-indentity. Self and society in the late modern age. In: *Polity Press*, Cambridge, 1991.

GOMES, Angela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v. 11, n. 1-2, jan.-dez. 2008. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral.

GOMES, Ângela de Castro. Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, n. 64, p. 167-184, 2012.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. 1964 – O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
GOMES. Ângela de Castro (coord.). *Direitos e Cidadania. Justiça, poder e mídia.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada.* Rio de Janeiro CPDOC, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. SILVA, Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua História.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

GONÇALVES, C. W. Da Geografia às Geo-Grafias - Um mundo em busca de novas territorialidades. In: SADER, E.; CECEÑA, A. E. (orgs.). *La guerra infinita*: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo. Editora Contexto, 2013. 3ª Edição.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. 1996 Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, trabalho e memória política. Trabalhadores rurais, conflito social e medo na Amazônia, 1970-1980. In: NEVES DELGADO, Lucilia de Almeida; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *História do Tempo Presente*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, Trabalho e política de colonização no Brasil contemporâneo: discursos e práticas. Amazônia Legal. In: MONTENEGRO, Antônio Torres; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; ACIOLI, Vera L. Costa (orgs). *História, cultura, trabalho:* questões da contemporaneidade. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Vira mundo, vira mundo:* Trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. EDUC, 2003.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Mundos do Trabalho. Mato Grosso: cidades, vilas e outras áreas entre o urbano e o rural. *In*. HARRES, Marluza Marques. JOANONI NETO, Vitale. *História Terra e Trabalho em Mato Grosso.* Ensaios teóricos e resultados de pesquisas. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia Brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa - Mato Grosso, Aparecida Barbosa da Silva. *In*. História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral. v. 13, nº 1. 2010.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Passos nômades: narrativas de espaço – construção de novas cidades e memória histórica – Mato Grosso. In: COSTA, Cléria Botelho da; MAGALHÃES, Nancy Alessio (Orgs.). *Contar história, fazer História – História, cultura e memória.* Brasília: Pararelo 15, 2001.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*. Política de Colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá/MT: Ed. Unicem (Apoio Unesco), 2002.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da selva. Histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização e as "regiões-rede". *Anais do 5° Congresso Brasileiro de Geógrafos*, Curitiba, 1994.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade:* a rede "gaúcha" no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, R. Le mythe de la déterritorialisation. *Géographies et Cultures* n. 40, Paris, p. 05-10, 2001.

HAESBAERT, R. *Territórios Alternativos*. Editora Contexto/Eduff,2002.

HARRIS, Marluza Marques. Pelos caminhos da memória: uso de fontes orais na pesquisa histórica. In: HARRIS, Marluza Marques; JOANONI NETO, Vitale (orgs.). *História, terra e trabalho em Mato Grosso:* ensaios teóricos e resultados de pesquisas. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: Ed. UFMT, 2009.

IANNI, Otávio. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

JOANONI NETO, Vitale. Fronteiras da crença. Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial; EdUFMT, 2007.

JOANONI NETO, Vitale. *O país na posse de si mesmo: primeira aproximação acerca da reconstrução da Fronteira Oeste brasileira.* Texto dos anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH Brasil. Natal – RN. 22 a 26 de julho de 2013.

JOANONI NETO, Vitale (org.). *Política, ambiente e diversidade cultural*. (VI Seminário do ICHS). Cuiabá: Ed.UFMT, 2007

JOANONI NETO, Vitale. Amazônia na década de 1970. A fronteira sob o olhar do migrante. *In*. Revista Eletrônica da ANPHLAC, ISSN 1679-1061, n. 16, p. 186 -206, Jan./Jul. 2014. Pág. 200. Disponível em: http://revista.anphlac.org.br.

JOANONI NETO, Vitale. CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. O Exílio da Vida nas Margens do Mundo. Violência contra Trabalhadores Escravos em Mato Grosso (1970-1989). *In*. *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies*. Vol. 2, n.2 (Nov 2013).

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, SP: Papirus, 1986.

LIMA, Nísia Trindade. Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Renavan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. Soldados da Borracha. Das vivências do passado às lutas contemporâneas. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC – Rio, 2006.

MACHADO, Bárbara; MONTENEGRO, Antônio Torres; FARIA NETO, André de. História Oral no Brasil: uma análise da produção recente. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v.10, n. 2, jul-dez. 2007. – Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral.

MACHADO, R. *Deleuze e a Filosofia.* Rio de Janeiro: Graal, 1990.

MAHAR, Dennis J. Desenvolvimento Econômico da Amazônia: Uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. 1978 (Coleção Relatórios de Pesquisa nº 39 – IPEA)

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.* 2 ed., São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil: lúpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. *O trabalhador rural e a previdência social*. 2 ed. São Paulo: LTr, 1985.

MELLO, Alex Fiúza de. *Para construir uma universidade na Amazônia: realidade e utopia.* Belém: EDUFPA, 2007.

MENEZES, Maria Lucia P. Tendências Atuais das Migrações Internas no Brasil. In: *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n. 69, v. 45, 1 de agosto de 2000.

MENEZES, Maria Lucia P. A crise do estado de em estar e a caracterização de processos territoriais da migração no Brasil. In: *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, n. 94, 1 de agosto de 2001.

MORENO, Gislaine. Terra e Poder em Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo. In: *Estudos Ibero-Americanos (PUCRS, Impresso)*, São Leopoldo, v. 23, n. 11, p. 37-62, 2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres; Maria Paula N. Araújo; Carla Rodeghero. *Marcas da memória*: história oral da anistia no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

MONTENEGRO, A. T. Direitos trabalhistas e assassinato em tempos de regime civil-militar (1972 - 1973): o indiciamento dos irmãos Barreto. In Revista Mundos do Trabalho, v. o6, p. 91-106, 2014.

MILESI, Rosita (Org.) *Refugiados* – realidades e perspectivas. São Paulo: Loyola; Brasília: CSEM/IMDH, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A fronteira amazônica mato-grossense:* grilagem, corrupção e violência. 1997. Tese (Livre Docência) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Reflexões Sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil; Estudos e Análises Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 01. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, João Mariano. *A esperança vem na frente – o caso SINOP*. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1982. (Dissertação de Mestrado em História).

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. Revista Política e Sociedade, no 12 de abril de 2008.

OSÓRIO, Ana Luísa; DAVID, Maria Beatriz. *Tipos de fronteira e modelos de colonização na Amazônia:* revisão da literatura e especificação de uma literatura de campo. Texto para discussão interna n. 30. IPEA. 1981.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, SAKAMOTO, Leonardo (coord.) *Trabalho escravo no Brasil do Século XXI*. Brasília, OIT, 2006.

PALMEIRA, M.; ALMEIDA, A. W. B. *A invenção da migração.* Projeto emprego e mudança socioeconômica no Nordeste. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1977.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Revista Estudos Avançados*, v. 03, n. 07. São Paulo. Set/Dez 1989.

PAQUIS, Richard; SILVA, Alessandra; WEISS, Joseph; MACHADO, Juliana. "Reforma agrária" na Amazônia: Balanços e perspectivas. In: *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 1, p. 83-96, jan./abr. 2005.

PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Migrações, conflitos e violências*. Texto apresentado na qualificação de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2012.

PETIT, Pere. *Chão de Promessas*: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINTO, Lúcio Flávio. Conflitos de terra no sul do Pará. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, v. 12, n. 2, p. 03-12, mar.-abr. 1982.

POMAR, Wladimir. *Araguaia:* o partido e a guerrilha (Documentos Inéditos). São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

PORFIRIO, P. F. A. . Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964). 1. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009. v. 1.

PLASSAT, Xavier. Abolida a escravidão? *In.* CERQUEIRA, Gelba Cavalcante. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. PRADO, Adonia Antunes. LEITE COSTA, Célia Maria. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições para sua análise e denúncia.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

PLASSAT, Xavier. Trabalho escravo no Brasil, até quando?. *In* Cadernos Conflitos no campo, 2000. Disponível no site: http://www.cptnacional.org.br.

PLASSAT, Xavier. Trabalho escravo: 25 anos de denúncia e fiscalização. In: *Conflitos no campo 2009/CPT*; Coordenação: Antonio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski.— São Paulo: Expressão Popular, 2010.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RICOEUR, Paul. *A história, a memória, o esquecimento.* Tradução de Alain François. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

RUMSTAIN, Ariana. Peões no trecho. Trajetórias e estratégias de mobilidade no Mato Grosso. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. Disponível em: http://campohoje.net.br/sites/default/files/livros/arquivos-download/volume_5.PDF.

SANTANA, Arthur Bernady. A BR-163: "ocupar para não entregar", a política da ditadura militar para a ocupação do "vazio" Amazônico. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: ANPUH, 2009.

SAKAMOTO, Leonardo. A economia do trabalho escravo no Brasil contemporâneo. *In.* CERQUEIRA, Gelba Cavalcante. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. PRADO, Adonia Antunes. LEITE COSTA, Célia Maria. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições para sua análise e denúncia.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 71.

SILVA, Fábio Carlos da. Raízes Amazônicas, universidade e desenvolvimento regional. Belém: NAEA, 2009. (PAPERS DO NAEA, 250).

SOARES, Luiz Antônio B. Trilhas e Caminhos: Povoamento não indígena no Vale do Araguaia – nordeste de Mato Grosso, na primeira metade do século XX. Dissertação

(Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá, 2004.

SOJA, E. *Geografias Pós-Modernas:* a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Edison Antônio de. *Sinop: história, imagens e relatos. Um estudo sobre a colonização.* Cuiabá, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso; SANTOS, 1996.

SOUZA, Edilson Antônio. *O poder na fronteira:* hegemonia, conflitos e cultura no norte do Mato Grosso. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SOUZA, César Martins. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica. In. Revista Contemporânea – Dossiê 1964-2014: 50 anos depois, a cultura autoritária em questão. Ano 4, nº 5. 2014, vol. 1.

SCALOPP, Marluce. Práticas mediáticas e cidadania no Araguaia: O Jornal Alvorada. Cuiabá, MT; KCM Editora, 2012.

SHARMA, Bravna. A Anto-Slavery Internacional e o combate ao trabalho escravo. *In.* CERQUEIRA, Gelba Cavalcante. FIGUEIRA, Ricardo Rezende. PRADO, Adonia Antunes. LEITE COSTA, Célia Maria. *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições para sua análise e denúncia.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

SPRANDEL, Marcia Anita. Algumas observações sobre fronteiras e migrações. *Revista Ciência e Cultura*. v. 65, n. 01. São Paulo. Jan. 2013. (Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252013000100011&script=sci_arttext).

TAMER, Alberto. Transamazônica – solução para 2001. 26 de julho de 1970. Rio de Janeiro: APEC, 1971.

THÈRY, Hervé. MELLO, Aparecida de. HATO, Júlio. GIRARDI, Eduardo Paulo. Atlas do Trabalho Escravo no Brasil. São Paulo: Amigos da Terra, 2009. 80 p.: 56 cartogramas, sete tabelas e dois gráficos.

VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 3ª edição. Manaus: UEA Edições, 2013.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; ESTERCI, Neide. Trabalho escravo no Brasil: os números, as lutas e as perspectivas em 2003. In: Comissão Pastoral da Terra, *Conflitos no Campo, Brasil-2003*, CPT, Goiânia, 2004.

VILELA, Márcio Ananias. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970*: diálogos entre religião e política. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*. Jan/Jun. 1990.

Decretos-lei e Leis Consultados

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm. Último acesso: 17 de janeiro de 2015.

BRASIL. Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sôbre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm. Último acesso: 17 de janeiro de 2015.

BRASIL. Lei nº 5.365 de 1º de dezembro de 1967. Dispõe sobre a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e dá outras providencias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5365.htm. Último acesso: 14 de janeiro de 2015.

BRASIL. Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm. Últino acesso: 14 de janeiro de 2015.

Anexo A –

Número de habitantes não-naturais do estado de acordo com o lugar de domicílio anterior e a microrregião para a qual se dirigiu (1980)[1].

MARANHÃO	
Microrregião	**Número de Habitantes**
Norte Mato-Grossense	3.222
Alto Guaporé-Jaurú	69
Alto Paraguai	198
Baixada Cuiabana	517
Rondonópolis	344
Garças	423

PIAUÍ	
Microrregião	**Número de Habitantes**
Norte Mato-Grossense	936
Alto Guaporé-Jaurú	292
Alto Paraguai	199
Baixada Cuiabana	516
Rondonópolis	363
Garças	164

RIO GRANDE NO NORTE	
Microrregião	**Número de Habitantes**
Norte Mato-Grossense	847
Alto Guaporé-Jaurú	275
Alto Paraguai	251
Baixada Cuiabana	563
Rondonópolis	783
Garças	258

CEARÁ	
Microrregião	**Número de Habitantes**
Norte Mato-Grossense	2.546
Alto Guaporé-Jaurú	1.661
Alto Paraguai	1.232
Baixada Cuiabana	2.531
Rondonópolis	2.883
Garças	309

[1] FONTE: IBGE. Censo Demográfico Censo Demográfico 1980. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade/ 1982-1983. Volume 1 – Tomo 4 – Número 24.

ALAGOAS	
Microrregião	**Número de Habitantes**
Norte Mato-Grossense	1.486
Alto Guaporé-Jaurú	1.061
Alto Paraguai	645
Baixada Cuiabana	792
Rondonópolis	852
Garças	113

PERNAMBUCO	
Microrregião	**Número de Habitantes**
Norte Mato-Grossense	2.657
Alto Guaporé-Jaurú	1.699
Alto Paraguai	1.139
Baixada Cuiabana	1.567
Rondonópolis	1.751
Garças	337

FERNANDO DE NORONHA	
Microrregião	**Número de Habitantes**
Norte Mato-Grossense	12
Alto Guaporé-Jaurú	10
Alto Paraguai	0
Baixada Cuiabana	4
Rondonópolis	4
Garças	3

SERGIPE	
Microrregião	**Número de Habitantes**
Norte Mato-Grossense	741
Alto Guaporé-Jaurú	648
Alto Paraguai	434
Baixada Cuiabana	265
Rondonópolis	431
Garças	47

BAHIA	
Microrregião	**Número de Habitantes**
Norte Mato-Grossense	8.726
Alto Guaporé-Jaurú	5.608
Alto Paraguai	4.130
Baixada Cuiabana	5.231
Rondonópolis	9.335
Garças	6.267

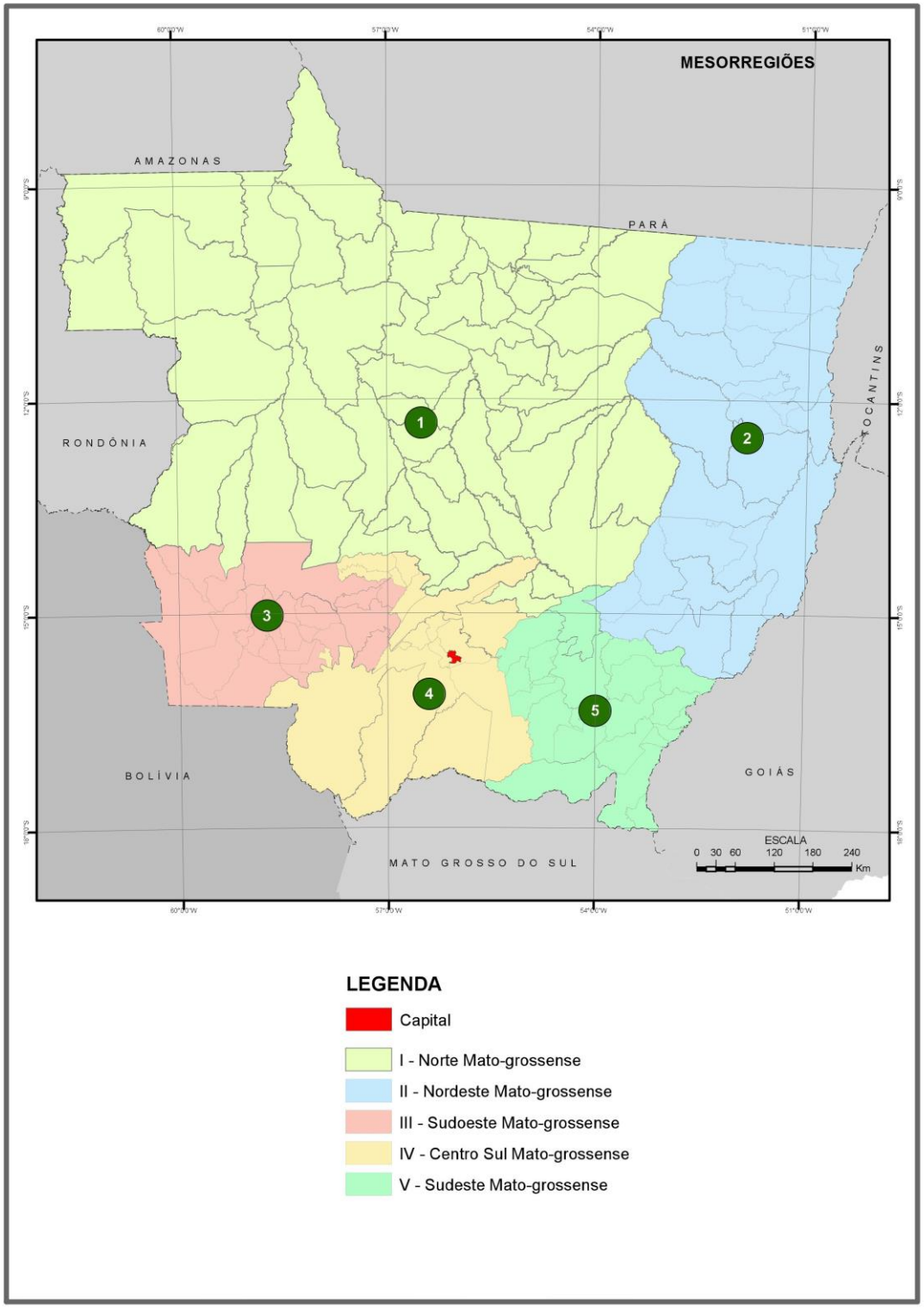
PARAÍBA	
Microrregião	**Número de Habitantes**
Norte Mato-Grossense	1.076
Alto Guaporé-Jaurú	558
Alto Paraguai	443
Baixada Cuiabana	682
Rondonópolis	1.048
Garças	229

Anexo B – Mapas

Localização do Estado de Mato Grosso

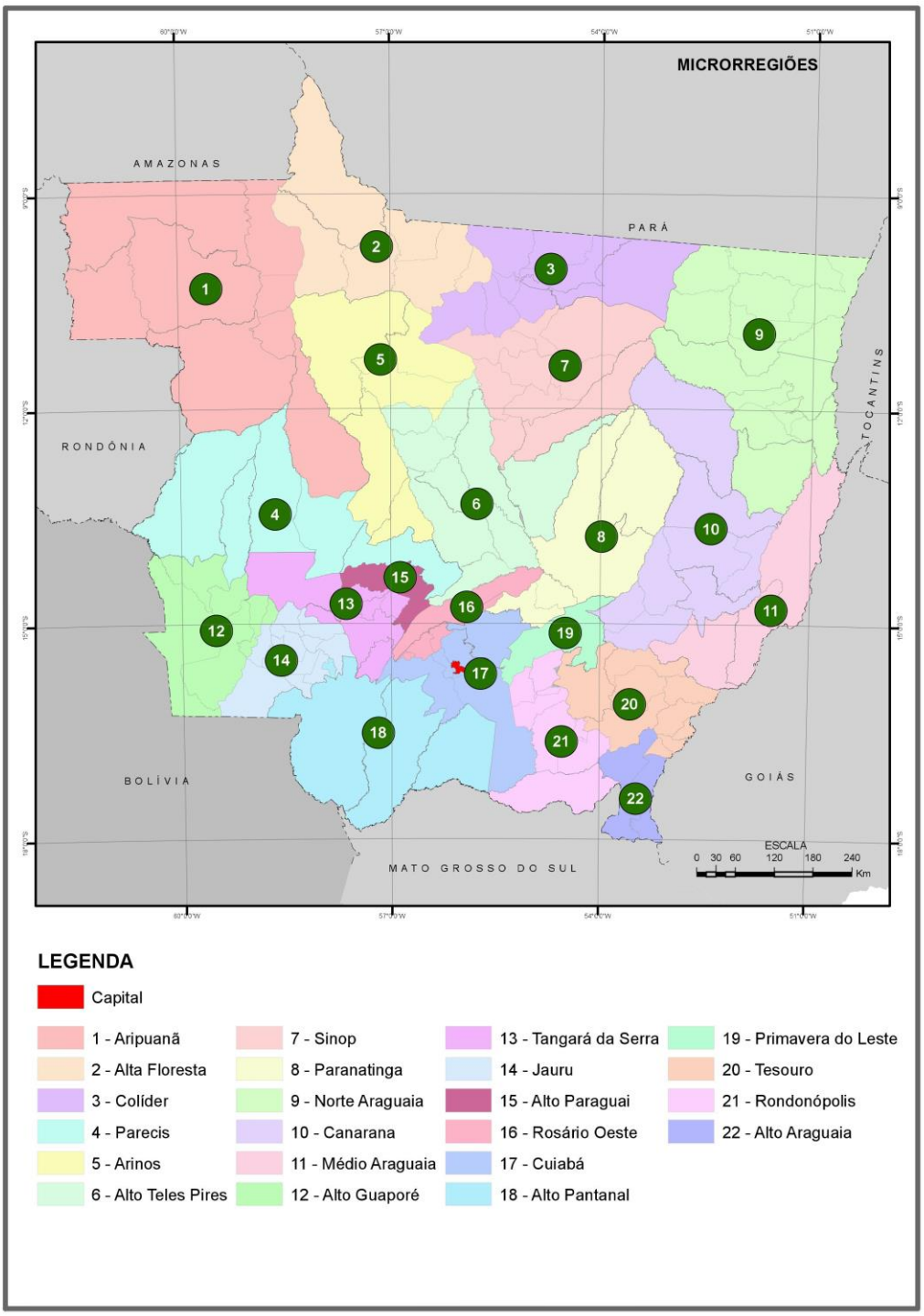
FONTE: Diagnóstico Socioeconômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso (DSEE). Disponível em: http://www.seplan.mt.gov.br/~seplandownloads/

Mesorregiões do Mato Grosso – 2010



FONTE: Diagnóstico Socioeconômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso (DSEE). Disponível em: http://www.seplan.mt.gov.br/~seplandownloads/

Microrregiões do Mato Grosso – 2010



FONTE: Diagnóstico Socioeconômico-Ecológico do Estado de Mato Grosso (DSEE). Disponível em: http://www.seplan.mt.gov.br/~seplandownloads/